



Organização das Nações
Unidas para a Alimentação
e a Agricultura



ESCRITÓRIO DE AVALIAÇÃO

Série de avaliação de projetos

Avaliação Final do Projecto "Reabilitação de Terras e Gestão das Áreas de Pastagens nos Sistemas de Produção Agro-Pastoris de Pequenos Produtores no Sudoeste de Angola (RETESA)"

Novembro 2018

SERIE DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS

**Avaliação Final do Projecto
“Reabilitação de Terras e Gestão das
Áreas de Pastagens nos Sistemas de
Produção Agro-Pastoris de
Pequenos Produtores no Sudoeste
de Angola (RETESA)”**

**GCP/ANG/048/GFF
GEF ID 4720**

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E
ALIMENTAÇÃO
ESCRITÓRIO DE AVALIAÇÃO
Novembro 2018**

FAO. 2018. *Avaliação Final do Projecto "Reabilitação de Terras e Gestão das Áreas de Pastagens nos Sistemas de Produção Agro-Pastoris de Pequenos Produtores no Sudoeste de Angola (RETESA)"*. Rome. pp.92 (www.fao.org/evaluation).
Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO

The designations employed and the presentation of material in this information product do not imply the expression of any opinion whatsoever on the part of the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) concerning the legal or development status of any country, territory, city or area or of its authorities, or concerning the delimitation of its frontiers or boundaries. The mention of specific companies or products of manufacturers, whether or not these have been patented, does not imply that these have been endorsed or recommended by FAO in preference to others of a similar nature that are not mentioned.

The views expressed in this information product are those of the author(s) and do not necessarily reflect the views or policies of FAO.

© FAO, 2018



Some rights reserved. This work is made available under the Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 IGO licence (CC BY-NC-SA 3.0 IGO; <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/igo>).

Under the terms of this licence, this work may be copied, redistributed and adapted for non-commercial purposes, provided that the work is appropriately cited. In any use of this work, there should be no suggestion that FAO endorses any specific organization, products or services. The use of the FAO logo is not permitted. If the work is adapted, then it must be licensed under the same or equivalent Creative Commons license. If a translation of this work is created, it must include the following disclaimer along with the required citation: "This translation was not created by the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). FAO is not responsible for the content or accuracy of this translation. The original Language edition shall be the authoritative edition."

Any mediation relating to disputes arising under the licence shall be conducted in accordance with the Arbitration Rules of the United Nations Commission on International Trade Law (UNCITRAL) as at present in force.

Third-party materials. Users wishing to reuse material from this work that is attributed to a third party, such as tables, figures or images, are responsible for determining whether permission is needed for that reuse and for obtaining permission from the copyright holder. The risk of claims resulting from infringement of any third-party-owned component in the work rests solely with the user.

Sales, rights and licensing. FAO information products are available on the FAO website (www.fao.org/publications) and can be purchased through publications-sales@fao.org. Requests for commercial use should be submitted via: www.fao.org/contact-us/licence-request. Queries regarding rights and licensing should be submitted to: copyright@fao.org.

Cover photo credits: @FAO/RETESA Project

Sumário

<i>Agradecimentos</i>	v
<i>Acrónimos e Abreviaturas</i>	vi
Resumo Executivo	1
1 Introdução	12
1.1 Propósito da avaliação	12
1.2 Âmbito e objectivo da avaliação	13
1.3 Metodologia.....	14
1.4 Limitações	15
1.5 Estrutura do relatório.....	16
2 Antecedentes e contexto do projecto	17
2.1 Antecedentes e contexto	17
2.2 Identificação do projecto	18
2.3 Teoria da mudança	19
3 Questões da avaliação: principais constatações	25
3.1 QA1. A estratégia e as acções do projecto foram relevantes para responder às necessidades dos beneficiários e demais partes interessadas?	25
3.2 QA2. De que modo as modalidades de intervenção, a estrutura institucional e parcerias, os recursos e os procedimentos financeiros, técnicos e operacionais contribuíram ou impediram o alcance dos objectivos e resultados do projecto?	28
3.3 QA3. Como foi a eficácia do projecto para alcançar os seus objectivos (global, desenvolvimento e ambiental) e que resultados, esperados ou inesperados, foram alcançados nas diferentes componentes do projecto?	32
3.4 QA4. Até que ponto o desenho do projecto incluiu aspectos de igualdade de género e contribuiu para o empoderamento da mulher através da sua implementação?	49
3.5 QA5. Como foi a abordagem do projecto para trabalhar com as comunidades locais, bem como para assegurar a participação das partes interessadas nos processos de tomada de decisão relacionados com o projecto?.....	50
3.6 QA6. Qual é a sustentabilidade dos resultados do projecto em termos ambientais, técnicos, sociais, financeiros e institucionais?	53
3.7 QA7. Quais são as lições-chave que podem ser aprendidas a partir do desenho, implementação e sustentabilidade do projecto?.....	54
4 Conclusões e recomendações	57
4.1 Conclusões.....	57
4.2 Recomendações.....	59
5 Apêndices	62
Apêndice 1. Mapa do Projecto	62
Apêndice 2. Matriz de Avaliação	63
Apêndice 3. Arranjo institucional – Responsabilidades das partes interessadas	69
Apêndice 4. Execução financeira do grant do GEF	73
Apêndice 5. FAO-GEF Tabela de Co-financiamento.....	74
Apêndice 6. Critérios FAO-GEF (Rating).....	79
6 Lista dos Anexos	83

Lista das Figuras e Gráficos

Figura

Figura 1: Teoria da Mudança	24
-----------------------------------	----

Gráficos

Gráfico 1: Problemas chave e componentes principais do projecto	19
Gráfico 2: Estratégia de intervenção do projecto para cada componente	20
Gráfico 3: Estrutura do projecto após a MTR.....	21

Agradecimentos

O Escritório de Avaliação da FAO (OED) gostaria de agradecer a todos os que contribuíram para a preparação deste relatório. Esta avaliação foi conduzida por João N. Pinto, avaliador independente, com o apoio da Sra. Margareth Celse-L'Hoste, gestora da avaliação. O Sr. Martin Corredoira (OED) providenciou todo o apoio administrativo e logístico para esta avaliação.

O avaliador gostaria de manifestar o seu agradecimento a todas as instituições contactadas e pessoas entrevistadas cujo tempo e informação disponibilizados foram determinantes para esta avaliação final. Em particular, o avaliador expressa o seu agradecimento aos municípios, comunidades e grupos de beneficiários visitados pela sua disponibilidade e abertura em discutir as realizações do projecto.

A Representação da FAO em Angola (FAOAO) e a Equipa de Projecto providenciaram todo apoio logístico necessário, incluindo agendamento de reuniões e visitas de terreno. Em Angola, os contributos do Sr. Txaran Basterrechea, CTA do Projecto, Sr. David Solazzo, Implementador das ECAP, Sra. Josina Amado, Assistente Administrativa e Orçamento, foram determinantes para o sucesso da avaliação. O avaliador agradece também as informações e contributos da Equipa FAO-GEF, designadamente Sra. Geneviève Braun e Sr. Fritjof Boerstler.

O avaliador está grato à Sra. Margareth Celse-L'Hoste (FAO-OED) por todo o apoio metodológico para esta avaliação.

Acrónimos e Abreviaturas

AF	Avaliação Final
BH	Titular do Orçamento
CPF	Quadro Programático de País
CTA	Assessor Técnico Principal
GreenTD	Diagnóstico Territorial Participativo e Negociado
ECAP	Escola de Campo Agro-Pastoril
EDA	Estação de Desenvolvimento Agrário
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FAOAO	Representação da FAO em Angola
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FRESAN	Projecto de Fortalecimento da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional em Angola
GEF	Fundo Global do Ambiente
GST	Gestão Sustentável de Terras
ISV	Instituto de Serviços Veterinários
LADA	Análise da Degradação de Terras em Zonas Áridas
LoA	Carta de Acordo
MINAGRI	Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural
MINAMB	Ministério do Ambiente
MTR	Revisão de Meio Termo
PIR	Revisão de Implementação do Projecto
PIRAN	Projecto Integrado de Resiliência Angola-Namíbia
PPR	Relatório de Progresso do Projecto
RETESA	Projecto de Reabilitação de Terras e Áreas de Pastagem nos Sistemas e Produção Agro-Pastoris dos Pequenos Produtores do Sudoeste de Angola
SHARP	Auto-avaliação e Análise Holística da Resiliência ao Clima de Agricultores e Pastores
TOR	Termos de Referência
UCP	Unidade de Coordenação do Projecto
USD	Dólar dos Estados Unidos da América

Resumo Executivo

- 1 Este relatório apresenta as constatações da Avaliação Final (AF) independente do projecto "RETESA - Reabilitação de Terras e Getsão de Áreas de Pastagem nos Sistemas de Produção Agro-Pastoris dos Pequenos Produtores do Sudoeste de Angola (GCP/ANG/048/GFF)". A estratégia global do projecto visa abordar a falta de capacidades a nível nacional, provincial e local para prevenir e reverter a degradação de terras, através da introdução e adopção de abordagens participativas para identificar e reabilitar áreas degradadas de forma participada e coordenada entre as múltiplas partes interessadas.
- 2 O projecto foi aprovado no ano 2014 e a sua execução está prevista até Abril de 2018. O projecto dispõe de um orçamento total de USD 20 304 636, dos quais 15% (USD 3 013 636) foram financiados pelo GEF, sendo os demais 85% co-financiados pelos parceiros locais.
- 3 Esta AF serve o duplo propósito de prestação de contas e aprendizagem. Esta AF analisou o desenho e o processo de implementação do projecto, bem como os seus resultados e valor relevante para os beneficiários e para as prioridades e necessidades nacionais. Esta AF procurou ainda documentar lições que permitam informar futuras acções tendo em vista a ampliação, replicação ou seguimento dos resultados do projecto. Os usuários desta AF serão o GEF, os beneficiários e os contrapartes nacionais em Angola, parceiros do projecto e a própria FAO.
- 4 As principais Questões de Avaliação (QA) foram:
 - QA1.** A estratégia e as acções do projecto foram relevantes para responder às necessidades dos beneficiários e demais partes interessadas?¹
 - QA2.** De que modo as modalidades de intervenção, a estrutura institucional e parcerias, os recursos e os procedimentos financeiros, técnicos e operacionais contribuíram ou impediram o alcance dos objectivos e resultados do projecto?
 - QA3.** Como foi a eficácia do projecto para alcançar os seus objectivos (global, desenvolvimento e ambiental) e resultados esperados? Que resultados, esperados ou inesperados, foram alcançados nas diferentes componentes do projecto?
 - QA4.** Até que ponto o desenho do projecto incluiu aspectos de igualdade de género e contribuiu para o empoderamento da mulher através da sua implementação?
 - QA5.** Como foi a abordagem do projecto para trabalhar com as comunidades locais relativamente à gestão de pastagens e práticas de gestão sustentável de terras, bem como para assegurar a participação das partes interessadas nos processos de tomada de decisão relacionados com o projecto?

¹ Levando em consideração revisões e ajustamentos, em conformidade com as recomendações da MTR.

QA6. Qual é a sustentabilidade dos resultados do projecto em termos ambientais, técnicos, sociais, financeiros e institucionais?

QA7. Quais são as lições-chave que podem ser aprendidas a partir do desenho, implementação e sustentabilidade do projecto?

- 5 Esta avaliação considerou todo o período de execução do projecto (Abril 2014 a Abril 2018), embora focando em particular o período a seguir à revisão de meio percurso (Julho 2016 a Abril 2018). A avaliação abrangeu a totalidade da área geográfica do projecto (Províncias da Huíla, Namibe e Benguela) e analisou as quatro componentes do projecto: Componente 1 – Planeamento e gestão de pastagens; Componente 2 – Reabilitação de áreas de pastagens através da melhoria da gestão dos pastos e manadas; Componente 3 – Integração da gestão sustentável de terras nas políticas; Componente 4 – Monitoria do projecto e disseminação de boas práticas.
- 6 Esta AF foi conduzida de acordo com a orientação, regras e procedimentos do GEF e da FAO para este tipo de exercício. Esta AF adoptou uma abordagem participativa e transparente ao longo de todo o processo, envolvendo a equipa de projecto, instituições de governo a nível central, provincial e municipal, o Comité de Pilotagem, beneficiários directos e outras partes interessadas, bem como a própria FAO em Angola e Roma. As principais constatações da avaliação são resumidas em seguida, seguidas por recomendações.

Principais Constatações²

- 7 **QA1. A estratégia e as acções do projecto foram relevantes para responder às necessidades dos beneficiários e demais partes interessadas? Altamente satisfatório.** A estratégia do projecto respondeu às prioridades de Angola em matéria de gestão sustentável de terras e o projecto esteve alinhado com as prioridades identificadas nas principais políticas nacionais existentes nesta matéria. O projecto foi também coerente e alinhado com o Objectivo Estratégico da FAO (SO2), o Quadro Estratégico da FAOP para África, a estratégia das Nações Unidas em Angola (UNPAF, 2015-2019), a estratégia da FAO no país (CPF 2013-2017) e a

² O *rating* dos resultados foi aplicado de acordo com a classificação do GEF (disponível em <https://www.gef.ieo.org/sites/default/files/ieo/evaluations/files/gef-guidelines-te-fsp-2017.pdf>):

Altamente satisfatório (AS): O nível de resultados alcançados excede claramente as expectativas e/ou não houve falhas nos resultados.

Satisfatório (S): O nível de resultados alcançados foi o esperado e / ou não houve pequenas falhas.

Moderadamente Satisfatório (MS): Nível de resultados alcançados mais ou menos conforme o esperado e/ou houve falhas moderadas.

Moderadamente Insatisfatório (MI): O nível de resultados alcançou um pouco abaixo do esperado e/ou houve falhas significativas.

Insatisfatório (I): Nível de resultados alcançados substancialmente abaixo do esperado e/ou ocorreram grandes falhas.

Altamente Insatisfatório (AI): Apenas um nível insignificante de resultados alcançados e/ou ocorreram graves falhas.

Impossível de avaliar (IA): A informação disponível não permite uma avaliação do nível de resultados alcançados.

estratégia do GEF na área temática sobre “Degradação de Terras”. A estratégia do projecto foi adequada para às necessidades de capacitação das instituições públicas através da introdução de metodologias inovadoras e também foi adequada para responder às necessidades dos beneficiários promovendo o seu envolvimento de forma participativa. A equipa do projecto fez uma adequada gestão dos riscos, os quais foram sendo actualizados ao longo do período de implementação. O projecto contou com um sistema de monitoria & avaliação (M&A) adequado que possibilitou a colecta de informação sistemática no terreno e a produção de relatórios em diferentes formatos e atempadamente.

8 **QA2. De que modo as modalidades de intervenção, a estrutura institucional e parcerias, os recursos e os procedimentos financeiros, técnicos e operacionais contribuíram ou impediram o alcance dos objectivos e resultados do projecto?**

Satisfatório. O projecto contou com um arranjo institucional adequado às capacidades nacionais que facilitou a tomada de decisão, coordenação e execução do projecto no terreno. O comité de pilotagem foi um órgão importante para aprofundar o diálogo, partilhar informação, esclarecer dúvidas, sensibilizar e motivar as partes interessadas, prestar contas e apoiar na definição da estratégia do projecto. O projecto teve atrasos na implementação no Ano 1, mas obteve uma boa recuperação partir do Ano 2 apresentando um progresso satisfatório na realização das actividades e obtenção de produtos. A Representação da FAO em Angola forneceu apoio administrativo, organizacional e de gestão financeira ao projecto. Também desempenhou um papel muito importante na relação institucional com os Ministérios a nível central. As equipas de Roma, designadamente LTO e unidade FAO-GEF, providenciaram apoio técnico contínuo durante toda a execução do projecto. O projecto apresentou, no momento da avaliação final, uma taxa de execução financeira de 95%, uma taxa de desembolso do *grant* do GEF de 100% e uma taxa de co-financiamento dos parceiros superior a 100%.

9 **QA3. Como foi a eficácia do projecto para alcançar os seus objectivos (global, desenvolvimento e ambiental) e resultados esperados? Que resultados, esperados ou inesperados, foram alcançados nas diferentes componentes do projecto?**

Avaliação do objectivo global – Satisfatório. Existem evidências que mostram que as capacidades das comunidades foram reforçadas por via da adopção de técnicas de fertilização, irrigação, sementeira mais sustentáveis para os sistemas agrícolas, assim como ao nível da gestão de pastagens (em particular áreas de reserva) que estão a contribuir para o objectivo global do projecto.

Avaliação do objectivo ambiental – Moderadamente satisfatório. As evidências com relação ao objectivo ambiental são menos visíveis dado que se trata de resultados de mais longo prazo. Por exemplo, a reabilitação directa das pastagens com plantação de espécies forrageiras locais, assim como a recuperação das pastagens por efeito das áreas de reserva demoram tempo significativo a produzir efeitos no terreno.

Avaliação do objectivo de desenvolvimento – Satisfatório. Existem evidências da melhoria dos meios de vida das famílias beneficiárias como resultado deste projecto (e.g. capital humano, capital social, capital físico, capital natural), assim como a adopção de práticas e actividades geradoras de renda que estão a contribuir para alcançar o objectivo de desenvolvimento.

Outcome 1.1 Comparado com o início do projecto, existe agora mais capacidade e conhecimento disponível para o planeamento participativo da gestão integrada de terras a nível nacional, provincial e local. Cerca de 200 pessoas receberam capacitação sobre diferentes metodologias inovadoras (LADA, SHARP, GIS, GreeNTD). O projecto fez um esforço importante em termos de acesso a informação e conhecimento através da disponibilização de manuais, guias metodológicos e relatórios técnicos em formatos adequados, os quais são ferramentas importantes para apoiar o trabalho dos técnicos e tomadores de decisão. Existem poucas evidências que as instituições públicas vão introduzir estas metodologias nas suas rotinas e práticas diárias de trabalho, dado que esse processo pressupõe um acompanhamento contínuo, através de aprender-fazendo, que o projecto não tem mais tempo disponível para apoiar. Foram negociados e acordados 6 planos de desenvolvimento territorial. Contudo, esta actividade foi realizada e concluída muito próximo do final do projecto o que pode comprometer a eficácia do resultado e as mudanças no território.

Outcome 2.1 A metodologia das ECAP foi central neste projecto pois ela se revelou instrumental para trabalhar com as comunidades e introduzir novas práticas de produção, gestão e planeamento comunitário e reabilitação baseada no ecossistema. No seguimento da MTR, o Comité de Pilotagem entendeu oportuno reduzir o número inicial de ECAP de 70 para 35, no sentido de aumentar a qualidade em detrimento da quantidade. A avaliação final constatou que destas, 15 ECAP se encontram num estágio avançado (43%), 12 ECAP em estado médio (34%) e 8 ECAP em estágio atrasado (23%). As ECAP são uma metodologia complexa que demanda tempo significativo para ganhar confiança das comunidades, introduzir mudanças de comportamento e rotinas de trabalho e promover transformação social. Isto é difícil de alcançar num projecto com duração tão limitada. Apesar do número limitado de ECAP funcionais, existem evidências claras de apropriação e utilização autónoma de técnicas agrícolas, produção animal e melhoria dos modos de vida como resultado da intervenção do projecto.

Outcome 2.2 O projecto introduziu metodologias inovadoras que foram bem recebidas pelas comunidades: i) Selecção participativa de espécies para a reabilitação de ecossistemas agro-pastoris e ii) Reabilitação participação dos ecossistemas com apoio da comunidade; iii) Sistemas de verificação e experimentação para a adaptabilidade e a palatabilidade. Através destas metodologias participativas foi possível reabilitar mais de 750 hectares de pastagens, estabelecer cerca de 30.000 hectares de áreas de reserva de pastagens (*mise en défense*) e reabilitar 28 pontos de água. Com base nas metodologias participativas foi possível avançar com a produção de mudas de plantas (forrageiras e fruteiras) a dois níveis: comunidades e estações agronómicas. O interesse pela produção destas espécies foi elevado, tendo em conta o potencial de renda adicional para as comunidades, bem como os benefícios da produção de forragens. No que se refere às áreas de reabilitação (*mise en défense*), os efeitos práticos no território e em particular nas pastagens só podem ser apreciados no médio e longo prazo. Contudo, com base nas auscultações das entrevistas e visitas de terreno, a avaliação constatou que as comunidades as instituições públicas estão empenhadas em dar continuidade a esta acção e monitorar as áreas de reserva, permitindo a recuperação de algumas áreas de pastagens.

Outcome 2.3 Foram realizadas poucas intervenções no âmbito do reforço das cadeias de valor, limitando o alcance e eficácia deste resultado (apenas desenvolvida a produção de óleo de mupeque como actividade geradora de renda e, algumas formações de

empreendedorismo e sobre processamento de leite). O investimento na formação de tratadores de gado foi relevante e existem evidências de benefícios para as comunidades, incluindo a parceria com os serviços públicos de veterinária. A parceria com o Fundo de Apoio Social (FAS) foi relevante, incluindo a formação em micro-emprededorismo e a formulação de iniciativas de geração de renda. O aprofundamento da etnoveterinária, baseada no conhecimento tradicional e nas parcerias com o Instituto Superior de Ciências de Educação (ISCED) foram relevantes e podem abrir novas oportunidades para as comunidades fazerem face aos problemas de saúde animal. Contudo, estas actividades apenas foram realizadas próximo do final do projecto, pelo que não houve tempo útil para aprofundar a sua aplicação prática e obter maior eficácia nas intervenções. A parceria com o herbário do Lubango, vinculado ao ISCED, foi determinante para aumentar o acesso a informação e utilização de procedimentos etnoveterinária, capitalizando os conhecimentos tradicionais das comunidades.

Outcome 3.1 A proposta de “Política Nacional para a Gestão Sustentável de Terras” foi concluída e amplamente discutida a nível nacional, mas não existem evidências de que venha a ser aprovada no curto prazo. Através do projecto foi alcançada uma maior consciencialização sobre a necessidade de reforçar a governança responsável da terra (VGGT) e sensibilizados os tomadores de decisão para a necessidade de ajustar a legislação e as políticas nacionais em conformidade com os compromissos assumidos a nível global. Contudo, existem ainda poucas evidências integração da gestão sustentável de terras nos projectos da Comissão Multisectorial do Ambiente ou em outras estruturas de diálogo e coordenação existentes.

Outcome 3.2 A contribuição do projecto para o reforço da governança e diálogo entre múltiplos actores e diferentes sectores do Governo foi muito limitada. Apenas foram realizadas reuniões preliminares com a equipa do Land Tenure da FAO e AGPM para a criação do fórum *on-line*. Foi preparada uma proposta de webpage, mas ainda não está funcional.

Outcome 3.3 Não foi elaborado qualquer plano de investimento governamental para reforçar a gestão sustentável de terras. Em alternativa, o projecto estabeleceu negociações com a comunidade de doadores (Comissão Europeia, FIDA e GEF) existindo neste momento boas perspectivas de canalização de recursos para a continuidade dos resultados do projecto RETESA.

Outcome 4.1 O projecto contou com um sistema de monitoria & avaliação funcional, proporcionando colecta e partilha de informação sobre os progressos de forma sistemática e em tempo útil. Foi feito um esforço para disseminar manuais e guias metodológicos em formatos apropriados. Foram sistematizadas boas práticas e disseminadas em diferentes formatos.

10 **QA4. Até que ponto o desenho do projecto incluiu aspectos de igualdade de género e contribuiu para o empoderamento da mulher através da sua implementação? Moderadamente insatisfatório.** O desenho do projecto não contemplou uma análise de género adequada. A implementação do projecto limitou-se a cumprir e monitorar as questões de género, em função do que pedia o documento de projecto, sem tentar melhorar o seu desenho inicial. No geral o **projecto** proporcionou igualdade de oportunidades a mulheres (e.g. 43% de mulheres beneficiárias das ECAP), embora não tenha produzido uma estratégia

específica nesta matéria. Não foram notificados impactos ou consequências negativas sobre as mulheres em nenhuma componente do projecto. A desagregação por género dos indicadores foi efectuada em muitos poucos casos.

- 11 **QA5. Como foi a abordagem do projecto para trabalhar com as comunidades locais relativamente à gestão de pastagens e práticas de gestão sustentável de terras, bem como para assegurar a participação das partes interessadas nos processos de tomada de decisão relacionados com o projecto? Satisfatório.** O projecto adoptou uma abordagem inclusiva e participativa no trabalho com as comunidades. Existem evidências de satisfação das comunidades com as actividades do projecto e com o seu envolvimento nas diferentes etapas de implementação. As comunidades estão mais confiantes e motivadas e sentem-se actores participantes da estratégia do projecto. O projecto promoveu a participação activa das **diferentes** partes interessadas, mas o nível de apropriação institucional por parte das instituições do Governo foi baixo ao longo de todo o projecto, em particular a nível Provincial. O projecto teve várias dificuldades em estabelecer acordos no terreno com ONG e por isso o estabelecimento dessas parcerias com como inicialmente previsto não foi alcançado na totalidade. Contudo, o projecto criou sinergias e complementaridades muito positivas com outros actores não previstos no documento do projecto, designadamente os projectos PIRAN e IRCEA implementados pela FAO, com o Fundo de Apoio Social (FAS) e Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED).
- 12 **QA6. Qual é a sustentabilidade dos resultados do projecto em termos ambientais, técnicos, sociais, financeiros e institucionais? Moderadamente satisfatório.** Face à actual conjunto económico-financiera, existem poucas condições para um aumento do investimento público para dar continuidade aos resultados do projecto. No entanto, existem boas perspectivas para a comunidade de doadores dar continuidade, designadamente através de novos projectos no curto prazo (Comissão Europeia, GEF, FIDA). No geral, as instituições públicas manifestam interesse em dar continuidade aos resultados do projecto. Contudo, é mais provável que essa continuidade seja através das próprias comunidades, no âmbito das ECAP, em particular aquelas que se encontram numa fase mais avançada do processo metodológico. Apesar dos avanços registados nos últimos anos ao nível da legislação de terras, no geral, o quadro legislativo e de políticas públicas em Angola precisa ainda de ser reforçado para incluir a com mais evidência a vertente de gestão sustentável e reabilitação de ecossistemas. Os impactos das alterações climáticas continuam muito visíveis na região Sul de Angola. É provável que esta região continue a ser afectada por fenómenos climáticos extremos, designadamente secas prolongadas, que podem comprometer alguns resultados do projecto.
- 13 **QA7. Quais são as lições-chave que podem ser aprendidas a partir do desenho, implementação dos resultados e sustentabilidade do projecto?** Existem sete lições que podem ser aprendidas com este projecto:
- A implementação de processos de construção de capacidades demanda tempo significativo, que pode exceder a duração do projecto.
 - Os projectos devem contemplar uma abrangência geográfica realista.

- Os projectos devem contemplar metas menos ambiciosas para os outputs, em particular no âmbito da implementação das ECAP.
- O envolvimento dos governos locais nos processos de tomada de decisão dos projectos é importante, assim como medidas que favoreçam a apropriação por parte das instituições nacionais.
- As ECAP necessitam de um pacote mínimo de recursos iniciais para funcionar de maneira adequada.
- As publicações (guias, manuais, relatórios, etc.) produzidos e distribuídas às instituições públicas devem ser adequadas à sua realidade e de fácil utilização prática.
- A integração de técnicos das instituições públicas nas equipas técnicas locais dos projectos deve ser priorizada em detrimento da contratação de pessoal externo.
- O desenho dos projectos deve incluir uma análise de género adequada e essa abordagem deve ser aplicada de forma consistente ao longo da execução.

Conclusões

QA1. A estratégia e as acções do projecto foram relevantes para responder às necessidades dos beneficiários e demais partes interessadas?

Conclusão 1. O projecto foi relevante face ao contexto do país e da sua área geográfica de intervenção, dado que a desertificação e o avanço das áreas áridas e semiáridas são visíveis, em particular na região Sul do país, e afectam negativamente os meios de subsistência das populações e contribuem para significativas mudanças em termos ambientais e naturais. O projecto foi coerente e alinhado com os principais instrumentos de política pública de Angola em matéria ambiental, de desenvolvimento e combate à pobreza. Foi também coerente com os objectivos e estratégias da FAO e GEF. No geral, a estratégia e acções do projecto contribuíram para responder à falta de capacidades a nível nacional, provincial e local para prevenir e reverter a degradação de terras, através da introdução e adopção de abordagens participativas para identificar e reabilitar áreas degradadas de forma coordenada entre as partes interessadas.

QA2. De que modo as modalidades de intervenção, a estrutura institucional e parcerias, os recursos e os procedimentos financeiros, técnicos e operacionais contribuíram ou impediram o alcance dos objectivos e resultados do projecto?

Conclusão 2. No geral, o arranjo institucional do projecto foi adequado, facilitando processos de tomada de decisão, coordenação e gestão descentralizada, incluindo boa dinâmica do Comité de Pilotagem. Contudo, verificou-se um baixo grau de apropriação por parte das instituições governamentais parceiras, tendo estas assumido uma postura passiva, limitando-se a esperar pelos financiamentos e pela implementação das actividades por parte da equipa do projecto. As capacidades e dimensionamento da equipa foram adequadas às exigências do projecto.

Conclusão 3. Verificaram-se atrasos muito significativos no arranque do projecto durante o ano 1, designadamente em termos de selecção e constituição da equipa, montagem do arranjo institucional e condições logísticas do projecto. Consequentemente, o início das actividades no terreno foi atrasado. Contudo, o projecto alcançou uma boa recuperação na execução das actividades planificadas a partir do ano 2, quando essas dificuldades foram ultrapassadas. No momento da avaliação final, uma taxa de execução financeira de 95%, uma taxa de desembolso do grant do GEF de 100% e uma taxa de co-financiamento dos parceiros superior a 100%.

QA3. Como foi a eficácia do projecto para alcançar os seus objectivos (global, desenvolvimento e ambiental) e resultados esperados? Que resultados, esperados ou inesperados, foram alcançados nas diferentes componentes do projecto?

Conclusão 4. No âmbito da Componente 1, um número muito significativo de pessoal foi capacitado sobre diferentes metodologias para análise da degradação de terras e da resiliência climática das comunidades. Existe interesse por parte das instituições para adoptar estas metodologias e maior capacidade e conhecimento disponível para o planeamento participativo da gestão integrada de terras, mas há poucas evidências que as instituições públicas vão introduzir estas metodologias nas suas rotinas e práticas diárias de trabalho. Os 6 planos de desenvolvimento territorial negociados e acordados com apoio do projecto são importantes e suscitaram muito interesse por parte das autoridades nacionais e beneficiários.

Conclusão 5. No âmbito da Componente 2, a metodologia das ECAP foi muito bem recebida por parte das instituições públicas e beneficiários. Contudo, o número de ECAP instaladas foi muito inferior ao inicialmente previsto (redução de 70 para 35 após a MTR), sendo que destas apenas 15 se encontram num estágio avançado, 12 num estágio medianamente funcional e 8 atrasadas. Apesar do número limitado de ECAP, conclui-se que esta metodologia foi útil e contribuiu para introduzir novas metodologias de trabalho comunitário, resultando em evidências claras de melhoria das técnicas agrícolas, produção animal e dos modos de vida das comunidades. Nesta componente destaca-se ainda a reabilitação de áreas de pastagem baseadas no ecossistema e a sua gestão participativa. O projecto introduziu metodologias inovadoras que foram bem recebidas pelas comunidade. Foi possível reabilitar mais de 750 hectares de pastagens, estabelecer cerca de 30.000 hectares de áreas de reserva de pastagens (mise en défense) e reabilitar 28 pontos de água. Contudo, estes são processos de transformação social e natural que demandam tempo para ser consolidados. Finalmente, o aprofundamento da etnoveterinária, baseada no conhecimento tradicional e nas parcerias com o ISCED foram relevantes e podem abrir novas oportunidades para as comunidades fazerem face aos problemas de saúde animal.

Conclusão 6. No âmbito da Componente 3, o projecto obteve avanços importantes no que se refere à elaboração de uma proposta de política de gestão sustentável de terras, embora esta ainda não tenha sido aprovada. Também foi importante a revisão a elaboração do guia metodológico para apoiar a implementação da lei de terras e a delimitação comunitária de terras. Contudo, a contribuição do projecto para o reforço da governança e diálogo entre múltiplos actores e diferentes

sectores do Governo foi muito limitada e não foi elaborado qualquer plano de investimento governamental para reforçar a gestão sustentável de terras.

Conclusão 7. No âmbito da Componente 4, os procedimentos de monitoria e avaliação do projecto foram adequados e o projecto conseguiu disseminar manuais e guias metodológicos, bem como sistematizar boas práticas que foram disseminadas junto dos actores relevantes.

Conclusão 8. No geral, o alcance dos objectivos foi satisfatório, designadamente em termos do objectivo global e de desenvolvimento. Conclui-se que existem evidências que mostram que as capacidades das comunidades foram reforçadas por via da adopção de técnicas de fertilização, irrigação, sementeira mais sustentáveis para os sistemas agrícolas, assim como ao nível da gestão de pastagens, em particular áreas de reserva (objectivo global) e que existem evidências da melhoria dos meios de vida das famílias beneficiárias (objectivo de desenvolvimento). No entanto, as evidências com relação ao objectivo ambiental são menos visíveis dado que se trata de resultados de mais longo prazo.

QA4. Até que ponto o desenho do projecto incluiu aspectos de igualdade de género e contribuiu para o empoderamento da mulher através da sua implementação?

Conclusão 9. O desenho do projecto contém limitações relativamente à integração das questões de género, não existindo uma estratégia adequada para este efeito. Ao longo da implementação, não foram observados esforços significativos por parte da equipa do projecto com as questões de género, com excepção da desagregação de alguns dados quantitativos por género (e.g. participantes nas capacitações, membros das ECAP, etc.).

QA5. Como foi a abordagem do projecto para trabalhar com as comunidades locais relativamente à gestão de pastagens e práticas de gestão sustentável de terras, bem como para assegurar a participação das partes interessadas nos processos de tomada de decisão relacionados com o projecto?

Conclusão 10. O projecto teve algumas dificuldades em estabelecer os acordos e parcerias com ONG previstos no documento de projecto inicial, mas esta limitação foi ultrapassada através das fortes sinergias e complementaridades que foram estabelecidas com outras acções em curso no terreno, designadamente implementadas pela FAO. Relativamente às comunidades, o projecto adoptou uma abordagem inclusiva e participativa, que se traduziu num elevado grau de satisfação das comunidades com as actividades do projecto e no seu envolvimento activo nas diferentes etapas de implementação.

QA6. Qual é a sustentabilidade dos resultados do projecto em termos ambientais, técnicos, sociais, financeiros e institucionais?

Conclusão 11. Em termos financeiros é pouco provável que nos próximos anos exista um aumento dos investimentos públicos nesta matéria, face à actual conjuntura económico-financeira do país. Em termos técnicos, nota-se que no geral as instituições públicas estão mais capacitadas e detêm mais conhecimento sobre as abordagens introduzidas para a gestão e planificação em matéria ambiental. Em

termos de sustentabilidade ambiental, é provável que esta venha a ser garantida, designadamente por acção das próprias comunidades, dado que estão a adoptar metodologias e práticas e tecnologias mais adaptadas à conservação do solo, da água e gestão das pastagens. Contudo, os impactos das alterações climáticas continuam muito visíveis na região Sul de Angola.

Recomendações

Recomendação 1. Avançar de imediato com a estratégia de sustentabilidade dos resultados do projecto (FAO): É recomendado que a FAO, enquanto agência implementadora, dê seguimento imediato e encoraje os diferentes parceiros para cumprir o plano de acção acordado para a estratégia de sustentabilidade dos resultados do projecto (ver Anexo 9). Estas acções foram acordadas na última reunião do Comité de Pilotagem no mês de Março de 2018. Elas contêm um conjunto de passos para garantir um mínimo de seguimento dos principais resultados, a fim de garantir a sua sustentabilidade. Cada proposta de acção está identificada com os respectivos responsáveis. É preciso não perder o timing para avançar com este plano.

Recomendação 2. O desenho de projectos similares deve ter maior duração (GEF): Futuros projectos GEF devem ter uma duração temporal mais longa, por exemplo 6 a 8 anos em lugar de 3 a 4 anos, ou considerar a possibilidade de contar com duas fases de projecto. Isto é particularmente importante em projectos que têm como foco a construção de capacidades e a promoção de mudanças institucionais para a planificação e gestão. Isto permitirá um acompanhamento mais continuado das instituições públicas, consolidando os conhecimentos transmitidos e as práticas/metodologias introduzidas. Isto é também particularmente importante no caso de projectos que contemplem vertentes de reforço da legislação e políticas públicas, tendo em conta o tempo necessário para a aprovação das leis e políticas pelos Governos.

Recomendação 3. Investir na formação/certificação de especialistas nacionais sobre metodologias inovadoras (GEF e FAO): Futuros projectos GEF/FAO devem apostar na criação, através de capacitação dirigida, de especialistas nacionais no âmbito das metodologias que pretendem introduzir (e.g. ECAP, LADA; GreeNTD, etc.). Trata-se de criar capacidades no país, através da formação/certificação de especialistas com treinamento internacional, capazes de replicar as formações após o término dos projectos. Deste modo, projectos subsequentes que utilizem essas metodologias não precisam depender da contratação sistemática de consultores/especialistas internacionais para realizar as capacitações. Em termos práticos, os projectos devem alocar recursos para esse efeito nas rubricas de “viagens” ou “capacitações internacionais” dirigidas à certificação internacional.

Recomendação 4. Realizar diagnósticos de capacidades institucionais realistas durante a fase de desenho e/ou instalação dos projectos (GEF e FAO): Futuros projectos GEF/FAO devem ser desenhados com base em diagnósticos realistas que mostrem as capacidades existentes a nível nacional e ao nível das instituições locais. Isto deve ser efectuado, preferencialmente, na fase de desenho dos projectos. É

fundamental conhecer quais são as reais capacidades para as instituições colaborarem com os projectos, tanto em termos financeiros, humanos, logísticos e de transporte. Com isto evita-se o risco de desenhar projectos baseados no pressuposto de que as instituições públicas têm capacidade para acompanhar e executar as acções, mas depois não dispõem de quaisquer meios para esse efeito (e.g. dinheiro para combustível, viaturas disponíveis, técnicos disponíveis, instalações apropriadas, etc.). É importante notar que também durante uma MTR ou ao longo do projeto, existe sempre a possibilidade de re-avaliar as capacidades sobretudo se, por exemplo, ocorre uma mudança de governo ou algum choque externo.

Recomendações 5. Promover parcerias com Universidades/Institutos de Investigação nacionais para a produção de conhecimento nacional e regional (GEF e FAO): Futuros projectos GEF e FAO que contemplem dimensões de produção e disseminação de conhecimento devem prever colaborações/parcerias efectivas com Universidades e centros de investigação existentes nos países. Isto deve ser alcançado através de uma análise prévia das instituições existentes e suas capacidades (análise de stakeholders) durante a fase de desenho. Posteriormente, devem ser previstos desde início contratos/acordos com estas instituições para a realização de actividades do projecto. Com isto pretende-se promover a produção de conhecimento em conjunto com especialistas/investigadores nacionais, bem como contribuir para reforçar os serviços de extensão e investigação & desenvolvimento (I&D) a nível dos países.

Recomendação 6. Incluir o ensino formal dos países nos processos de construção de capacidades (GEF e FAO): Futuros projectos GEF/FAO devem incluir também o ensino formal (ensino médio e ensino superior) como beneficiários dos processos de construção de capacidades, em complemento com a formação exclusiva de técnicos das instituições públicas (serviços municipais, serviços agricultura, veterinária e ambiente). Na prática, pretende-se que os alunos do ensino médio e superior beneficiem também das acções de formação/capacitação e assim tenham acesso a informação sobre as metodologias inovadoras introduzidas pelos projectos. No curto prazo, serão eles os potenciais técnicos das instituições públicas. Para além da realização de capacitações dirigidas a este público-alvo, futuros projectos GEF/FAO devem também focar a construção de capacidades dos países através do ajustamento ou revisão dos currículos dos cursos oferecidos nas escolas, por forma a contemplarem as novas metodologias.

1 Introdução

- 1 Este relatório apresenta as constatações da Avaliação Final (AF) independente do projecto "RETESA - Reabilitação de Terras e Gestão de Áreas de Pastagem nos Sistemas de Produção Agro-Pastoris dos Pequenos Produtores do Sudoeste de Angola (GCP/ANG/048/GFF)". A AF é um procedimento obrigatório da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e do Fundo Global para o Ambiente (GEF) para os projectos GEF de tamanho grande (*full-sized projects*). Este exercício foi conduzido por um consultor externo e independente durante o período de Fevereiro a Abril de 2018.
- 2 O projecto RETESA é um esforço conjunto entre o Ministério do Ambiente (MINAMB), o Ministério da Agricultura e Florestas (MINAGRIF), o Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU) através da Unidade Técnica Nacional de Luta Contra à Pobreza através dos seus Programas Municipais Integrados de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP), e os Governos Provinciais do Namibe, Huíla e Benguela, juntamente com a FAO enquanto agente executor e o GEF.
- 3 O projecto foi aprovado no ano 2014 e a sua execução estava prevista até Abril de 2018. O projecto dispõe de um orçamento total de USD 20.304.636, dos quais 15% (USD 3.013.636) foram financiados pelo GEF, sendo os demais 85% co-financiados pelos parceiros locais.
- 4 A estratégia global do projecto visa reforçar a falta de capacidades a nível nacional, provincial e local para prevenir e reverter a degradação de terras, através da introdução e adopção de abordagens participativas para identificar e reabilitar áreas degradadas de forma participada e coordenada entre as múltiplas partes interessadas. O projecto encontra-se estruturado em 4 componentes: Componente 1 – Planeamento e gestão de pastagens; Componente 2 – Reabilitação de áreas de pastagens através da melhoria da gestão dos pastos e manadas; Componente 3 – Integração da gestão sustentável de terras nas políticas; Componente 4 – Monitoria do projecto e disseminação de boas práticas.

1.1 Propósito da avaliação

- 5 Esta AF serve o duplo propósito de prestação de contas e aprendizagem. Esta AF analisou o desenho e o processo de implementação do projecto, bem como os seus resultados e valor relevante para os beneficiários e para as prioridades e necessidades nacionais. Analisou ainda os factores que poderão contribuir para a sustentabilidade dos resultados.
- 6 Esta AF procurou documentar lições que permitam informar futuras acções tendo em vista a ampliação, replicação ou seguimento dos resultados do RETESA através de outros projectos no país que possam utilizar abordagens, metodologias e ferramentas similares. Esta AF procurou apresentar recomendações estratégicas no sentido de, *inter alia*, maximizar a institucionalização dos resultados e apropriação pelas diferentes partes interessadas, bem como disseminar informação para outras instituições que possam dar continuidade a esta intervenção.

Os usuários desta AF serão o GEF, os beneficiários e os contrapartes nacionais em Angola, parceiros do projecto e a própria FAO. Estes beneficiarão de um exercício externo e independente para prestar contas (*accountability*) e também documentar lições aprendidas e informar acções futuras. Outros actores, como agências de desenvolvimento e doadores, poderão usar os resultados desta avaliação para ajustar as suas acções no terreno e dar continuidade aos resultados deste projecto, em particular na região Sul do país.

1.2 Âmbito e objectivo da avaliação

- 7 **Âmbito:** Esta avaliação considerou todo o período de execução do projecto (Abril 2014 a Abril 2018), embora focando em particular o período a seguir à revisão de meio percurso (Julho 2016 a Abril 2018), cujas recomendações se encontram no Anexo 3, bem como a respectiva proposta de ajuste de actividades e outputs, que se encontra no Anexo 4. A avaliação abrangeu a totalidade da área geográfica do projecto (Províncias da Huíla, Namibe e Benguela), em particular os cinco Municípios abrangidos (Virei, Bibala, Camucuio, Chongoroi, Quilengues) – ver mapa no Apêndice 1.
- 8 Esta avaliação analisou as quatro componentes do projecto. Na medida do possível, procurou evidências do terreno para comprovar o alcance e qualidade dos resultados do projecto, comparando com o seu desenho inicial, sempre com uma perspectiva de identificar lições aprendidas. A avaliação tomou em consideração os objectivos do GEF ao nível do projecto, designadamente: i) promover a prestação de contas (*accountability*) para alcançar os objectivos do GEF; ii) promover a aprendizagem e partilha de conhecimento.
- 9 A análise e constatações tomaram como referência os critérios de avaliação internacionalmente reconhecidos: relevância, eficiência, eficácia, sustentabilidade. Outros parâmetros de análise incluíram apropriação, envolvimento de *stakeholders*, questões de género e riscos financeiros, sociais, políticos e ambientais.
- 10 **Objectivos:** O objectivo principal desta AF foi providenciar uma análise abrangente e sistemática do projecto analisando o seu desenho, implementação e alcance dos objectivos e resultados, incluindo o seu valor para as diferentes partes interessadas nos níveis público/ministerial e comunitário. Esta AF identificou também os impactos e sustentabilidade dos resultados e o grau de alcance dos resultados de longo-prazo.
- 11 Este objectivo foi identificado pela OED em consulta com a PTF (equipa do projecto) e doadores para responder às necessidades e prioridades identificadas pelos usuários primários desta avaliação.
- 12 O avaliador guiou-se pela Matriz de Avaliação (ver Apêndice 2) que inclui as seguintes principais Questões de Avaliação (QA):

QA1. A estratégia e as acções do projecto foram relevantes para responder às necessidades dos beneficiários e demais partes interessadas?³

QA2. De que modo as modalidades de intervenção, a estrutura institucional e parcerias, os recursos e os procedimentos financeiros, técnicos e operacionais contribuíram ou impediram o alcance dos objectivos e resultados do projecto?

QA3. Como foi a eficácia do projecto para alcançar os seus objectivos (global, desenvolvimento e ambiental) e resultados esperados? Que resultados, esperados ou inesperados, foram alcançados nas diferentes componentes do projecto?

QA4. Até que ponto o desenho do projecto incluiu aspectos de igualdade de género e contribuiu para o empoderamento da mulher através da sua implementação?

QA5. Como foi a abordagem do projecto para trabalhar com as comunidades locais relativamente à gestão de pastagens e práticas de gestão sustentável de terras, bem como para assegurar a participação das partes interessadas nos processos de tomada de decisão relacionados com o projecto?

QA6. Qual é a sustentabilidade dos resultados do projecto em termos ambientais, técnicos, sociais, financeiros e institucionais?

QA7. Quais são as lições-chave que podem ser aprendidas a partir do desenho, implementação e sustentabilidade do projecto?

1.3 Metodologia

- 13 Esta avaliação foi realizada por um consultor internacional independente (ver perfil do avaliador no Anexo 1) com apoio e assistência do Gestor de Avaliação (EM) do Escritório de Avaliação da FAO (OED), do Assessor Técnico Principal do Projecto (CTA) e do Oficial de Direcção Técnica (LTO). A equipa do projecto em Angola providenciou apoio na organização das visitas de terreno e reuniões com actores-chave, bem como disponibilizou a informação e documentação necessárias para a avaliação, incluindo a partilha de opiniões sobre os aspectos de implementação do projecto.
- 14 Esta AF foi conduzida de acordo com a orientação, regras e procedimentos do GEF e da FAO para este tipo de exercício. Esta AF seguiu as “Normas & Parâmetros” do Grupo de Avaliação das Nações Unidas (UNEG)⁴ e seguiu o Manual OED e as suas directrizes metodológicas e práticas. Esta avaliação seguiu os princípios de independência, imparcialidade, transparência, disseminação, ética, credibilidade e utilidade.

³ Levando em consideração revisões e ajustamentos, em conformidade com as recomendações da MTR.

⁴ <http://www.uneval.org/document/detail/21>

- 15 Esta AF adoptou uma abordagem participativa e transparente ao longo de todo o processo, envolvendo a equipa de projecto, Governos provinciais e locais, o Comité de Pilotagem, beneficiários directos e outras partes interessadas (e.g. serviços públicos de ambiente, agricultura e veterinária). Este exercício fornece informações baseadas em evidências que são credíveis, tendo sido verificadas pelo avaliador durante o processo de avaliação. Foi utilizada triangulação de informação para validar as evidências e apoiar a análise de informação como suporte às conclusões e recomendações.
- 16 A Matriz de Avaliação contempla um conjunto de sub-questões, bem como os métodos e fontes para colecta de informação e evidências. A agenda das visitas de terreno e lista de pessoas encontradas encontra-se no Anexo 2. Os seguintes métodos e ferramentas principais foram utilizados nesta avaliação:
- **Análise Documental:** Leitura e revisão de documentação sobre o projecto: Documento de Projecto (ProDOC), planos anuais de trabalho, relatórios de revisão do projecto (PIR), relatórios semestrais de progresso (PPR), relatórios financeiros, relatórios de missões de *backstopping*, *tracking tool* sobre degradação de terras, relatórios de consultoria, publicações produzidas pelo projecto, entre outra documentação sobre o país e temática.
 - **Entrevistas semi-estruturadas:** Condução de entrevistas (presenciais e via Skype) com diferentes partes interessadas, incluindo FAO-GEF, responsáveis pelo projecto, consultores, autoridades governamentais a nível provincial e local, actores locais.
 - **Visitas de terreno:** Verificação *in loco* das realizações do projecto no terreno, o interesse e capacidades das comunidades e actores locais, bem como o apoio providenciado ao projecto pelas instituições governamentais.
 - **Focus Group:** Realização de grupos de discussão com beneficiários (comunidades) e autoridades nos locais de realização do projecto.
 - **Workshop/Comité de Pilotagem:** Participação e facilitação de reunião com Comité de Pilotagem (incluindo a participação do Ponto Focal do GEF) no final da missão de terreno para partilhar as principais constatações do avaliador e discutir/validar as principais conclusões e recomendações.
 - **Briefings/Debriefings:** no início e final das missões de terreno foram realizadas sessões com o CTA do projecto e Representação da FAO em Angola para apresentação das principais constatações e discussão das principais recomendações.

1.4 Limitações

- 17 Esta avaliação estava inicialmente prevista para ser realizada por uma equipa de duas pessoas (consultor internacional e consultor nacional). Contudo, não foi possível contratar consultor nacional devido à ausência de candidaturas de potenciais interessados. O trabalho de equipa foi complementado com apoio fundamental por parte da EM que prestou assistência metodológica e acompanhou o início da visita de terreno realizando algumas entrevistas.

- 18 Infelizmente não foi possível entrevistar o Representante da FAO em Angola e Titular do Orçamento (BH) do projecto, dado que o seu mandato terminou antes do início da missão de terreno, razão pela qual já não se encontrava no país.
- 19 Existiram problemas logísticos com a obtenção do visto do avaliador, o que determinou atraso de 1 dia na chegada ao país e, conseqüentemente, a possibilidade de realizar algumas entrevistas a nível central. Este problema foi ultrapassado com apoio da EM que realizou entrevistas a responsáveis do Ministério do Ambiente em Luanda ao início da missão.
- 20 Por último, a abrangência geográfica do projecto (3 Províncias) condicionou as visitas de terreno a um número limitado de comunidades e locais de realização das actividades. A equipa de avaliação, em conjunto com a equipa do projecto, seleccionou um número limitado de comunidades e locais representativos, com base numa amostra aleatória, mas representativa, da realidade das 3 Províncias.

1.5 Estrutura do relatório

- 21 Este relatório encontra-se dividido em três partes principais, para além do **Capítulo 1**, contendo notas introdutórias e metodológicas. O **Capítulo 2** descreve o contexto de base para a formulação do projecto, evidenciando em particular o uso insustentável dos recursos naturais que tem causado aumento da degradação dos solos e desertificação. Neste capítulo também se analisa a teoria de mudança do projecto, incluindo a sua estrutura lógica, a cadeia de resultados definida (actividades – outputs – outcomes – objectivos) e sua contribuição para alcançar a estratégia global do projecto. O **Capítulo 3** é a parte mais longa deste relatório, dado que apresenta as principais constatações e analisa criticamente a performance e os resultados do projecto para cada uma das questões-chave desta avaliação final. O **Capítulo 4** sistematiza as principais conclusões e apresenta algumas recomendações que podem informar outros projectos FAO-GEF, numa lógica de continuidade dos resultados e melhoria de acções futuras. Este relatório conta ainda com um conjunto de **apêndices**, bem como **anexos** relevantes em documento separado.

2 Antecedentes e contexto do projecto

2.1 Antecedentes e contexto

- 22 De acordo com o documento de projecto, a República de Angola tem uma superfície de 1 246 700 km², dos quais 43% se encontram sob a forma de prados e pastagens permanentes. O país ainda se ressentir dos efeitos da guerra civil (terminada em 2002), em particular nas áreas rurais, onde as condições de vida continuam a ser difíceis, com elevada pobreza e insegurança alimentar. A capacidade dos ecossistemas em fornecer serviços está sob alta pressão devido ao uso insustentável dos recursos naturais, em particular solo e água, bem como pelos efeitos das alterações climáticas. Isto tem causado aumento da degradação dos solos e desertificação.
- 23 Em particular no Sudoeste do país, área de intervenção do projecto, o contexto árido e semiárido e o impacto das alterações climáticas têm contribuído para uma diminuição da cobertura do solo e aumento da erosão. A perda de biodiversidade está levando a uma perda de espécies e a uma redução da disponibilidade alimentar para o gado. De acordo com os estudos de base realizados no âmbito do processo de preparação do deste projecto, a Produção Primária Líquida (NPP) na área do projecto diminuiu de 0,3 KgC/ha por ano.
- 24 As principais causas da degradação de terras identificadas na área do projecto são a utilização de práticas agrícolas pouco sustentáveis, o desmatamento e o sobre pastoreio nas áreas de pastagem. Os resultados mais visíveis são o desaparecimento de gramíneas e arbustos forrageiros, bem como o aumento das espécies menos palatáveis. Como consequência, o gado da região concentra-se em poucos locais seleccionados, aumentando a pressão sobre os recursos da terra, da floresta e da água. A redução da terra fértil, acompanhada por uma população crescente, é a principal causa de disputas, especialmente entre camponeses e fazendeiros, pastores tradicionais e criadores comerciais de gado.
- 25 Foi neste contexto que o Governo de Angola, através de apoio técnico e metodológico da FAO e co-financiamento do GEF, decidiu avançar com o projecto RETESA no Sudoeste do país visando impedir a continuada degradação de terras através do reforço das capacidades dos pequenos produtores agro-pastoris a das instituições públicas relacionadas, incluindo a reabilitação de terras através de tecnologias de gestão sustentável, ao mesmo tempo que contribui para melhorar os modos de vida das comunidades locais. A estratégia global do projecto está orientada para a realização de experiências concretas e tangíveis no âmbito do desenvolvimento territorial que, a partir do nível local contribuam para a definição de iniciativas mais amplas e sua inclusão nas políticas nacionais.

2.2 Identificação do projecto

Título: Reabilitação de terras e gestão das áreas de pastagem nos sistemas de produção agro-pastoril de pequenos produtores no Sudoeste de Angola (RETESA)	
Símbolo: GCP/ANG/048/GFF	
País beneficiário: Angola	
Parceiro de Recurso: Fundo Global do Ambiente (GEF)	
ID projecto FAO: 615423	
ID projecto GEF: 4720	
Área Focal do GEF: GEF-5 Degradação de Terras	
Objectivos Estratégicos GEF/LDCF⁵/SCCF⁶:	
LD-1 – Sistemas de Agricultura e Pastagens: Manutenção ou melhoria do fluxo de serviços dos agro-ecossistemas que sustentam os meios de subsistência de comunidades locais	
LD-3 – Paisagens Integradas: redução da pressão sobre os recursos naturais na competição pelo uso da terra	
Contribuição para o Quadro Estratégico da FAO:	
A) Objectivo Estratégico/Resultados organizacionais: SO-2: OO1, OO2, OO4	
B) Objectivo Regional/Área prioritária: Prioridade 2 para Africa	
C) Resultado do Quadro de Programa de País: Prioridade 2, Resultado 2.1 e 2.2	
Data de entrada no plano de trabalho do GEF: 29/02/2012	
Aprovação CEO GEF: 28/01/2014	
Início da implementação do projecto: 23/04/2014	
Proposta de fim do projecto: Junho 2018	
Revisão de Meio Termo: Junho 2016	
Status de implementação: 1 st PIR (2015); 2 nd PIR (2016); 3 rd PIR (2017)	
Plano Financeiro (USD):	
GEF/LDCF/SCCF:	3. 013. 636,00
Co-financiamento:	
FAO	550. 000,00
Ministério do Ambiente	300. 000,00
Ministério da Agricultura	9. 641. 000,00
Ministério do Comércio	5. 000. 000,00
Província do Namibe	1. 800. 000,00
Sub-total do Co-financiamento	17. 291. 000,00
Orçamento Total	20. 304. 636,00
<p>Os parceiros nacionais do projecto incluem estruturas do Governo a nível central (MINAMB, MINAGRIF, MASFAMU⁷), a nível provincial (Governos Provinciais do Namibe, Huíla, Benguela - designadamente através das Direcções Provinciais do Ambiente e Agricultura) e a nível municipal (Administrações Municipais de Virei, Bibala, Camuciuo, Quilengues, Chongoroi). Inclui ainda os Departamentos Provinciais de instituições técnicas especializadas como o Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), o Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), o Instituto de Serviços Veterinários (ISV) e as Estações Zootécnicas e Estações Agronómicas e UNMLCP que são coordenadas pelos Administradores Municipais. Inclui ainda outros parceiros como ONG, Organizações de base comunitária e Universidades.</p>	

⁵ Least Developed Countries Fund.

⁶ Special Climate Change Fund.

⁷ Inicialmente estava incluído o Ministério do Comércio como parceiro, dado que incluía a Unidade de Combate à Pobreza. Com a passagem do Programa Nacional de Combate à Pobreza para o MASFAMU, ficou este Ministério como parceiro do RETESA.

2.3 Teoria da mudança

- 26 A gestão sustentável de terras e das áreas de pastagem continua um enorme desafio que Angola enfrenta em termos de sustentabilidade dos recursos naturais e melhoria das condições de vida das populações agro-pastoris, em particular no Sul de Angola. Como ponto de partida, foram identificados **quatro problemas-chave aos quais este projecto pretende responder**. Foi com base nesses problemas-chave que se definiram as componentes principais do projecto, como se mostra no quadro seguinte:

Gráfico 1: Problemas chave e componentes principais do projecto

Problemas-chave	Componentes do Projecto
<ul style="list-style-type: none"> Baixas capacidades institucionais para avaliar a degradação de terras e incorporar estes aspectos no planeamento territorial para a gestão sustentável de terras a nível nacional, provincial e local (municipal e da comunidade). 	<p>Componente 1 Planeamento e gestão de áreas de pastagens</p>
<ul style="list-style-type: none"> Existência de práticas de agricultura / pecuária tradicionais e a falta de medidas adaptadas de conservação do solo e da água, que reduzem os serviços dos agro-ecossistemas, e agravam a degradação do solo. 	<p>Componente 2 Reabilitação das áreas de pastagens através da melhoria da gestão dos pastos e das manadas</p>
<ul style="list-style-type: none"> Debilidade da estrutura institucional e limitada consciência/conhecimento das comunidades sobre o quadro normativo em vigor. Falta de coordenação intersectorial e investimentos para reduzir e prevenir a degradação de terras. 	<p>Componente 3 Integração da gestão sustentável de terras nas políticas e programas do sector ambiental e agrícola</p>
<p><i>Trata-se de uma componente que contribui de forma transversal para responder a estes problemas através de uma gestão do projecto baseada em resultados e disseminação das suas boas práticas.</i></p>	<p>Componente 4 Monitoria do projecto e disseminação de boas práticas</p>

Fonte: Elaboração própria com base no documento de projecto

- 27 Assim, a **estratégia global do projecto** foi definida no sentido de reforçar a falta de capacidades a nível nacional, provincial e local para prevenir e reverter a degradação de terras, através da introdução e adopção de abordagens participativas para identificar e reabilitar áreas degradadas de forma participada e coordenada entre as múltiplas partes interessadas.
- 28 Em termos de **desenho**, o projecto foi estruturado em **4 componentes**. Em conjunto, estas componentes apresentam uma estratégia lógica e coerente para produzir mudanças, respondendo de forma directa aos principais problemas identificados no cenário de partida. O quadro seguinte sistematiza a estratégia de intervenção do projecto para cada componente.

Gráfico 2: Estratégia de intervenção do projecto para cada componente

Componentes	Estratégia do Projecto
Componente 1 Planeamento e gestão de áreas de pastagens	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Visa facilitar o planeamento e a gestão integrada de pastos, fornecendo os conhecimentos e ferramentas para análise da degradação de terras (e.g. LADA), construindo capacidades a nível central, provincial e local, fortalecendo os tomadores de decisão para a mitigação dos conflitos entre diferentes grupos de interesse, em particular ao longo da rota de transumância.
Componente 2 Reabilitação das áreas de pastagens através da melhoria da gestão dos pastos e das manadas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Visa aumentar o conhecimento e a adopção de práticas de gestão sustentável de terras a nível comunitário, para melhorar a gestão das manadas e reabilitar as terras de pasto degradadas. Inclui, em particular, iniciativas com a metodologia das Escolas de Campo Agro-Pastoris (ECAP), planeamento comunitário com foco na reabilitação-piloto baseada no ecossistema, reabilitação dos pontos de água, melhoramento de pastagens com base comunitária e estabelecimento de áreas <i>mise en défense</i>.
Componente 3 Integração da gestão sustentável de terras nas políticas e programas do sector ambiental e agrícola	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Visa reforçar as políticas públicas com a introdução da abordagem da gestão sustentável de terras e introduzir esquemas e investimento. Foca-se, em particular, nas estruturas governamentais visando o diálogo intersectorial e a adopção de quadros normativos e legislativos adequados.
Componente 4 Monitoria do projecto e disseminação de boas práticas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Visa assegurar uma monitoria sistemática baseada em resultados e a avaliação dos progressos do projecto, assim como a documentação e disseminação de boas práticas e lições aprendidas.

Fonte: *Elaboração própria com base no documento de projecto*

- 29 Em termos **geográficos** o projecto abrange a principal rota de transumância do país (ver Apêndice 1) e contemplando cinco municípios em quatro províncias: Província de Namibe (municípios de Virei, Camucuo, Bibala), Província da Huíla (município de Quilengues) e Província de Benguela (município de Chongoroi).
- 30 O desenho do projecto apresenta uma **cadeia de resultados** bem definida com uma sequência lógica e coerente de inputs/actividades – outputs – outcomes – impacto para produzir as mudanças nas comunidades e território. Os recursos colocados à disposição do projecto serão assim utilizados para implementar um conjunto de actividades que originarão **20 outputs**, os quais contribuirão para alcançar **8 outcomes**.
- 31 Durante a MTR foi proposto um ajuste em alguns outputs e também no conteúdo de algumas actividades, conforme se mostra no Anexo 4. O quadro seguinte resume a estrutura do projecto após a MTR.

Gráfico 3: Estrutura do projecto após a MTR

OUTCOMES	OUTPUTS
Componente 1: Planeamento e gestão de áreas de pastagens	
<p>Outcome 1.1: No final do projecto, é criada uma capacidade e o conhecimento está disponível para o planeamento participativo da gestão integrada de terras a nível nacional, provincial e local (comunidade).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Produto 1.1.1: 40 funcionários do MA, MINADER, e do governo provincial treinados no local de trabalho sobre a implementação da metodologia LADA e do conhecimento da Degradação da terra (incluindo processos e causas da degradação local). • Produto 1.1.2: São melhoradas as capacidades de 20 tomadores de decisões e 20 organizações da sociedade civil a nível local, para o planeamento da gestão territorial participativa em todo o ecossistema. • Produto 1.1.3: 6 planos de gestão territorial integrada desenvolvidos com a participação de agricultores / pastores e associações costumeiras numa área de 3 000 hectares.
Componente 2: Reabilitação das áreas de pastagens através da melhoria da gestão dos pastos e das manadas	
<p>Outcome 2.1: No final do projecto, as práticas de gestão integrada de gado-ECAP geram um aumento da produção agro-pastoril, com um total de 2 800 pastores (30% mulheres) beneficiários.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Produto 2.1.1: Um grupo de 20 gestores de programas, formadores e pessoal dos serviços de extensão treinados como facilitadores de ECAP, em práticas de GST e de gestão de gado. • Produto 2.1.2: 35 ECAP em GST estabelecidas e 1400 pastores / agricultores (pelo menos 25% mulheres) adoptam práticas de GST e gestão de gado através dum plano de acção comunitário.
<p>Outcome 2.2: Ao final do projecto, reabilitação de mais de 13 500 ha baseada no ecossistema, dos quais 600 ha são reabilitados e 900 ha definidos como <i>mise en défense</i> que geram a cobertura vegetal incrementada.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Produto 2.2.1: As comunidades capacitadas nos princípios de reabilitação baseados no ecossistema e avaliação da degradação dos solos, realizam a sementeira numa área de 500 ha. • Produto 2.2.2: Implementação de seis sistemas de verificação e experimentação baseados na ECAP para a adaptabilidade e a palatabilidade dos capins e seis áreas de pastagens naturais e/ou forragem estabelecidas e geridas pelas comunidades. • Produto 2.2.3: Melhoria ao nível comunitário da gestão da água e da disponibilidade hídrica para o gado através da reabilitação participativa de 15 pontos de água. • Produto 2.2.4: 900 ha de áreas <i>mise en défense</i> estabelecidos em três comunidades para a alimentação estratégica do gado, o melhoramento das pastagens, bem como a conservação da terra e da biodiversidade.
<p>Outcome 2.3: Ao final do projecto, a subsistência das famílias em pelo menos 70 comunidades tem melhorado através; (i) aumento dos produtos pecuários, e (ii) apoio de dois sistemas de produção não-pecuárias de pequena escala.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Produto 2.3.1: Agro-pastores e agricultores em cinco comunidades pastorais adoptam tecnologias de produção melhoradas • Produto 2.3.2: Os agro-pastores têm incorporado práticas de etnoveterinária.
Componente 3: Integração da gestão sustentável de terras nas políticas e programas do sector ambiental e agrícola	
<p>Outcome 3.1: Maior integração de GST nas políticas e programas, e reforço das políticas existentes, dos regulamentos e da</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Produto 3.1.1: Uma política de reforço da aplicação GST nas áreas pastorais é proposta para a aprovação. • Produto 3.1.2: Revisão da metodologia da delimitação

relativa aplicação.	<p>comunitária de terras e divulgação das Directrizes Voluntárias VGGT.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produto 3.1.3: A GST está integrada nos projectos e programas da Comissão Nacional sobre Alterações Climáticas e Biodiversidade.
<p>Outcome 3.2: Ao final do projecto a tomada de decisão é reforçada através da criação de um painel de discussão de todo o sector sobre a DT (incluindo a pesquisa da sociedade civil, organismos internacionais e governo) com foco nas áreas de transumância, para reduzir a duplicação e aumentar a consciência; as lições aprendidas e as colaborações sobre a GST são estabelecidas entre pelo menos três programas em andamento</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Produto 3.2.1: Criação de uma plataforma on-line para discussão e partilha de opiniões e experiências sobre gestão sustentável de terras em Angola.
<p>Outcome 3.3: Aumento dos investimentos através de provisões de orçamento específicas, feitas por MINAMB, MINAGRI, e administrações descentralizadas para melhorar a GST nos sistemas agro-pastoris.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Produto 3.3.1: Elaboração do plano de investimento governamental desenvolvido para apoiar os pequenos créditos para a GST e a reabilitação territorial complementando o Plano Nacional de Gestão Ambiental existente, assim como monitoramento dos investimentos de doadores.
Componente 4: Monitoria do projecto e disseminação de boas práticas	
<p>Outcome 4.1: A implementação do projecto baseia-se nos resultados da gestão e das lições aprendidas para a facilitação das operações futuras.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Produto 4.1.1: Um sistema de monitoria do projecto operante para fornecer relatórios semestrais sobre os progressos na consecução de produtos e resultados do projecto • Produto 4.1.2: Avaliação intermédia e final realizada • Produto 4.1.3: Boas práticas e lições aprendidas relativas ao projecto disseminadas

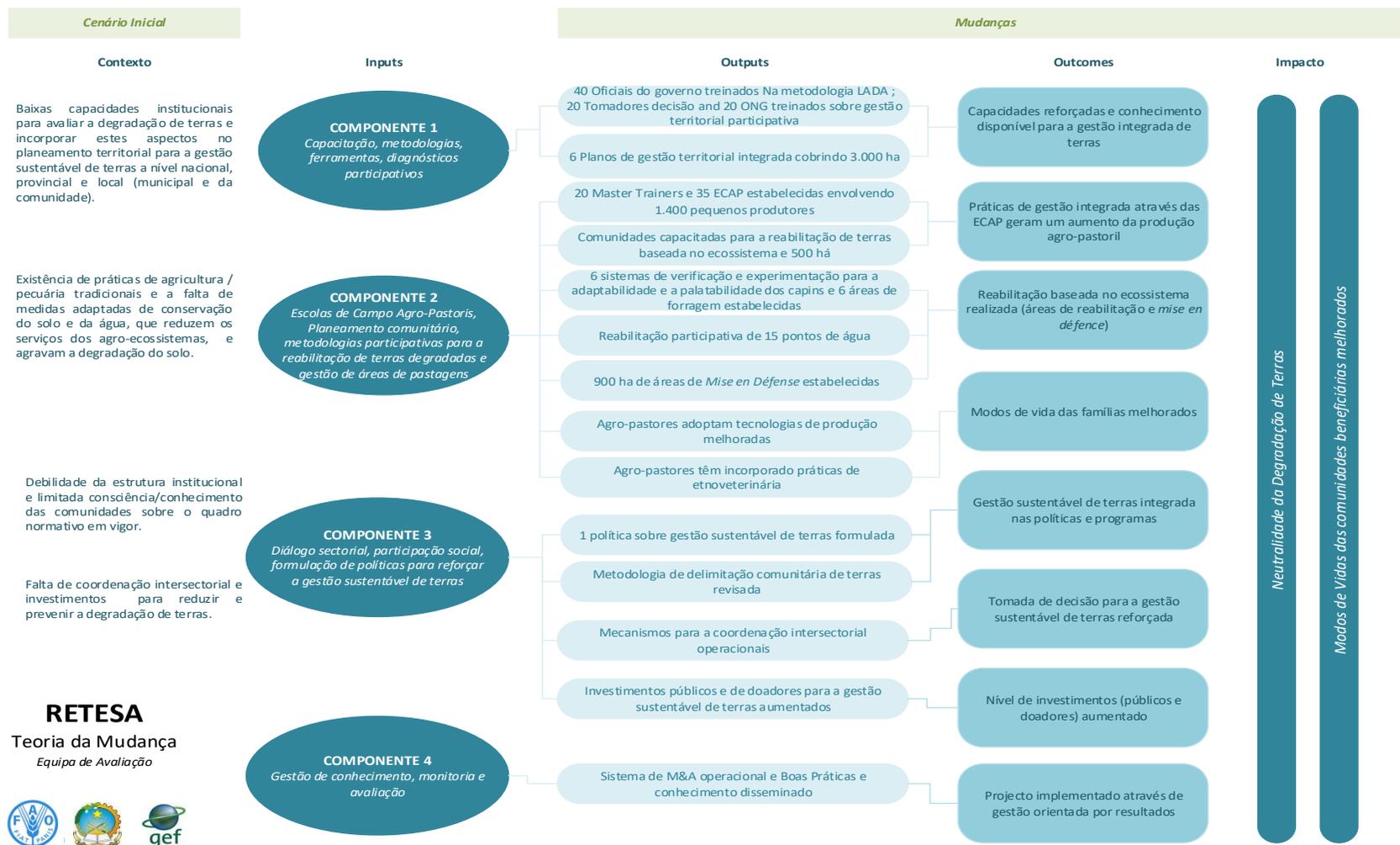
Fonte: Documento de projecto

32 Por último, estes resultados esperados devem contribuir para alcançar três **objectivos principais** do projecto:

- **Objectivo geral:** Melhorar a capacidade dos pequenos pastores do sudeste de Angola em mitigar o impacto dos processos de degradação do solo e reabilitar as terras degradadas através da integração das tecnologias de gestão sustentável de terras nas iniciativas de desenvolvimento agro-pastoris e agrícolas.
- **Objectivo ambiental:** Prosseguir a neutralidade da degradação de terras melhorando as capacidades dos pequenos pastores do sudeste de Angola para mitigar o impacto dos processos de degradação de terras e reabilitar as terras degradadas através da integração das tecnologias de gestão sustentável de terras nas iniciativas de desenvolvimento agro-pastoris e agrícolas.
- **Objectivo de desenvolvimento:** Melhorar os meios de subsistência locais introduzindo abordagens de gestão sustentável de terras adaptadas localmente e fortalecendo e diversificando a cadeia de valores de produtos animais e não-animais.

- 33 A figura seguinte apresenta o esquema **gráfico da Teoria da Mudança** mostrando a articulação lógica entre os problemas identificados no cenário de partida, as componentes do projecto e os resultados que se pretendem alcançar, conforme descrito nos parágrafos anteriores.

Figura 1: Teoria da Mudança



3 Questões da avaliação: principais constatações⁸

3.1 QA1. A estratégia e as acções do projecto foram relevantes para responder às necessidades dos beneficiários e demais partes interessadas?

Constatação 1 – Altamente satisfatório

- A estratégia do projecto respondeu às prioridades de Angola em matéria de gestão sustentável de terras e o projecto esteve alinhado com as prioridades identificadas nas principais políticas nacionais existentes nesta matéria.
- O projecto foi coerente e alinhado com o Objectivo Estratégico da FAO (SO2), o Quadro Estratégico da FAOP para África, a estratégia das Nações Unidas em Angola (UNPAF, 2015-2019), a estratégia da FAO no país (CPF 2013-2017) e a estratégia do GEF na área temática sobre “Degradação de Terras”.
- A estratégia do projecto foi adequada para às necessidades de capacitação das instituições públicas através da introdução de metodologias inovadoras e também foi adequado para responder às necessidades dos beneficiários promovendo o seu envolvimento de forma participativa.
- A equipa do projecto fez uma adequada gestão dos riscos, os quais foram sendo actualizados ao longo do período de implementação.
- O projecto contou com um sistema de monitoria & avaliação (M&A) adequado que possibilitou a colecta de informação sistemática no terreno e a produção de relatórios em diferentes formatos e atempadamente.

Relevância para as prioridades de Angola

- 34 O projecto responde às **prioridades de Angola** em matéria de Gestão Sustentável de Terras. Embora os recursos públicos nacionais sejam escassos, em face da crise financeira dos últimos anos, existem evidências de que esta temática é prioridade na agenda política. O projecto RETESA é coerente e está alinhado com as prioridades identificadas nos seguintes **programas e políticas**: Programa Nacional de Combate à Desertificação (PANCOD, 2014), Comunicação Nacional à Convenção Quadro das Nações Unidas, Plano de Acção Nacional de Adaptação (PANA, 2011), Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre Biodiversidade (ENPAB, 2006), Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo de Angola (Angola 2025), Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 (PND), Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo do Sector Agrário 2013-2017 (PDMPSA) e Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP, 2010).

Coerência e alinhamento com GEF e FAO

- 35 O projecto foi coerente com o **Objectivo Estratégico da FAO (SO2)** – Tornar a agricultura, florestas e pescas mais produtivas e eficientes, especificamente com os

⁸ Apêndice 6 apresenta o resumo dos criterios FAO –GEF (ratings).

Resultados Organizacionais OO1, OO2 e OO4⁹. Com efeito, a introdução de práticas de gestão sustentável de terras a nível comunitário, designadamente através das ECAP, contribuiu para aumentar o conhecimento e as capacidades das famílias para prover bens e serviços nos sistemas de produção agrícola de maneira mais sustentável. Isto contribuiu também para gerar evidências que vão facilitar a tomada de decisão. As acções a nível macro em termos de planificação e gestão de pastagens foram alinhadas com os esforços da FAO para lograr uma transição para sistemas de produção agrícola mais sustentáveis, reforçando a governança a nível nacional.

- 36 O projecto esteve também alinhado com o **Quadro Estratégico Regional da FAO para África (2010-2015)**, designadamente com a Prioridade 2 que visa a promoção da gestão sustentável dos recursos naturais.
- 37 A nível nacional, o projecto foi coerente e esteve alinhado com a **Estratégia de País da FAO (CPF 2013-2017)**, em particular, com a Prioridade Estratégica 2 – Gestão sustentável dos recursos naturais para a mitigação e adaptação aos impactos das alterações climáticas, contribuindo para promover e desenvolver a gestão sustentável da terra (OO 2.1) e apoiar a implementação do Plano Nacional de Mitigação das Alterações Climáticas (OO 2.2). Esteve também alinhado com o **Quadro de Parceria das Nações Unidas em Angola (UNPAF, 2015-2019)**, em particular com o Resultado 3.2 que visa reforçar a sustentabilidade através da melhoria da gestão dos recursos naturais e a conservação da biodiversidade.
- 38 Por último, o projecto contribuiu para a **Estratégia do GEF** na área temática sobre “Degradação de Terra”, designadamente nos seus objectivos estratégicos LD-1 – Sistemas de Agricultura e Pastagens: Manutenção ou melhoria do fluxo de serviços dos agro-ecossistemas que sustentam os meios de subsistência de comunidades locais e LD-3 – Paisagens Integradas: redução da pressão sobre os recursos naturais na competição pelo uso de terra. As acções do projecto contribuíram para estes objectivos, através da integração da gestão sustentável de terras nas práticas e rotinas das instituições públicas a nível local, assim como pela acção das comunidades (incluindo áreas de reserva de pastos) que melhoraram o fluxo dos serviços dos agro-ecossistemas na região.

Desenho e estratégia de intervenção

- 39 **A estratégia do projecto foi coerente para dar resposta aos principais problemas que afectam a região Sul do país** ao nível de degradação de terras e sustentabilidade dos recursos naturais (ver teoria da mudança), os quais são graves problemas que continuam a afectar o país.

⁹ OO1 – Produtores e gestores de recursos naturais adoptam práticas que aumentam e melhoram a provisão de bens e serviços nos sistemas de produção agrícola de forma sustentável;
OO2 – A governança nos países-membros é reforçada no sentido de uma transição para sistemas de produção agrícola de forma sustentável;
OO4 – Os *stakeholders* tomam decisões baseadas em evidências para o planeamento e gestão do sector agrícola e recursos naturais para apoiar a transição para sistemas de produção agrícola de forma sustentável através de monitoria, estatísticas, avaliação e análises.

- 40 **Contudo, a duração do projecto (4 anos) não foi suficiente** para alcançar as mudanças necessárias em termos de intervenção na paisagem e gestão participativa, dado que estes são processos longos que demandam significativo tempo para se consolidarem no terreno. **Também os recursos financeiros alocados foram insuficientes tendo em conta os ambiciosos resultados do projecto.** Outro problema de desenho refere-se à débil avaliação inicial das capacidades reais existentes a nível nacional para acompanhar o projecto. Como se verá adiante, esta falha na fase de concepção limitou a eficiência do projecto.
- 41 As 4 componentes do projecto são complementares, respondendo às necessidades de construção de capacidades para melhorar o planeamento e gestão das áreas de pastagens (componente 1), envolvendo de forma directa as comunidades e instituições públicas na adopção de práticas sustentáveis para gestão territorial e melhoria dos meios de vida (componente 2), focando os *gaps* do panorama legislativo e de políticas públicas para reforçar a resposta do governo em termos institucionais e de governança nesta temática (componente 3), disseminado boas práticas e lições aprendidas com base na sua experiência (componente 4).

Resposta às necessidades dos beneficiários e instituições públicas

- 42 A falta de capacidades a nível nacional, provincial e local para prevenir e reverter a degradação de terras foi um dos problemas-chave que este projecto pretendeu dar resposta. A estratégia global do projecto visou abordar este problema apostando numa forte componente de treinamento e construção de capacidades visando introduzir abordagens participativas para identificar e reabilitar áreas degradadas de forma participada e coordenada entre as múltiplas partes interessadas.
- 43 **A estratégia do projecto foi adequada às necessidades das comunidades e das instituições públicas** pois procurou envolver de forma directa tanto os pequenos produtores agro-pastoris como os técnicos de terreno para reforçar as suas capacidades para a gestão, planificação e acção colectiva.

Gestão de riscos

- 44 **A equipa do projecto fez uma adequada gestão dos riscos**, os quais foram sendo actualizados ao longo do período de implementação, incluindo riscos políticos, financeiros e institucionais. O documento inicial de projecto apresentava uma análise de riscos bastante aprofundada, identificando 15 riscos principais e respectivas medidas de mitigação.
- 45 Novos riscos foram sendo identificados pela equipa e reportados nos PIR (2015, 2016 e 2017), incluindo respectivas medidas de mitigação. A MTR fez também uma actualização da matriz de riscos e das suas medidas de mitigação, as quais foram seguidas pela equipa (ver Anexo 5).
- 46 A última actualização da matriz de riscos do projecto (Dezembro 2017) mostra que a maior parte dos riscos foi de nível baixo ou moderado. Esta avaliação final verificou que, no geral, a equipa do projecto implementou de maneira adequada as medidas de mitigação propostas para fazer face a estes riscos. O *rating* de risco global do projecto foi "moderado".

Sistema de Monitoria & Avaliação

- 47 **O projecto contou com um sistema de monitoria & avaliação (M&A) adequado.** Este sistema incluiu colecta de informação contínua no terreno e junto dos beneficiários através de visitas de monitoria das equipas técnicas locais e equipa central do projecto, bem como reuniões periódicas com diferentes actores envolvidos (incluindo Comité de Pilotagem) e missões de *backstopping* de FAO/GEF-Roma.
- 48 O reporte de informação foi sistematicamente efectuado em diferentes relatórios, designadamente: i) Relatório inicial do projecto; ii) Relatórios de Progresso semestrais (PPR); iii) Relatórios de Revisão da Implementação anuais (PIR); iv) Relatórios Técnicos; v) Relatórios de Co-financiamento; vi) Ferramenta de Monitoria da Degradação de Terras (LD-GEF); vii) Relatório de Revisão de Meio Percurso.

3.2 QA2. De que modo as modalidades de intervenção, a estrutura institucional e parcerias, os recursos e os procedimentos financeiros, técnicos e operacionais contribuíram ou impediram o alcance dos objectivos e resultados do projecto?

Constatação 2 - Satisfatório

- *O projecto contou com um arranjo institucional adequado às capacidades nacionais que facilitou a tomada de decisão, coordenação e execução do projecto no terreno.*
- O comité de pilotagem foi um órgão importante para aprofundar o diálogo, partilhar informação, esclarecer dúvidas, sensibilizar e motivar as partes interessadas, prestar contas e apoiar na definição da estratégia do projecto.
- O projecto teve atrasos na implementação no Ano 1, mas obteve uma boa recuperação partir do Ano 2 apresentando um progresso satisfatório na realização das actividades e obtenção de produtos.
- A Representação da FAO em Angola forneceu apoio administrativo, organizacional e de gestão financeira ao projecto. Também desempenhou um papel muito importante na relação institucional com os Ministérios a nível central. As equipas de Roma, designadamente LTO e unidade FAO-GEF, providenciaram apoio técnico contínuo durante toda a execução do projecto.
- O projecto apresentou, no momento da avaliação final, uma taxa de execução financeira de 95%, uma taxa de desembolso do Grant do GEF de 100% e uma taxa de co-financiamento dos parceiros superior a 100%.

Arranjo Institucional e capacidades nacionais

- 49 **O projecto contou com um arranjo institucional adequado às capacidades nacionais que facilitou a tomada de decisão, coordenação e execução do projecto no terreno.** O comité de pilotagem foi o órgão máximo de tomada de decisão do projecto. Este foi um órgão importante para aprofundar o diálogo, partilhar informação, esclarecer dúvidas, sensibilizar e motivar as partes interessadas, prestar contas e apoiar na definição da estratégia do projecto. No seguimento das recomendações da MTR, as Administrações Municipais foram

incluídas neste comité, contribuindo assim para uma melhor apropriação institucional neste nível territorial.

- 50 Durante a avaliação todos os actores entrevistados manifestaram grande satisfação com a utilidade e qualidade do trabalho realizado pelo **Comité de Pilotagem** para apoiar a implementação do projecto. Este comité reuniu em Novembro 2015, Agosto 2016, Junho 2017 e Março 2018. Os relatórios do projecto foram discutidos e validados nas reuniões do comité. As actas e recomendações foram amplamente disseminadas pelas diferentes partes interessadas.
- 51 Para além do Comité de Pilotagem, o arranjo institucional do projecto envolveu três níveis de coordenação: i) uma Unidade de Coordenação de Projecto (UCP); ii) três Unidades de Coordenação Provincial; iii) cinco Unidades de Coordenação Municipal. Envolveu ainda unidades técnicas locais, para além do apoio de FAO/GEF e da FAOAO. Os papéis e responsabilidades foram bem entendidos pelas diferentes partes interessadas (ver Apêndice 3).
- 52 **Contudo, as autoridades nacionais reportaram que o projecto deveria ter contado com um “coordenador nacional”, vinculado a uma das instituições parceiras**, por exemplo, MINAGRIF, MINAMB ou MASFAMU. De acordo com a opinião dos entrevistados, esta pessoa poderia ter assumido um papel mais político no diálogo entre os diferentes sectores. Também referiram que a ausência deste coordenador nacional foi um dos factores que limitou uma maior apropriação por parte do Governo. Não obstante, é importante mencionar que a figura deste coordenador nacional não estava prevista no arranjo institucional inicial. Em alternativa, o projecto estabeleceu 3 coordenadores provinciais (designados pelos Governos Provinciais) e 5 coordenadores municipais (designados pelas Administrações Municipais), para além da coordenação global orientada pelo Comité de Pilotagem. No geral, o avaliador constatou que esta estrutura foi adequada para cumprir com as obrigações de coordenação do projecto, não se justificando por isso a nomeação de um coordenador nacional.
- 53 **O dimensionamento da equipa técnica e administrativa foi adequado** às exigências do projecto e incluiu: 2 Consultores Internacionais permanentes, 5 Consultores Internacionais de curta duração, 6 Consultores Nacionais, 7 pessoal administrativo, para além do BH e equipas técnicas de GEF e FAO (ver Apêndice 3).

Performance da implementação do projecto

- 54 O projecto foi oficialmente declarado operacional em Abril de 2014 com uma duração de 48 meses, até Abril de 2018, sendo depois alargado até Junho de 2018. Contudo, verificaram-se **atrasos muito significativos no arranque do projecto durante o ano 1**, designadamente em termos de selecção e constituição da equipa, montagem do arranjo institucional e condições logísticas do projecto. Consequentemente, todo o início das actividades no terreno foi atrasado.
- 55 As razões desses atrasos foram relatados na MTR e incluíram: i) Dificuldades de implantação no terreno por parte da FAO, dado que não tinha historicamente uma presença muito significativa nas área geográficas de intervenção do projecto, comparado com outras regiões do país; ii) Dificuldades logísticas devido à ampla

área geográfica de intervenção e a atrasos na assinatura de protocolos e cedência de instalações para o projecto por parte das autoridades locais; iii) Substituição da Carta de Acordo com a ONG italiana COSPE¹⁰ pela contratação de consultores e dificuldades subsequentes na contratação de *staff* internacional fluente em Português e atrasos na contratação do CTA, que entrou em funções apenas 4 meses após início do projecto; iv) Dificuldades na contratação de pessoal local com perfil e experiência adequados para o projecto; v) A crise conjuntural do país (económica-financeira) que iniciou no segundo semestre de 2014.

- 56 Não obstante, **o projecto alcançou uma boa recuperação na execução das actividades planificadas a partir do ano 2**, quando essas dificuldades foram ultrapassadas (i.e., problemas logísticos resolvidos, entrada em funções do CTA, operacionalização total das equipas de coordenação e equipas técnicas, contratação de consultores para apoiar implementação das actividades).
- 57 **No momento da avaliação final constata-se que o projecto apresenta um progresso satisfatório na execução e obtenção de produtos**, tendo a maior parte das actividades sido concluídas, com excepção da Componente 3. Muitas actividades desta componente não foram concluídas dado que dependiam, em grande medida, da disponibilidade e avanço por parte do Governo, designadamente: i) a política de gestão sustentável de terras foi formulada, mas a sua aprovação depende da vontade e oportunidade política por parte do Governo; ii) o estabelecimento de novos mecanismos de coordenação depende da aprovação do governo e de mudanças institucionais que demandam tempo; iii) a integração da abordagem da gestão sustentável de terras nas políticas e programas sectoriais está dependente do *timing* e oportunidade para rever esses instrumentos; iv) a alocação de recursos financeiros por parte do Governo depende dos ciclos orçamentais e da disponibilidade de recursos a nível sectorial. Em suma, a componente 3 foca mudanças políticas, institucionais, legislativas e orçamentais que demandam tempo, o que nem sempre é compatível com a duração limitada dos projectos.

Apoio BH e LTO

- 58 **A Representação da FAO em Angola forneceu apoio administrativo, organizacional e de gestão financeira ao projecto de qualidade e em tempo oportuno.** Também desempenhou um papel muito importante na relação institucional com os Ministérios a nível central, facilitando o diálogo com as partes interessadas. Contudo, durante as entrevistas da avaliação final, vários actores manifestaram desagrado com os procedimentos administrativos/burocráticos da FAO (recrutamento, transferência de recursos, assinatura de contratos, etc.). Isso levou, por exemplo, a atrasos na assinatura das cartas de acordo com as Estações Zootécnicas e Agronómicas de Caraculo e Cacanda, as quais não concordavam com vários procedimentos da FAO, apesar de obrigatórios.

¹⁰ COSPE - Cooperazione per lo Sviluppo per i Paesi Emergenti.

- 59 **As equipas de Roma, designadamente LTO e unidade FAO-GEF, providenciaram apoio técnico contínuo durante toda a execução do projecto.** Este apoio foi bem recebido pela equipa local do projecto, designadamente em termos de planificação, definição de planos de trabalho, esclarecimento de dúvidas técnicas e metodológicas, revisões orçamentais. Foram registadas pelo menos 4 missões de *backstopping* por parte das equipas de Roma (2014, 2015, 2016 e 2017).

Execução financeira

- 60 O orçamento total do projecto é de USD 20 304 636¹¹ dos quais USD 3 013 635 (15%) são financiados pelo GEF, sendo o restante proveniente de contribuições dos parceiros. A componente 2 contou com quase 60% dos recursos financeiros, o que se justificou face ao tipo de intervenções previstas (implementação de ECAP, reabilitação de pastagens, pontos de água, etc.).
- 61 No momento da MTR o projecto apresentava uma taxa de execução financeira de 51%. **No momento da avaliação final (Março 2018) a taxa de execução financeira do projecto era de 95%.** Neste momento existem disponíveis cerca de USD 150 000 que serão gastos até ao término do período de execução (Junho 2018) para concluir algumas actividades e realizar o encerramento do projecto.
- 62 O Apêndice 4 apresenta a execução financeira do *grant* do GEF, desagregada por categoria de despesa, até ao momento da avaliação final. No geral, **não se verificaram grandes desvios orçamentais nas diferentes rubricas**, com excepção de *procurement*, serviços técnicos e despesas de operação. A maior parte dos gastos corresponderam a consultores (52%) e viagens (16%).
- 63 **A equipa do projecto fez uma gestão financeira em conformidade com as regras do GEF e FAO.** Relatórios financeiros foram sistematicamente partilhados com o Comité de Pilotagem, Ministérios e Governos Provinciais, demonstrando total transparência na gestão financeira. A gestão foi supervisionada pelo BH e contou com apoio da assistente administrativa e financeira.
- 64 **Os desembolsos do GEF foram efectuados de forma atempada:** até ao momento da MTR foram desembolsados 75% do Grant do GEF, tendo já alcançado 100% no momento da avaliação final.

Co-financiamento

- 65 O projecto previa uma comparticipação financeira dos parceiros de aproximadamente USD 17 291 000 (85%). No momento da MTR o projecto apresentava uma taxa de co-financiamento dos parceiros muito baixa, com apenas 33%. Isso se deveu, em grande medida, ao facto de existirem vários apoios concedidos pelos parceiros que não estavam a ser considerados como co-financiamento, conforme foi alertado nas conclusões da MTR.

¹¹ O projecto teve uma redução significativa do montante do *grant* GEF inicial, passando de USD 8 milhões para USD 3 milhões, aproximadamente, o que representa um decréscimo de quase 40% face ao inicialmente previsto para o país.

- 66 No momento da avaliação final verifica-se que **o co-financiamento alcançou USD 17 485 000, ou seja, superou o inicialmente previsto**, conforme se mostra no Apêndice 5. Essa recuperação deveu-se à nova estratégia de co-financiamento adoptada pelo projecto após a MTR: por um lado, foi feita uma revisão das contribuições prévias realizadas pelos parceiros até à MTR, que não tinham sido registadas e contabilizadas; por outro lado, a partir desse momento a equipa do projecto, em conjunto com o Comité de Pilotagem, começou a registar e contabilizar todos os apoios concedidos pelos parceiros de forma sistemática, incluindo contribuições existentes de outras instituições, designadamente as Administrações Municipais.
- 67 Um relatório detalhado do co-financiamento foi preparado pela equipa e validado pelo Comité de Pilotagem, incluindo a discriminação do tipo de apoios concedidos e a sua alocação por actividade/output, conforme se mostra no Apêndice 5.

3.3 QA3. Como foi a eficácia do projecto para alcançar os seus objectivos (global, desenvolvimento e ambiental) e que resultados, esperados ou inesperados, foram alcançados nas diferentes componentes do projecto?

Constatação 3.1: Alcance dos objectivos –Satisfatório

- Existem evidências que mostram que as capacidades das comunidades foram reforçadas por via da adopção de técnicas de fertilização, irrigação, sementeira mais sustentáveis para os sistemas agrícolas, assim como ao nível da gestão de pastagens (em particular áreas de reserva) que estão a contribuir para o objectivo global do projecto.
 - As evidências com relação ao objectivo ambiental são menos visíveis dado que se trata de resultados de mais longo prazo. Por exemplo, a reabilitação directa das pastagens com plantação de espécies forrageiras locais, assim como a recuperação das pastagens por efeito das áreas de reserva demora tempo significativo a produzir efeitos no terreno.
 - Existem evidências da melhoria dos meios de vida das famílias beneficiárias como resultado deste projecto (e.g. capital humano, capital social, capital físico, capital natural), assim como a adopção de práticas e actividades geradoras de renda que estão a contribuir para alcançar o objectivo de desenvolvimento.
- 68 **Avaliação do objectivo global – Satisfatório.** O objectivo global do projecto foi melhorar a capacidade dos pequenos pastores do sudeste de Angola para mitigar o impacto dos processos de degradação do solo e reabilitar as terras degradadas através da integração das tecnologias de gestão sustentável de terras nas iniciativas de desenvolvimento agro-pastoris e agrícolas. Existem evidências que mostram que as capacidades das comunidades foram reforçadas, incluindo exemplos concretos de mudanças nas técnicas de fertilização, irrigação, sementeira mais sustentáveis para os sistemas agrícolas. Existem evidências de maior capacidade das comunidades também ao nível da gestão de pastagens sustentável, por exemplo respeitando as áreas de reserva e fazendo pastoreio rotacional. Adicionalmente, existem evidências de melhorias nas capacidades em termos de identificação de

área degradadas e da importância da sua recuperação para o equilíbrio dos ecossistemas.

- 69 **Avaliação do objectivo ambiental – Moderadamente Satisfatório.** O objectivo ambiental do projecto foi prosseguir a neutralidade da degradação de terras melhorando as capacidades dos pequenos pastores do sudoeste de Angola para mitigar o impacto dos processos de degradação de terras e reabilitar as terras degradadas através da integração das tecnologias de gestão sustentável de terras nas iniciativas de desenvolvimento agro-pastoris e agrícolas. As evidências neste domínio são pouco visíveis dado que se trata de resultados de mais longo prazo. A reabilitação directa com plantação de espécies forrageiras locais demora tempo. O impacto na neutralidade da degradação e na recuperação das pastagens como resultado das áreas de reserva identificadas e delimitadas pelo projecto demora tempo a produzir efeitos. Contudo, existem evidências claras da motivação das comunidades, seus líderes e autoridades tradicionais para respeitar os acordos alcançados visando a mitigação da degradação de terras, o que pode contribuir para alcançar este objectivo a mais longo prazo.
- 70 **Avaliação do objectivo de desenvolvimento – Satisfatório.** O objectivo de desenvolvimento do projecto foi melhorar os meios de subsistência locais introduzindo abordagens de gestão sustentável de terras adaptadas localmente e fortalecendo e diversificando a cadeia de valores de produtos animais e não-animais. Existem evidências da melhoria dos meios de vida das famílias beneficiárias como resultado deste projecto (e.g. capital humano, capital social, capital físico, capital natural). Existem evidências na melhoria das condições do gado e gestão das manadas através da adopção de técnicas introduzidas pelo projecto (e.g. produção de forragens, manejo e sanidade animal) que podem trazer aumentos directos na renda das famílias. Em muitas comunidades existem já estratégias de venda de produtos diferenciados (mudas de plantas produzidas nos viveiros) que estão a contribuir para a geração de renda.

Componente 1 – Planeamento e gestão de áreas de pastagens

Constatação 3.2: Outcome 1.1 – Satisfatório

- Comparado com o início do projecto, existe agora mais capacidade e conhecimento disponível para o planeamento participativo da gestão integrada de terras a nível nacional, provincial e local. Cerca de 200 pessoas receberam capacitação sobre diferentes metodologias inovadoras (LADA, SHARP, GIS, GreeNTD).
- O projecto fez um esforço importante em termos de acesso a informação e conhecimento através da disponibilização de manuais, guias metodológicos e relatórios técnicos em formatos adequados, os quais são ferramentas importantes para apoiar o trabalho dos técnicos e tomadores de decisão.
- Existem poucas evidências que as instituições públicas vão introduzir estas metodologias nas suas rotinas e práticas diárias de trabalho, dado que esse processo pressupõe um acompanhamento contínuo, através de aprender-fazendo, que o projecto não tem mais tempo disponível para apoiar.

- Foram negociados e acordados 6 planos de desenvolvimento territorial. Contudo, esta actividade foi realizada e concluída muito próximo do final do projecto o que pode comprometer a eficácia do resultado e as mudanças no território.

Avaliação do Outcome 1.1 – Satisfatório

- 71 Comparado com o início do projecto, existe agora mais capacidade e conhecimento disponível para o planeamento participativo da gestão integrada de terras a nível nacional, provincial e local. O projecto fez um esforço muito significativo em termos de construção de capacidades através desta componente. Um número significativo de pessoas (cerca 200 pessoas) recebeu formação sobre diferentes metodologias inovadoras para apoiar a tomada de decisão e a intervenção no terreno (ver Anexo 6). Contudo, em muitos casos, estas capacitações foram dirigidas a chefias intermédias e directores, e não aos técnicos de campo, o que pode comprometer a eficácia na aplicação prática das competências e conhecimento adquiridas. Também se nota grande rotatividade de técnicos e tomadores de decisão, o que pode limitar a apropriação das capacidades criadas pelo projecto.
- 72 Para além dos treinamentos, as instituições públicas dispõem agora de documentação em diferentes formatos (manuais, guias, relatórios) que foram produzidos e disponibilizados pelo projecto para apoiar as suas rotinas de trabalho. Existe mais conhecimento disponível ao nível das instituições públicas sobre a temática da degradação de terras e desenvolvimento territorial, comparando com a situação inicial.

Avaliação do Output 1.1.1 e Output 1.1.2 – Altamente satisfatório

- 73 Este *output* visava melhorar as capacidades de 40 pessoas das instituições publicas sobre degradação de terras, em particular a metodologia LADA (1.1.1) e as capacidades de 20 tomadores de decisão e 20 pessoas da sociedade civil sobre planeamento e gestão participativa do território (1.1.2). Em termos quantitativos, o projecto ultrapassou largamente a meta inicialmente prevista (80 pessoas capacitadas).
- 74 **Cerca de 200 pessoas receberam treinamento específico sobre diferentes metodologias inovadoras, as quais são importantes para facilitar a análise e tomada de decisão sobre a degradação de terras visando um planeamento territorial integrado**¹². No geral, o avaliador constatou que as

¹² 2 capacitações / 60 pessoas sobre a análise da degradação de terras (LADA); 2 capacitações 42 pessoas sobre a análise da resiliência climática das comunidades (SHARP); 2 capacitações / 41 pessoas sobre sistemas de informação geográfica (GIS); 2 capacitações / 51 pessoas sobre desenvolvimento territorial participativo e negociado (GreeNTD).

instituições/destinatários ficaram satisfeitos com as capacitações recebidas, com excepção da metodologia SHARP¹³.

- 75 A grande maioria dos destinatários dos treinamentos foram técnicos das instituições públicas (Administrações Municipais, Serviços de Agricultura, Serviços de Veterinária), mas também da sociedade civil. Para além da formação teórica, em sala, estas pessoas beneficiaram de actividades no terreno (em particular no LADA e GreeNTD) onde puderam aplicar na prática as metodologias aprendidas.
- 76 **O projecto fez também um esforço importante em termos de acesso a informação e conhecimento através da disponibilização de manuais, guias metodológicos e relatórios técnicos.** Estes são ferramentas importantes que ficaram disponíveis para apoiar o trabalho dos técnicos e tomadores de decisão na aplicação prática das abordagens e metodologias. No total, o projecto disponibilizou 12 publicações através desta componente (ver Anexo 7), a maioria disponível em português.
- 77 A equipa do projecto melhorou a qualidade destes materiais, no seguimento das conclusões da MTR. Com efeito, a MTR alertou que estes materiais eram demasiado teóricos e por isso difíceis de utilizar por parte dos técnicos. No seguimento, a equipa do projecto preparou “guias de campo”, mais simples, práticos e ajustados ao contexto local, facilitando assim a sua utilização pelos destinatários.
- 78 **Há evidências de que o conhecimento foi transferido e está disponível e acessível.** Por exemplo, as pessoas entrevistadas compreendem a utilidade destas abordagens e são capazes de identificar os seus principais passos metodológicos.
- 79 **Contudo, existem poucas evidências de que as instituições públicas irão introduzir estas abordagens nas suas rotinas e práticas de trabalho.** Isso se deve aos seguintes problemas principais: i) em muitos casos os destinatários das capacitações foram chefias intermédias (directores municipais ou chefes dos serviços técnicos) e não os técnicos de campo, sendo que estes últimos são de facto os responsáveis por aplicar no campo as metodologias introduzidas pelo projecto¹⁴; ii) a apropriação destas ferramentas necessita de trabalho prático no terreno de forma contínua – para além das capacitações –, que a duração limitada do projecto não conseguiu alcançar.
- 80 **A apropriação destas metodologias por parte das instituições públicas e a sua integração no trabalho diário pressupõe uma prática contínua do seu uso, através de aprender-fazendo.** No futuro, continuará a ser necessário um acompanhamento contínuo junto das instituições, que o projecto já não tem mais tempo para continuar. Mesmo no caso do LADA, onde foram realizadas várias acções de campo e produzidos relatórios específicos de todos os municípios, nota-

¹³ Como mencionado na MTR, a percepção dos entrevistados é que esta metodologia tem pouca utilidade para o contexto de Angola, para além de considerarem que o seu processo é pouco prático e demasiado “invasivo” junto das comunidades.

¹⁴ Como já tinha sido identificado na MTR isso ocorreu porque a identificação dos destinatários das capacitações foi feita pelos próprios responsáveis das instituições públicas.

se que é necessário mais tempo e mais apoio para consolidar esta metodologia. Mesmo assim, o avaliador constatou que alguns municípios manifestaram interesse em utilizar a metodologia LADA, designadamente no caso do município de Quilengues. No caso da metodologia GreeNTD o projecto conseguiu avançar mais com a dimensão prática, como se mostrará em seguida.

Avaliação do Output 1.1.3 – Satisfatório

- 81 Este *output* visava desenvolver planos de gestão territorial integrada, de forma participativa, numa área de 3000 hectares. No seguimento das capacitações e publicações produzidas pelo projecto sobre a metodologia GreeNTD, foi possível avançar com a sua aplicação prática no terreno.
- 82 **Foram negociados 6 planos de gestão territorial participativos utilizando esta metodologia e envolvendo um conjunto alargado de actores** (Governos Provinciais, administrações municipais, serviços de agricultura, serviços de veterinária, autoridades tradicionais, comunidades, sociedade civil). A aplicação desta metodologia no Sul de Angola foi baseada nos “Jangos Pastoris”, uma estrutura tradicional já existente para facilitar a discussão e negociação no território. Os 6 planos desenvolvidos dividem-se em três tipologias:
- a) Áreas de Reserva de Pastagem (*mise en defense*): Chitemo (2527 ha); Lola (1382 ha); Tchicolongilo (3430 ha); Virei (25320 ha);
 - b) Resolução Conflitos: Impulo, Município de Quilengues;
 - c) Plano Regional para a Rota de Transumância: 5 Municípios nas 3 Províncias do projecto (Huíla, Namibe, Benguela).
- 83 **Durante as visitas e entrevistas o avaliador constatou que as instituições públicas e as comunidades locais ficaram satisfeitas com os resultados alcançados.** Na prática, estes planos contribuirão para resolver alguns problemas existentes no território, tanto em termos de reservas de pastos como de resolução de conflitos. A percepção do avaliador é que estes planos foram bem apropriados pelas instituições e podem funcionar como instrumentos de planeamento e gestão no médio prazo.
- 84 **Contudo, o avaliador constatou que esta actividade foi realizada muito próxima do final do projecto, o que coloca um risco importante para a eficácia dos resultados.** Os efeitos práticos e visíveis no território apenas poderão ser apreciados no médio e longo prazo. Por essa razão, teria sido mais benéfico avançar com esta actividade durante a primeira metade do projecto, dando assim mais tempo para acompanhar a sua evolução no terreno e apoiar as instituições e demais actores.

Componente 2 – Reabilitação das áreas de pastagens através da melhoria da gestão dos pastos e das manadas

Constatação 3.3: Outcome 2.1 – Satisfatório

- A metodologia das ECAP foi central neste projecto pois ela se revelou instrumental para trabalhar com as comunidades e introduzir novas práticas de produção, gestão e planeamento comunitário e reabilitação baseada no ecossistema.
- O número inicial de ECAP foi reduzido de 70 para 35, após a MTR. A avaliação final constatou que destas, 15 ECAP se encontram num estágio avançado (43%), 12 ECAP em estado médio (34%) e 8 ECAP em estágio atrasado (23%).
- As ECAP são uma metodologia complexa que demanda tempo significativo para ganhar confiança das comunidades, introduzir mudanças de comportamento e rotinas de trabalho e promover transformação social. Isto é difícil de alcançar num projecto com duração tão limitada.
- Apesar do número limitado de ECAP funcionais, existem evidências claras de apropriação e utilização autónoma de técnicas agrícolas, produção animal e melhoria dos modos de vida como resultado da intervenção do projecto.

Avaliação do Outcome 2.1 – Satisfatório

- 85 Existem evidências ao nível das comunidades de que o projecto aumentou o seu conhecimento e contribuiu para a adopção de práticas mais sustentáveis de agricultura e criação de gado, incluindo a gestão de terras a nível comunitário. A metodologia das ECAP foi bem recebida pelas instituições públicas e comunidades. Várias comunidades estão já a implementar técnicas integradas de gestão dos recursos naturais, incluindo medidas de conservação do solo e água, fertilização, sementeira, manejo das manadas, produção de forragens, etc.

Avaliação do Output 2.1.1 e Output 2.1.2 – Satisfatório

- 86 Estes *outputs* visavam formar um grupo de 20 formadores, gestores de programa e pessoal de extensão sobre a metodologia das ECAP (2.1.1) e estabelecer 70 ECAP abrangendo 2.800 pastores/agricultores para adoptar práticas de gestão sustentável de terras e do gado (2.1.2). Também na componente 2 o projecto fez um esforço muito significativo em termos de construção de capacidades. Foram formados cerca de 30 formadores-mestre (*master trainers*) e cerca de 80 facilitadores de ECAP.
- 87 **A metodologia das ECAP foi central neste projecto e instrumental para trabalhar com as comunidades, permitindo introduzir novas práticas de produção, gestão e planeamento comunitário e reabilitação baseada no ecossistema.** No total foram iniciados cerca de 60 processo de ECAP na primeira metade do projecto, sendo a meta inicial do projecto de 70 ECAP estabelecidas. Durante a MTR verificou-se que este número era muito ambicioso e irrealista face à duração do projecto e às dificuldades de trabalhar no terreno. No seguimento da MTR, propôs-se a redução da meta para 35 ECAP, no sentido de aumentar a sua qualidade em detrimento da quantidade. Adicionalmente, foram formados mais

masters trainers, realizadas formações, realizado um guia sobre “orientações mínimas de qualidade para as ECAP” incluindo avaliação de impacto, bem como brochuras técnicas.

88 **Contudo, os resultados quantitativos alcançados são modestos, face ao inicialmente previsto.** A lista das 35 ECAP apoiadas pelo projecto e o seu respectivo estágio de desenvolvimento¹⁵ encontra-se no Anexo 8. A avaliação final constatou que 15 ECAP se encontram num estágio avançado (43%), 12 ECAP em estado médio (34%) e 8 ECAP em estágio atrasado (23%). No total, cerca de 1159 pessoas foram directamente envolvidas nas ECAP, dos quais 43% mulheres.

89 **Os principais problemas que condicionaram este resultado foram:**

- i) elevada abrangência geográfica do território do projecto (3 Províncias) e as dificuldades para alcançar comunidades isoladas (distância, vias de transporte, recursos disponíveis);
- ii) metodologia nova em Angola, demandando significativo esforço inicial para construção de capacidades (mestres e formadores, sensibilização da autoridades locais, identificação das comunidades);
- iii) características culturais dos povos do Sul de Angola, muitos deles nómadas e pouco receptivos a mudanças nas suas práticas e rotinas de trabalho;
- iv) dificuldades de identificação de áreas com acesso a água e disponibilização de espaço físico (terra) para implantação da ECAP;
- v) desmotivação, desistência ou mudança de alguns facilitadores, o que invalidou a continuidade de várias ECAP;
- vi) conflitos internos entre membros das comunidades (disputa por recursos, questões étnicas e culturais, etc.);
- vii) ausência de recursos do projecto para aquisição de bens básicos para o funcionamento das ECAP (e.g. regadores, enxadas, moto-bombas, sementes, ferramentas, etc.).

90 **Não obstante estes problemas, esta avaliação constatou que os efeitos positivos mais visíveis resultantes da intervenção do projecto se verificaram ao nível das ECAP.** Durante as visitas e *focus group* com as comunidades constatou-se

¹⁵ Em discussão com a equipa do projecto foi proposto a seguinte classificação para o estágio de desenvolvimento das ECAP: **“Avançado”** - A ECAP tem um plano de sustentabilidade estabelecido, capacidade de trabalhar autonomamente sendo que o grupo é bem organizado, o facilitador trabalha com dinamismo e, em alguns casos, existem actividades de geração de renda. Existem evidencias de mudanças nas praticas agrícolas e/ou pecuárias atribuíveis a ECAP. **“Médio”** - A ECAP tem uma organização do grupo e um plano de actividades estabelecidas mas precisa de apoio constante para poder garantir a sustentabilidade da ECAP. **“Atrasado”** - A ECAP foi funcional mas ao longo do desenvolvimento das actividades de aprendizagem ocorreram problemas. Antes de qualquer planificação devem ser resolvidos os problemas que condicionam o normal funcionamento da ECAP.

que existem evidências claras de apropriação e utilização autónoma de técnicas agrícolas melhoradas que foram introduzidas pelas ECAP¹⁶. De igual modo, existem evidências claras de apropriação e utilização autónoma de técnicas de produção animal e gestão pastos introduzidas pelas ECAP¹⁷.

- 91 **Embora os resultados quantitativos sejam modestos, estes precisam de ser analisados em perspectiva.** As ECAP são uma metodologia complexa que demanda tempo significativo para ganhar confiança das comunidades, introduzir mudanças de comportamento e rotinas de trabalho e promover transformação social. Isto é difícil de alcançar num projecto com duração tão limitada. **Estas são novas práticas que estão sendo utilizadas pelas comunidades e que foram alcançadas num espaço de tempo muito limitado.** Os efeitos destas mudanças começam também a ser visíveis em termos da melhoria dos modos de vida das comunidades¹⁸.

Constatação 3.4: Outcome 2.2 – Altamente satisfatório

- O projecto introduziu metodologias inovadoras que foram bem recebidas pelas comunidades: i) Selecção participativa de espécies para a reabilitação de ecossistemas agro-pastoris e ii) Reabilitação participação dos ecossistemas com apoio da comunidade; iii) Sistemas de verificação e experimentação para a adaptabilidade e a palatabilidade.
- Através destas metodologias participativas foi possível reabilitar mais de 750 hectares de pastagens, estabelecer cerca de 30.000 hectares de áreas de reserva de pastagens (mise en défense) e reabilitar 28 pontos de água.
- Com base nas metodologias participativas foi possível avançar com a produção de mudas de plantas (forrageiras e fruteiras) a dois níveis: comunidades e estações agrónomicas. O interesse pela produção destas espécies foi elevado, tendo em conta o potencial de renda adicional para as comunidades, bem como os benefícios da produção de forragens.
- No que se refere às áreas de reabilitação (mise en défense), os efeitos práticos no território e em particular nas pastagens só podem ser apreciados no médio e longo

¹⁶ Designadamente, técnicas de fertilização, utilização de resíduos orgânicos; identificação de pragas e doenças; introdução de técnicas de sementeira em linha; instalação de viveiros produção de hortícolas e mudas; utilização eficiente água – técnicas de rega; diversificação de culturas agrícolas; utilização de compostagem e combate a pragas e doenças com técnicas biológicas.

¹⁷ Designadamente, delimitação de áreas de reserva de pasto, introdução de espécies forrageiras; produção de forragens pelas próprias comunidades; avaliação do estado de saúde do animal pelos beneficiários; avaliação da condição corporal e consequente aplicação de vacinas e dosagens em função do peso, utilização de etnoveterinária).

¹⁸ Designadamente, capital natural – acesso e gestão serviços ecossistémicos pelas comunidades; capital humano – capacidades e conhecimentos criados a partir do conhecimento tradicional aliado a novas técnicas; capital físico – acesso a insumos, equipamentos e infra-estruturas que foram introduzidos pelo projecto; capital social – existem novas dinâmicas de acção colectiva e cooperação entre os membros das ECAP com particular evidência no trabalho conjunto e relacionamento com instituições públicas; capital político – existe já uma clara institucionalização e reconhecimento das ECAP pelas instituições públicas como *locus* privilegiado para intervenção das políticas e acções do governo central e administrações municipais.

prazo. Contudo, com base nas auscultações das entrevistas e visitas de terreno, a avaliação constatou que as comunidades e as instituições públicas estão empenhadas em dar continuidade a esta acção e monitorar as áreas de reserva, permitindo a recuperação de algumas áreas de pastagens.

Avaliação do Outcome 2.2 – Altamente satisfatório

- 92 O projecto introduziu metodologias inovadoras que foram bem recebidas pelas comunidades: i) Seleção participativa de espécies para a reabilitação de ecossistemas agro-pastoris; ii) Reabilitação participativa dos ecossistemas com apoio da comunidade; e iii) Sistemas de verificação e experimentação para a adaptabilidade e a palatabilidade. O aprofundamento destas metodologias resultou em duas publicações pioneiras para o contexto do país, contribuindo para a produção e disseminação de conhecimento.
- 93 Através destas metodologias participativas foi possível reabilitar mais de 750 hectares de pastagens, estabelecer cerca de 30.000 hectares de áreas de reserva de pastagens (*mise en défense*) e reabilitar 28 pontos de água. É difícil estimar o aumento da cobertura vegetal gerada por estas intervenções dado que os seus efeitos apenas serão visíveis no longo prazo. Contudo, a satisfação das comunidades e instituições públicas com estas intervenções é muito evidente, assim como a mudança nas práticas de gestão das áreas de pastagem e manejo das manadas.

Avaliação do Output 2.2.1 – Altamente satisfatório

- 94 Este *output* visava capacitar as comunidades nos princípios de reabilitação baseados no ecossistema e avaliação da degradação dos solos, realizando a sementeira numa área de 500 hectares.
- 95 **Com base na identificação participativa realizada, foi possível avançar com a produção de mudas de plantas com potencial forrageiro.** Isto foi realizado a dois níveis: i) a nível das comunidades, utilizando as próprias ECAP através da instalação de viveiros e capacitação dos beneficiários para a produção de mudas (forrageiras e fruteiras)¹⁹; e ii) a nível das instituições públicas, através de um acordo com as Estações Zootécnicas de Caracula e Cacanda. Neste caso, para além da melhoria das infra-estruturas destas instituições públicas, o projecto alcançou a produção de 9000 plantas, as quais foram disponibilizadas às comunidades.

¹⁹ Cerca de 30 ECAP estabeleceram viveiros e mais de 3000 mudas de plantas foram produzidas. As espécies produzidas nas ECAP foram: *Leuceaena leucecofala*, *olifera de moringa*, *Faiderbia albida*, *Carica papaia*, *Eugenia uniflora*, *Cistus reticulada*, *Lablab purpureus*.

- 96 **A reabilitação participativa das pastagens envolveu as comunidades e foi efectuada a dois níveis:** i) instalação de 30 *grazing cages*²⁰ para visualização/experimentação, sendo instaladas 16 na Bibala e 14 no Virei; e ii) reabilitação directa, através da plantação no terreno de plantas em áreas geográficas seleccionadas. No total foram reabilitados mais de 750 hectares de pastagens através desta metodologia: Chiclongilo (Bombo): 530 hectares, Chicolongilo (Cahungo) 120 hectares e Lola (Tchitemo) 102 hectares.
- 97 **Durante as entrevistas com autoridades e contactos com as comunidades o avaliador constatou que a receptividade a estas metodologias foi limitada.** Isto se deve a que os impactos visíveis no terreno são muito baixos, face à dimensão da área geográfica total. Não obstante, o interesse pela produção destas espécies foi elevado, tendo em conta o potencial de renda adicional para as comunidades, bem como os benefícios da produção de forragens. Em suma, é provável que as comunidades continuem a utilizar essas espécies para plantar em áreas próximas das suas áreas de cultivo, por exemplo com o intuito de produzir forragem ou venda de mudas, mas é pouco provável que sejam utilizadas para reabilitação directa de pastagens em larga escala.

Avaliação do Output 2.2.2 – Altamente satisfatório

- 98 Este *output* visava implementar seis sistemas de verificação e experimentação baseados na ECAP para a adaptabilidade e a palatabilidade dos capins e seis áreas de pastagens naturais e/ou forragem estabelecidas e geridas pelas comunidades.
- 99 **O projecto introduziu a metodologia inovadora sobre o “Sistema de verificação e adaptabilidade e palatabilidade das espécies forrageiras”.** O aprofundamento desta metodologia resultou numa publicação pioneira para o contexto do país, contribuindo para a produção e disseminação de conhecimento.
- 100 **Esta metodologia foi testada de forma participativa e posteriormente implementada pelo projecto em 6 ECAP** (Montipa, Chicolongilo-Lucia, lumbilo, Cavelocamue, Dinde e Quicuco). O avaliador constatou que as comunidades foram receptivas a esta metodologia porque os resultados visíveis são obtidos no curto prazo. Uma evidência clara do bom resultado do projecto nesta matéria é que muitos dos participantes nas ECAP estão já a desenvolver pastagens específicas para produção de forragens nas suas próprias áreas particulares, para além das área das ECAP. Note-se que a técnica de produção de forragens é completamente nova para estas comunidades.
- 101 **Esta mudança introduzida pelo projecto tem sido muito positiva porque permite às famílias disporem e alimentação adicional para o gado durante a época seca.** No fundo, estas novas áreas de pastagem, associadas à produção de

²⁰ São “caixas/grades” que protegem as plantas dos animais permitindo que se desenvolvam sem o impacto do pastoreio. Tem como objectivo as pessoas observarem o que acontece na prática. Trata-se de experimentação e visualização, embora tenha também um impacto relativo no ecossistema, dado que as sementes voam e semeiam outras áreas.

forragem, funcionam como uma “rede de segurança” para as famílias, com claros benefícios em termos de rendimento e melhoria da condição corporal dos animais.

Avaliação do Output 2.2.3 - Satisfatório

- 102 Este *output* visava a melhoria da gestão da água ao nível comunitário e da disponibilidade hídrica para o gado através da reabilitação participativa de 15 pontos de água. O projecto ultrapassou a meta prevista, tendo reabilitado 28 pontos de água no total, dos quais 2 “chimpacas²¹”, 8 “cacimbas²²” e tanques e 18 furos, incluindo os respectivos sistema de irrigação.
- 103 **O avaliador constatou no terreno a qualidade de várias intervenções realizadas, bem como a sua utilização e grau de satisfação das comunidades e autoridades locais.** Os resultados alcançados pelo projecto neste output foram muito importantes, tendo em conta os recursos financeiros do projecto disponíveis. Mesmo assim, o projecto conseguiu ultrapassar as metas previstas. Isto só foi possível devido às parcerias estabelecidas entre o projecto RETESA e o projecto PIRAN²³, também implementado pela FAO, o qual contribuiu com alguns equipamentos que não eram elegíveis ou no RETESA ou não dispunham de cabimento orçamental. Por outro lado, o avaliador constatou que o envolvimento directo das comunidades foi fundamental para o sucesso destas intervenções, contribuindo com mão-de-obra e com alguns materiais.
- 104 Note-se que o acesso e disponibilidade de água é uma questão central nesta região (árida e semiárida), tanto para o gado como para as próprias famílias. Por tal razão, o avaliador constata que o desenho do projecto deveria ter dado mais destaque a estas intervenções, reforçando o seu orçamento. Esta observação foi também levantada durante a MTR. Para além dos efeitos económicos e sociais, um maior reforço nesta vertente de acesso a água poderia ter contribuído para aumentar a motivação das comunidades e apoiar a implementação de mais ECAP, muitas das quais não dispunham de acesso a água, invalidando as suas actividades de aprendizagem.

Avaliação do Output 2.2.4 – Satisfatório

- 105 Este *output* visava o estabelecimento de 900 hectares de áreas de reserva de pastagem “*mise en défense*” em três comunidades para a alimentação estratégica do gado, melhoramento das pastagens, bem como a conservação da terra e da biodiversidade. A intervenção do projecto nesta vertente foi efectuada em conjunto com o *output* 1.1.3, ou seja, utilizando a metodologia dos planos GreeNTD para identificação e delimitação das áreas de reserva. No total foram delimitados cerca de 30.000 hectares de áreas de reserva, conforme relatado anteriormente.

²¹ Chimpaca é um termo local que significa uma forma de captação e armazenamento de água, formando uma pequena albufeira.

²² Cacimba é um termo local que significa um poço artesanal destinado a reter a água infiltrada e proveniente dos lençóis freáticos adjacentes.

²³ Projecto PIRAN - Projecto Integrado de Resiliência do Sul de Angola e Norte da Namíbia.

- 106 **Os efeitos práticos no território e em particular nas pastagens do resultado das áreas de reserva só podem ser apreciados no médio e longo prazo.** É pouco provável que uma área com esta dimensão (cerca de 30.000 hectares) possa ser respeitada pelos povos pastores e comunidades adjacentes. Contudo, a percepção do avaliador com base nas auscultações das entrevistas e visitas de terreno é que tanto as comunidades como as instituições públicas estão empenhadas em dar continuidade a esta acção e monitorar as áreas de reserva, permitindo assim recuperação progressiva de algumas áreas de pastagens.

Constatação 3.5: Outcome 2.3 – Moderadamente satisfatório

- Foram realizadas poucas intervenções no âmbito do reforço das cadeias de valor, limitando o alcance e eficácia deste resultado (apenas desenvolvida a produção de óleo de mupeque como actividade geradora de renda e, algumas formações de empreendedorismo e sobre processamento de leite).
- O investimento na formação de tratadores de gado foi relevante e existem evidências de benefícios para as comunidades, incluindo a parceria com os serviços públicos de veterinária.
- O aprofundamento da etnoveterinária, baseada no conhecimento tradicional e nas parcerias com o ISCED foram relevantes e podem abrir novas oportunidades para as comunidades fazerem face aos problemas de saúde animal. Contudo, estas actividades apenas foram realizadas próximo do final do projecto, pelo que não houve tempo útil para aprofundar a sua aplicação prática e obter maior eficácia nas intervenções.
- A parceria com o herbário do Lubango, vinculado ao ISCED, foi determinante para aumentar o acesso a informação e utilização de procedimentos etnoveterinária, capitalizando os conhecimentos tradicionais das comunidades.

Avaliação do Outcome 2.3 – Moderadamente satisfatório

- 107 As acções do projecto desviaram-se um pouco do inicialmente previsto. Foi feito um esforço em termos de capacitação em micro empreendedorismo, mas na prática apenas foi apoiada uma actividade geradora de renda (Produção de óleo de Mupeque). No âmbito da cadeia de valor, apenas foi realizada formação sobre processamento de leite. Contudo, o investimento na formação de tratadores de gado foi relevante e existem evidências de benefícios para as comunidades, incluindo a parceria com os serviços públicos de veterinária.
- 108 O aprofundamento da etnoveterinária, baseada no conhecimento tradicional e nas parcerias com o ISCED foi relevante e pode abrir novas oportunidades para as comunidades fazerem face aos problemas de saúde animal. Contudo, estas actividades apenas foram realizadas próximo do final do projecto, pelo que não houve tempo útil para aprofundar a sua aplicação prática e obter maior eficácia nas intervenções.
- 109 É difícil aferir em termos quantitativos a melhoria na renda das famílias, mas existem evidências de que os seus modos de vida melhoram em diferentes

aspectos, para além de novas oportunidades de geração de rendimento associadas às ECAP.

Avaliação do Output 2.3.1 – Moderadamente satisfatório

- 110 Este *output* visava a adopção de tecnologias de produção melhoradas pelos agropastores e agricultores em cinco comunidades pastoris. No seguimento das recomendações da MTR o projecto estabeleceu um acordo com o Fundo de Apoio Social (FAS), instituição pública vinculada ao Ministério do Território, que foi importante para as actividades deste resultado.
- 111 **Foram realizadas 3 capacitações abrangendo mais de 60 participantes.** Adicionalmente, foi produzido pelo FAS um Manual sobre Empreendedorismo (sem custos adicionais para o projecto) que foi utilizado nas capacitações e disseminado para outros actores locais.
- 112 **Para além do esforço na construção de capacidades foi também alcançado a elaboração de mais de 60 microprojectos comunitários** – iniciativas geradoras de renda – que foram submetidos ao FAS para financiamento (aguarda-se o resultado da análise das propostas). Na Bibala as comunidades foram apoiadas para a produção de óleo de mupeque²⁴. Este óleo é uma importante fonte de renda para as famílias pois é muito procurado no país (uma garrafa de 75 cl pode chegar a USD 10 nos mercados locais).

Avaliação do Output 2.3.2 - Satisfatório

- 113 Este *output* visava melhorar a produção e a cadeia de valor da carne em cinco comunidades pastoris através das ECAP. Foram realizadas 4 formações de tratadores de gado para mais de 50 participantes, 1 formação em etnoveterinária para 16 participantes e 1 capacitação sobre processamento de leite para 30 participantes. Um manual sobre “Transformação do leite” foi produzido e disseminado pelo projecto. Os facilitadores das ECAP que receberam a formação de tratadores de gado foram equipados com “kits básicos de veterinária”, os quais contribuirão para aumentar as receitas dos facilitadores, mas também para ampliar o acesso a serviços mínimos veterinários nas comunidades.
- 114 **A vertente da etnoveterinária foi introduzida pelo projecto RETESA e constitui uma acção inovadora.** O projecto capitalizou os conhecimentos tradicionais das comunidades para aumentar o acesso a informação e utilização de procedimentos etnoveterinária. Para isso foi determinante a parceira estabelecida com o herbário do Lubango, vinculado ao ISCED. Através da aplicação de inquéritos em 15 municípios de 4 Províncias foram recolhidas amostras de plantas para o herbário. O herbário foi responsável por catalogar e sistematizar informação numa base de dados. Foi elaborado um Manual e 16 folhetos técnicos sobre as plantas com potencial etnoveterinário.

²⁴ O mupeque é um arbusto nativo da região Sul de Angola e as comunidades tradicionais extraem o seu óleo que é utilizado para tratamento do cabelo e pele.

- 115 **Os técnicos dos serviços veterinários receberam capacitação e estão já a replicar os conhecimentos e práticas etnoveterinárias junto das comunidades.** Esta será uma forma de reduzir custos com serviços veterinários para os criadores de animais, aumentar o acesso a cuidados veterinários de forma acessível, resultando na melhoria sanitária dos rebanhos. Como desdobramento, sublinhe-se que o ISCED tem já alunos a desenvolver investigação e trabalhos de doutoramento sobre este tema, o que contribuirá para aprofundar a dinâmica e conhecimento introduzido pelo projecto RETESA.

Componente 3 – Integração da gestão sustentável de terras nas políticas e programas do sector ambiental e agrícola

Constatação 3.6: Outcome 3.1 – Moderadamente Satisfatório

- A proposta de “Política Nacional para a Gestão Sustentável de Terras” foi concluída e amplamente discutida a nível nacional, mas não existem evidências de que venha a ser aprovada no curto prazo.
- Através do projecto foi alcançada uma maior consciencialização sobre a necessidade de reforçar a governança responsável da terra (VGGT) e sensibilizados os tomadores de decisão para a necessidade de ajustar a legislação e as políticas nacionais em conformidade com os compromissos assumidos a nível global.
- Existem ainda poucas evidências de integração da gestão sustentável de terras nos projectos da Comissão Multisectorial do Ambiente ou em outras estruturas de diálogo e coordenação existentes.

Avaliação do Outcome 3.1 – Moderadamente Satisfatório

- 116 Existem ainda poucas evidências de que o projecto contribuiu para uma maior integração da gestão sustentável de terras nas políticas e programas nacionais. No entanto, a proposta de “Política Nacional para a Gestão Sustentável de Terras” foi concluída e amplamente discutida a nível nacional, embora ainda não tenha sido aprovada. A sensibilização e partilha de informação sobre as VGGT foi relevante, mas ainda não existem evidências da sua apropriação pelas autoridades nacionais, designadamente em termos de integração das directrizes nas políticas públicas.

Avaliação do Output 3.1.1 - Satisfatório

- 117 Este *output* visava propor para aprovação do Governo uma política de reforço da aplicação da gestão sustentável de terras nas áreas pastoris.
- 118 **A proposta de “Política Nacional para a Gestão Sustentável de Terras” foi concluída após 6 consultas públicas a nível nacional** que envolveram Governo central, sociedade civil, academia, Governos Provinciais e Administrações Municipais. No âmbito da preparação desta proposta de política foram realizados 5 estudos de caso que incluíram análise do marco conceptual, inventário de legislação, programas e políticas nacionais, análise de legislação específica (designadamente Decreto 216/11).

- 119 **Até ao momento a política ainda não foi aprovada.** Durante as entrevistas realizadas, designadamente junto do Ministério do Ambiente, foi notório o interesse nesta política, embora a sua aprovação dependa do Conselho de Ministros.

Avaliação do Output 3.1.2 – Satisfatório

- 120 Este *output* visava reforçar a implementação da Lei de Terras e assim facilitar a execução da gestão sustentável de terras nas áreas pastoris. Durante a MTR foi proposto o ajuste deste output, designadamente para incluir também as Directrizes Voluntárias da FAO sobre a Governança Responsável da Terra, Pescas e Florestas (VGGT), dado ser um tema na agenda política da FAO e um compromisso assumido a nível global.
- 121 **Foram realizadas consultas públicas e proposto um Guia Metodológico para apoiar a divulgação da lei de terras e a delimitação comunitária de terras.** Adicionalmente, foi alcançada a delimitação de terras na comunidade KOISAN, Província da Huíla. A revisão e actualização da metodologia de delimitação participativa de terras foi efectuada através de três seminários públicos abrangendo mais de 200 pessoas (técnicos e autoridades nacionais) e inclui ainda trabalho de especialistas nacionais. Esta metodologia está a ser utilizada por ONG e outros projectos da FAO (e.g. Projecto IRCEA) e foi já proposta à comissão interministerial de registo de terras.
- 122 **Relativamente às VGGT foram realizados 3 seminários nacionais para sensibilização, disseminação de informação e partilha dos compromissos das VGGT com múltiplos actores,** designadamente Governo e Sociedade Civil. Através do projecto foi alcançada uma maior consciencialização sobre a necessidade de reforçar a governança responsável da terra e sensibilizados os tomadores de decisão para a necessidade de ajustar a legislação e as políticas nacionais em conformidade com os compromissos assumidos a nível global.
- 123 **De um modo geral o avaliador percebeu que existe sensibilidade para este tema, embora a legislação e políticas nacionais ainda precisem de muito trabalho para se ajustarem a esses compromissos.** Relativamente à proposta de política formulada com apoio do projecto, o avaliador não percebeu muita confiança por parte das instituições, designadamente do Ministério do Ambiente, para que esta venha a ser aprovada no curto prazo.

Avaliação do Output 3.1.3 – Insatisfatório

- 124 Este *output* visava integrar a gestão sustentável de terras nos projectos da Comissão Multisectorial do Ambiente. A avaliação final constatou que muito pouco foi realizado pelo projecto nesta vertente. **Apenas foram realizados estudos preliminares sobre a comissão multisectorial, incluindo a comparação com instituições similares existentes no Brasil e Moçambique.**
- 125 Durante a MTR, e em função das entrevistas e opiniões dos responsáveis do Ministério do Ambiente, foi proposto que o *locus* desta actividade transitasse da Comissão do Ambiente para a Comissão das Alterações Climáticas e Biodiversidade, pois seria a instituição mais adequada para dar continuidade a estas acções após o

término do projecto. Foi elaborado um plano de trabalho e está em curso a contratação de um jurista para rever o estatuto da comissão, mas praticamente ainda não há resultados visíveis a assinalar.

Output 3.1.4 (Eliminado na MTR)

126 Este output visava a criação de uma plataforma para a implementação do Decreto 2016/11. Durante a MTR foi proposto a eliminação deste *output*, dado que vão começar no terreno outros projectos que contemplam iniciativas para a criação de plataformas multisectoriais nesta temática e dispõem de recursos financeiros mais significativos (Projecto FRESAN da Comissão Europeia).

Constatação 3.7: Outcome 3.2 – Insatisfatório

- A contribuição do projecto para o reforço da governança e diálogo entre múltiplos actores e diferentes sectores do Governo foi muito limitada.
- Apenas foram realizadas reuniões preliminares com a equipa do Land Tenure da FAO e AGPM para a criação do fórum on-line. Foi preparada uma proposta de webpage, mas ainda não está funcional.

Avaliação do Outcome 3.2 – Insatisfatório

127 A contribuição do projecto para o reforço da governança e diálogo entre múltiplos actores e diferentes sectores do Governo foi muito limitada. Não foi possível criar qualquer plataforma nacional, mecanismo de coordenação ou fórum de diálogo para esta matéria.

Avaliação do Output 3.2.1 - Insatisfatório

128 Este *output* visava a criação de mecanismos de coordenação intersectorial para a gestão sustentável de terras envolvendo os ministérios do ambiente, agricultura, governos provinciais e locais. A MTR propôs que o conteúdo deste produto fosse substituído pela criação de uma plataforma *on-line* para a discussão e partilha de opiniões e experiências sobre gestão sustentável de terras em Angola.

129 **A avaliação final constatou que muito pouco foi realizado pelo projecto nesta vertente.** Apenas foram realizadas reuniões preliminares com a equipa do Land Tenure da FAO e AGPM para a criação do fórum on-line. Foi preparada uma proposta de *webpage*, mas ainda não está funcional. De acordo com a informação colectada, isto se deveu ao pouco tempo disponível para completar esta actividade, mas também ao fraco interesse por parte do Governo.

Constatação 3.8: Outcome 3.3 – Moderadamente satisfatório

- Não foi elaborado qualquer plano de investimento governamental para reforçar a gestão sustentável de terras.
- Em alternativa, o projecto estabeleceu negociações com a comunidade de doadores (Comissão Europeia, FIDA e GEF) existindo neste momento boas perspectivas de canalização de recursos para a continuidade dos resultados do projecto RETESA.

Avaliação do Outcome 3.3 – Moderadamente satisfatório

130 Não existem evidências de aumento efectivo dos investimentos públicos para a gestão sustentável de terras e não foi possível elaborar planos de investimento. Contudo, foram relevantes os esforços do projecto para partilhar a experiência e lições aprendidas com as metodologias e abordagens introduzidas junto da comunidade de doadores. Existem evidências de que alguns doadores e parceiros de desenvolvimento estão interessados e disponíveis para canalizar recursos financeiros para o Sul de Angola a fim de dar continuidade aos resultados do projecto RETESA.

Output 3.3.1 – Moderadamente satisfatório

131 Este *output* visava a elaboração do plano de investimento governamental para apoiar os pequenos créditos para a gestão sustentável de terras e a reabilitação territorial, complementando o Plano Nacional de Gestão Ambiental existente, mas este não foi elaborado pelo projecto.

132 **Alternativamente, o projecto estabeleceu negociações com a comunidade de doadores (Comissão Europeia, FIDA e GEF) a fim de canalizar recursos para a continuidade dos seus resultados.** Até ao momento da avaliação final foram confirmados os seguintes potenciais investimentos, embora ainda não totalmente aprovados: 2,6 milhões USD (GEF 6²⁵), 4 milhões EUR (CE - FRESAN²⁶) e 2,5 milhões USD para a dinamização dos Centros Agro-Ecológicos da Bibala através do Banco Africano de Desenvolvimento.

Componente 4 – Monitoria do projecto e disseminação de boas práticas

Constatação 3.9: Outcome 4.1 – Satisfatório

- O projecto contou com um sistema de monitoria & avaliação funcional, proporcionando colecta e partilha de informação sobre os progressos de forma sistemática e em tempo útil.
- Foi feito um esforço para disseminar manuais e guias metodológicos em formatos apropriados. Foram sistematizadas boas práticas e disseminadas em diferentes formatos

Avaliação do Outcome 4.1 – Satisfatório

133 O projecto contou com um sistema de monitoria & avaliação funcional, proporcionando colecta e partilha de informação sobre os progressos de forma

²⁵ Project “Sustainable Land Management in target landscapes in Angola’s southwestern region”, que será implementado nas Província de Namibe, Cunene, Huíla e Benguela e que foca na reversão da degradação de terras utilizando muitas abordagens do RETESA.

²⁶ Projecto de Fortalecimento da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional em Angola, que será implementado nas Províncias de Huíla, Cunene e Namibe e cujo desenho foi baseado na experiência do FRESAN. Este projecto tem um orçamento total de 65 milhões Euros, dos quais se espera que 4 milhões sejam contratualizados com a FAO para execução de actividades no terreno.

sistemática e em tempo útil. Na segunda metade do projecto foi feito um esforço significativo para documentar experiências e disseminar boas práticas. Existem evidências de que os resultados do RETESA estão a informar novos projectos em preparação no país que vão incorporar as mesmas metodologias e abordagens.

Avaliação dos Outputs 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.3 - Satisfatório

- 134 Estes outputs visavam o estabelecimento de um sistema de monitoria do projecto operacional (4.1.1) e realização da avaliação intermédia e final (4.1.2) e disseminação de boas práticas e lições aprendidas do projecto (4.1.3).
- 135 **O projecto contou com um sistema de M&A operacional e reporte de informação actualização e em tempo útil** através de diferentes relatórios. A MTR foi realizada em 2016 e a grande maioria das sugestões e revisões para ajustar o projecto foram implementadas pela equipa.
- 136 No momento da MTR foram identificadas várias deficiências relativamente à comunicação e visibilidade. No seguimento, o projecto melhorou bastante neste domínio, tendo elaborado uma estratégia para apoiar as suas acções a diferentes níveis (internacional, nacional, local). Esta nova estratégia permitiu resolver os problemas de visibilidade existentes (por exemplo, coerência com as regras da FAO e GEF, incluindo uso de logotipos), mas também tornar público o conhecimento produzido com base na experiência do projecto.
- 137 **Foi feito um esforço para disseminar manuais e guias metodológicos em formatos apropriados.** Foram sistematizadas boas práticas e disseminadas em diferentes formatos (brochuras, websites, media local). Foram divulgadas notícias do projecto e boas praticas no Boletim da FAO, website do GEF, Newsletter FAO sobre Agroecologia, Plataforma WOCAT, entre outros.

3.4 QA4. Até que ponto o desenho do projecto incluiu aspectos de igualdade de género e contribuiu para o empoderamento da mulher através da sua implementação?

Constatação 4 – Moderadamente insatisfatório

- O desenho do projecto não contemplou uma análise de género adequada.
 - No geral o projecto proporcionou igualdade de oportunidades a mulheres (e.g. 43% de mulheres beneficiárias das ECAP), embora não tenha produzido uma estratégia específica nesta matéria.
 - Não foram notificados impactos ou consequências negativas sobre as mulheres em nenhuma componente do projecto.
 - A desagregação por género dos indicadores foi efectuada em muitos poucos casos.
- 138 **O desenho do projecto não contemplou uma análise de género e também não foi realizada qualquer análise de género durante a fase de instalação do projecto.** O documento de projecto não menciona acções específicas ou qualquer

estratégia focada nas questões de género, limitando-se a referências vagas, como seja a inclusão da igualdade de género em todas as actividades do projecto e etapas da tomada de decisão.

- 139 **Não foram notificados impactos ou consequências negativas sobre as mulheres em nenhuma componente do projecto.** No terreno, o avaliador entrevistou homens e mulheres que estiveram directamente envolvidos nas actividades, tanto da parte das instituições publicas como dos beneficiários. Em particular nas ECAP, existe uma elevada motivação por parte das mulheres.
- 140 **No geral o projecto proporcionou igualdade de oportunidades a mulheres e homens para participar nas actividades do projecto, com destaque para as ECAP.** Com efeito, a percentagem de mulheres beneficiárias das ECAP é de 43%, claramente superior à meta prevista que era de 25%. Contudo, o número de mulheres que foram capacitadas como “mestres” de ECAP foi de apenas 3 num total de 29 e o número de “facilitadoras” das ECAP foi de apenas 5 num total de 80. O número de mulheres que participaram regularmente no Comité de Pilotagem foi também muito reduzido.
- 141 **A avaliação final não observou esforços significativos por parte da equipa do projecto com os aspectos de género.** A desagregação por género dos indicadores foi efectuada em muitos poucos casos. O rácio mulheres/homens dos participantes nas capacitações é difícil de determinar devido à ausência de registos desagregados por género (ver Anexo 6).

3.5 QA5. Como foi a abordagem do projecto para trabalhar com as comunidades locais, bem como para assegurar a participação das partes interessadas nos processos de tomada de decisão relacionados com o projecto?

Constatação 5 –Satisfatório

- O projecto adoptou uma abordagem inclusiva e participativa no trabalho com as comunidades. Existem evidências de satisfação das comunidades com as actividades do projecto e com o seu envolvimento nas diferentes etapas de implementação. As comunidades estão mais confiantes e motivadas e sentem-se actores participantes da estratégia do projecto.
- O projecto promoveu a participação activa das diferentes partes interessadas, mas o nível de apropriação institucional por parte das instituições do Governo foi baixo ao longo de todo o projecto, em particular a nível Provincial.
- O projecto teve várias dificuldades em estabelecer acordos no terreno e por isso o estabelecimento das parcerias com diferentes actores inicialmente previsto não foi alcançado na totalidade.
- Contudo, o projecto criou sinergias e complementaridades muito positivas com outros actores não previstos no documento do projecto, designadamente os projectos PIRAN e IRCEA implementados pela FAO, com o Fundo de Apoio Social (FAS) e Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED).

Envolvimento das comunidades locais

- 142 **O projecto adoptou uma abordagem inclusiva e participativa no trabalho com as comunidades.** A estratégia da equipa foi trabalhar a criação de oportunidades para o desenvolvimento económico e social, incluindo o acesso e gestão compartilhada dos recursos naturais. Durante a avaliação final foi possível realizar diversos encontros (*focus groups*) com comunidades e líderes comunitários. Ficou evidente o grau de satisfação das comunidades com as actividades do projecto e com o seu envolvimento nas diferentes etapas de implementação. As comunidades estão mais confiantes e motivadas, por exemplo comparando com o momento da MTR, em particular nas ECAP que estão funcionando em pleno. Ficou também evidente a satisfação com o trabalho das equipas técnicas (incluindo o consultor internacional responsável pelo apoio técnico na implementação das ECAP).
- 143 **Desde início foram promovidos encontros comunitários para explicar os objectivos e acções do projecto, designadamente no âmbito das ECAP.** As comunidades participaram activamente na definição dos seus próprios planos de trabalho, incluindo a escolha das temáticas de aprendizagem, locais de instalação das ECAP e principais necessidades de apoio. Os *grants* disponibilizados pelo projecto para as ECAP foram geridos pelas comunidades de maneira transparente e de acordo com as suas escolhas e prioridades. Os planos de sustentabilidade das ECAP (elaborados na fase final do projecto) foram definidos pelos próprios membros, provando assim o seu envolvimento na tomada de decisão.
- 144 **O sucesso no envolvimento das comunidades se deveu também a abordagem baseada em direitos adoptada pelo projecto.** Por exemplo, o acesso a informação sobre legislação e a aplicação prática de processos de delimitação de terras (ver output 3.1.2) ou o contributo para acesso a água (ver output 2.2.3) são exemplos claros.
- 145 **Finalmente, a utilização dos tradicionais “Jangos Pastoris” contribuiu decisivamente para este envolvimento das comunidades**²⁷. Estes encontros tradicionais reúnem autoridades tradicionais, líderes comunitários e pastores. Mais recentemente também outros actores (Administrações Municipais, técnicos, ONG, outros). Com esta abordagem as comunidades são directamente envolvidas nos processos de discussão e tomada de decisão.

Apropriação e participação das diferentes partes interessadas

- 146 **O projecto promoveu a participação activa das diferentes partes interessadas, mas a apropriação por parte das entidades governamentais foi baixa.** O arranjo institucional do projecto, em particular através do Comité de Pilotagem, promoveu a participação das diferentes instituições nos processos de tomada de decisão.
- 147 **A baixa apropriação por parte das instituições do Governo, em particular a nível Provincial, foi uma constante ao longo de todo o projecto.** Isto se deveu aos seguintes aspectos principais:

²⁷ Ver “*Restoration of traditional pastoral management forums in Angola*”, com referência à experiência do projecto RETESA em Angola: https://qcat.wocat.net/af/wocat/approaches/view/approaches_3173/.

- i) O Ministério do Ambiente é o titular do projecto, mas a execução e assistência técnica e metodológica foi da FAO. Os recursos financeiros foram canalizados através da FAO, pelo que o projecto não foi totalmente assumido pelo Governo, sendo em muitos casos considerado “um projecto da FAO”, sobretudo a nível local. Esta visão é normal a nível local, onde ainda é difícil perceber a diferença institucional entre intervenções realizadas em parceria entre instituições do Governo e as agências internacionais.
- ii) Vários responsáveis governamentais, em particular ao nível dos Governos Provinciais, tinham a expectativa de ser remunerados pelas suas funções de coordenação e supervisão do projecto, apesar de tal não estar previsto no orçamento. Por outro lado, as regras do GEF não permitem contratação de técnicos do Governo ou, por exemplo, dar um incentivo adicional (*top up*) no seu salário.
- iii) A elevada rotatividade de técnicos e chefias intermédias nos Governos Provinciais e locais dificultou um seguimento contínuo e uma maior apropriação do projecto por parte desses actores;
- iv) A elevada ambição do projecto e a sua duração limitada, aliada à limitação dos meios disponíveis (recursos financeiros, técnicos, viaturas, combustível, etc.) por parte das instituições públicas, levou a frustração e desmotivação, comprometendo a apropriação do projecto.

Sinergias e complementaridades

- 148 **O estabelecimento das parcerias com diferentes actores inicialmente previstos, designadamente ONG, não foi alcançado na totalidade.** O projecto teve várias dificuldades em estabelecer acordos no terreno, sobretudo com ONG. No caso das parcerias com ONG a dificuldade deveu-se à existência de poucos actores no terreno ou à fraca qualidade de alguns existentes. Como consequência, o projecto optou por rever a sua estratégia e substituir os acordos inicialmente previstos com ONG por outros contratos de apoio, designadamente através de consultores. Esta dificuldade deveria ter sido identificada no desenho do projecto através de uma análise de actores (*stakeholders*) bem como das reais capacidades existentes.
- 149 **Apesar destas dificuldades, o projecto criou sinergias e complementaridades muito positivas com outras iniciativas no terreno e não previstas no documento do projecto,** designadamente os projectos PIRAN²⁸ e IRCEA implementados pela FAO, com o Fundo de Apoio Social (FAS) e Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED). Estas sinergias incluíram o fornecimento de materiais e equipamentos para reabilitação de pontos de água, bem como apoio para algumas actividades em termos de mobilização das comunidades, organização de eventos de discussão, assistência técnica complementar, capacitações e produção de conhecimento.

²⁸ Projecto Integrado de Resiliência Angola-Namíbia.

3.6 QA6. Qual é a sustentabilidade dos resultados do projecto em termos ambientais, técnicos, sociais, financeiros e institucionais?

Constatação 6 – Moderadamente satisfatório

- É pouco provável que exista aumento do investimento público para dar continuidade aos resultados do projecto. No entanto, existem boas perspectivas para a comunidade de doadores dar continuidade, designadamente através de novos projectos no curto prazo (Comissão Europeia, GEF, FIDA).
- No geral, as instituições públicas manifestam interesse em dar continuidade aos resultados do projecto. Contudo, é mais provável que essa continuidade seja através das próprias comunidades, no âmbito das ECAP, em particular aquelas que se encontram numa fase mais avançada do processo metodológico.
- Apesar dos avanços registados nos últimos anos ao nível da legislação de terras, no geral, o quadro legislativo e de políticas públicas em Angola precisa ainda de ser reforçado para incluir a com mais evidência a vertente de gestão sustentável e reabilitação de ecossistemas.
- Os impactos das alterações climáticas continuam muito visíveis na região Sul de Angola. É provável que esta região continue a ser afectada por fenómenos climáticos extremos, designadamente secas prolongadas, que podem comprometer alguns resultados do projecto.

150 Risco financeiro para a sustentabilidade – moderadamente improvável. **Tendo em conta a crise económico-financeira do país é pouco provável que no imediato exista investimento publico significativo para a gestão sustentável de terras e reabilitação de áreas degradadas, um dos principais *outcomes* do projecto.** Contudo, a perspectiva de aprovação da Política Nacional de Gestão Sustentável de Terras (ver output 3.1.1) pode abrir novas oportunidades para o aumento de financiamento publico. A nível local existem melhores perspectivas para a alocação de recursos públicos através das Administrações Municipais, designadamente para continuar o apoio a algumas ECAP.

151 **Por outro lado, existem boas perspectivas para a comunidade de doadores dar continuidade e apoiar os resultados do projecto RETESA,** designadamente através dos novos projectos GEF, FIDA e Comissão Europeia.

152 Risco sociopolítico para a sustentabilidade – moderadamente provável. **O combate à desertificação e ao avanço das áreas áridas e sem-áridas continuará a ser uma prioridade política do Governo de Angola,** em particular no contexto da alterações climáticas. No geral, as instituições públicas manifestam interesse em dar continuidade aos resultados do projecto, dado que esta temática é uma prioridade de intervenção nos seus planos. Existe um número considerável de técnicos das instituições públicas que foram capacitados e é bastante provável que algumas abordagens introduzidas pelo projecto possam continuar, designadamente algumas ECAP. Também os planos de desenvolvimento territorial (GreenTD) suscitaram muito interesse e é provável que as Administrações Municipais e outros serviços públicos locais dêem continuidade a estes resultados.

- 153 **No âmbito das comunidades, é provável que várias ECAP continuem autonomamente após o término do projecto, em particular aquelas que se encontram numa fase mais avançada do processo metodológico.** Existe um número considerável de facilitadores formados, assim como de membros das comunidades que receberam formação específica sobre manejo e saúde animal. É muito provável que alguns destes continuem autonomamente a exercer as suas tarefas, incluindo a prestação de serviços básicos à comunidade.
- 154 Por último, é importante sublinhar que a disseminação dos resultados do RETESA tem levado várias ONG a demonstrar interesse em adoptar as metodologias introduzidas, designadamente as ECAP.
- 155 Risco institucional para a sustentabilidade – moderadamente improvável. Apesar dos avanços registados nos últimos anos ao nível da legislação de terras, no geral, **o quadro legislativo e de políticas públicas em Angola precisa ainda de ser reforçado para incluir a com mais evidência a vertente de gestão sustentável e reabilitação de ecossistemas.** A aprovação da Política Nacional de Gestão Sustentável de Terras no curto prazo poderia melhorar este cenário. Constatou-se um esforço forte por parte do projecto de sensibilização sobre as VGGT, mas a sua inclusão no panorama de políticas públicas pode ainda levar vários anos.
- 156 Em termos de institucionalidade e governança existem estruturas nacionais que trabalham de forma directa ou transversal a temática da gestão sustentável de terras, designadamente no âmbito dos ministérios do ambiente e agricultura (e.g. Comissão Nacional do Ambiente, Comissão Nacional de Alterações Climáticas, etc.). Estas estruturas continuarão a colocar o tema da gestão sustentável de terras na agenda política. Estas instituições também dispõem de conhecimento e capacidade técnica para informar a tomada de decisão e apoiar a implementação de projectos e programas nacionais.
- 157 Risco ambiental para a sustentabilidade – improvável. Os impactos das alterações climáticas continuam muito visíveis na região Sul de Angola. **É provável que esta região continue a ser afectada por fenómenos climáticos extremos, designadamente secas prolongadas, que podem comprometer alguns resultados do projecto,** por exemplo em termos de reabilitação das pastagens e de áreas de reserva de pastos. Se estes fenómenos se tornarem mais fortes, podem também comprometer os meios de vida das famílias, em particular afectando as manadas (morte gado) e as culturas agrícolas de subsistência.

3.7 QA7. Quais são as lições-chave que podem ser aprendidas a partir do desenho, implementação e sustentabilidade do projecto?

- A implementação de processos de construção de capacidades demanda tempo significativo, que pode exceder a duração do projecto.
- Os projectos devem contemplar uma abrangência geográfica realista.
- Os projectos devem contemplar metas menos ambiciosas para os outputs, em particular no âmbito da implementação das ECAP.

- O envolvimento dos governos locais nos processos de tomada de decisão dos projectos é importante, assim como medidas que favoreçam a apropriação por parte das instituições nacionais.
- As ECAP necessitam de um pacote mínimo de recursos iniciais para funcionar de maneira adequada.
- As publicações (guias, manuais, relatórios, etc.) produzidos e distribuídas às instituições públicas devem ser adequadas à sua realidade e de fácil utilização prática.
- A integração de técnicos das instituições públicas nas equipas técnicas locais dos projectos deve ser priorizada em detrimento da contratação de pessoal externo.

158 A implementação de processos de construção de capacidades demanda tempo significativo. Os processos de transformação social e de mudanças nas práticas e rotinas de gestão e planificação das instituições públicas e comunidades demandam tempo para serem adequadamente apropriadas e institucionalizadas. Para além de formação teórica, é também importante promover acções práticas no terreno, bem como um acompanhamento contínuo ao longo do tempo. Projectos com uma duração muito limitada (3-4 anos) não são suficientes para consolidar estes processos.

159 Os projectos devem contemplar uma abrangência geográfica realista. A implementação do RETESA revelou muito difícil trabalhar com 3 Províncias que abrangem uma área geográfica muito grande. Isso limitou um acompanhamento mais próximo e adequado junto das comunidades mais afastadas, com impacto na qualidade dos resultados.

160 Os projectos devem contemplar metas realistas para os outputs, em particular no âmbito da implementação das ECAP. A experiência do RETESA provou que não é possível introduzir uma nova metodologia num país colocando como meta um número elevado de ECAP. Na prática, o projecto demonstrou que apenas um número reduzido de ECAP resultaram funcionais. Isto não se deveu à falta de capacidades da equipa, mas sim à elevada ambição das metas do projecto. É melhor formar menos ECAP com mais qualidade do que iniciar dezenas de processos que depois resultam em ECAP não funcionais.

161 O envolvimento dos governos locais nos processos de tomada de decisão dos projectos é importante. A experiência do RETESA revelou que foi positivo incluir também as Administrações Municipais no Comité de Pilotagem, enquanto órgão máximo de discussão e tomada de decisão. O envolvimento destas autoridades contribuiu para aumentar a sua motivação, conhecimento da estratégia e intervenções do projecto e a apropriação dos resultados.

162 As ECAP necessitam de um pacote mínimo de recursos iniciais para funcionar de maneira adequada. A experiência do projecto revelou que é fundamental disponibilizar recursos (financeiros, materiais, equipamentos) para a instalação inicial das ECAP. A ausência destes recursos disponíveis no orçamento do projecto foi um dos factores que limitou a eficácia das ECAP. A disponibilização deste pacote mínimo de recursos inicial tem um duplo propósito: i) providenciar um mínimo de ferramentas e dinheiro básico para iniciar o funcionamento (compra de sementes,

- compra de equipamentos, etc.); ii) aumentar a motivação e interesse dos participantes.
- 163 As publicações (guias, manuais, relatórios, etc.) produzidos e distribuídas às instituições públicas devem ser adequadas à sua realidade e de fácil utilização prática. Os materiais produzidos e disponibilizados pelos projectos devem ser simples, apelativos e fáceis de usar pelos beneficiários. É preferível investir em brochuras, guias metodológicas, notas técnicas de carácter práticos em vez de investir em manuais teóricos de difícil leitura e interpretação que ninguém vai ler ou utilizar.
- 164 A integração de técnicos das instituições públicas nas equipas técnicas locais dos projectos deve ser priorizada em detrimento da contratação de pessoal externo: A experiência do RETESA demonstrou que é importante incluir técnicos das instituições públicas locais (Administrações, IDA,/EDA, ISV) nas equipas técnicas dos projectos. Quando as equipas técnicas dos projectos são compostas exclusivamente por técnicos externos perde-se a sua continuidade após o término dos projectos. Futuras acções devem considerar a selecção de técnicos das instituições locais para assumirem as responsabilidades de acompanhamento técnico dos projectos, em detrimento de pessoal contratado externamente, aumentando assim as possibilidades de replicação e acompanhamento das acções mesmo após o término dos projectos.
- 165 O desenho dos projectos deve incluir uma análise de género adequada e essa abordagem deve ser aplicada de forma consistente ao longo da execução: O desenho do RETESA não contemplou uma análise de género e não providenciou recomendações para a definição de uma estratégia por parte da equipa. A adopção de uma abordagem e género é determinante no caso de projectos que envolvem um forte trabalho com comunidades locais.

4 Conclusões e recomendações

4.1 Conclusões

166 Com base nas evidências colectadas durante o processo de avaliação identificam-se as seguintes conclusões principais, as quais foram organizadas na sequência das questões da avaliação. Esta sequência não implica qualquer ordem de prioridade.

QA1. A estratégia e as acções do projecto foram relevantes para responder às necessidades dos beneficiários e demais partes interessadas?

Conclusão 1. O projecto foi relevante face ao contexto do país e da sua área geográfica de intervenção, dado que a desertificação e o avanço das áreas áridas e semiáridas é visível, em particular na região Sul do país, afectam negativamente os meios de subsistência das populações e contribuem para significativas mudanças em termos ambientais e naturais. O projecto foi coerente e alinhado com os principais instrumentos de política pública de Angola em matéria ambiental, de desenvolvimento e combate à pobreza. Foi também coerente com os objectivos e estratégias da FAO e GEF. No geral, a estratégia e acções do projecto contribuíram para responder à falta de capacidades a nível nacional, provincial e local para prevenir e reverter a degradação de terras, através da introdução e adopção de abordagens participativas para identificar e reabilitar áreas degradadas de forma participada e coordenada entre as múltiplas partes interessadas.

QA2. De que modo as modalidades de intervenção, a estrutura institucional e parcerias, os recursos e os procedimentos financeiros, técnicos e operacionais contribuíram ou impediram o alcance dos objectivos e resultados do projecto?

Conclusão 2. No geral, o arranjo institucional do projecto foi adequado, facilitando processos de tomada de decisão, coordenação e gestão descentralizada, incluindo boa dinâmica do Comité de Pilotagem. Contudo, verificou-se um baixo grau de apropriação por parte das instituições governamentais parceiras, tendo estas assumido uma postura passiva, limitando-se a esperar pelos financiamentos e pela implementação das actividades por parte da equipa do projecto. As capacidades e dimensionamento da equipa foram adequadas às exigências do projecto

Conclusão 3. Em termos de performance, verificaram-se atrasos muito significativos no arranque do projecto durante o ano 1, designadamente em termos de selecção e constituição da equipa, montagem do arranjo institucional e condições logísticas do projecto. Consequentemente, todo o início das actividades no terreno foi atrasado. Contudo, o projecto alcançou uma boa recuperação na execução das actividades planificadas a partir do ano 2, quando essas dificuldades foram ultrapassadas. No momento da avaliação final, uma taxa de execução financeira de 95%, uma taxa de desembolso do grant do GEF de 100% e uma taxa de co-financiamento dos parceiros superior a 100%.

QA3. Como foi a eficácia do projecto para alcançar os seus objectivos (global, desenvolvimento e ambiental) e resultados esperados? Que resultados, esperados ou inesperados, foram alcançados nas diferentes componentes do projecto?

Conclusão 4. No âmbito da Componente 1, um número muito significativo de pessoal foi capacitado sobre diferentes metodologias para análise da degradação de terras e da resiliência climática das comunidades. Existe interesse por parte das instituições para adoptar estas metodologias e maior capacidade e conhecimento disponível para o planeamento participativo da gestão integrada de terras, mas há poucas evidências que as instituições públicas vão introduzir estas metodologias nas suas rotinas e práticas diárias de trabalho. Os 6 planos de desenvolvimento territorial negociados e acordados com apoio do projecto são importantes e suscitaram muito interesse por parte das autoridades nacionais e beneficiários.

Conclusão 5. No âmbito da Componente 2, a metodologia das ECAP foi muito bem recebida por parte das instituições públicas e beneficiários. Contudo, o número de ECAP instaladas foi muito inferior ao inicialmente previsto (redução de 70 para 35, sendo que destas apenas 15 se encontram num estágio plenamente funcional e avançado). Apesar do número limitado de ECAP funcionais, conclui-se que esta metodologia foi útil e contribuiu para introduzir novas metodologias de trabalho comunitário, resultando em evidências claras de melhoria das técnicas agrícolas, produção animal e dos modos de vida das comunidades. Nesta componente destaca-se ainda a reabilitação de áreas de pastagem baseadas no ecossistema e a sua gestão participativa. O projecto introduziu metodologias inovadoras que foram bem recebidas pelas comunidades. Foi possível reabilitar mais de 750 hectares de pastagens, estabelecer cerca de 30.000 hectares de áreas de reserva de pastagens (mise en défense) e reabilitar 28 pontos de água. Contudo, estes são processos de transformação social e natural que demandam tempo para ser consolidados. Finalmente, o aprofundamento da etnoveterinária, baseada no conhecimento tradicional e nas parcerias com ISCED foram relevantes e podem abrir novas oportunidades para as comunidades fazerem face aos problemas de saúde animal.

Conclusão 6. No âmbito da Componente 3, o projecto obteve avanços importantes no que se refere à elaboração de uma proposta de política de gestão sustentável de terras, embora esta ainda não tenha sido aprovada. Contudo, as demais acções desta componente foram muito pouco eficazes dado que a contribuição do projecto para o reforço da governança e diálogo entre múltiplos actores e diferentes sectores do Governo foi muito limitada e não foi elaborado qualquer plano de investimento governamental para reforçar a gestão sustentável de terras.

Conclusão 7. No âmbito da Componente 4, os procedimentos de monitoria e avaliação do projecto foram adequados e o projecto conseguiu disseminar manuais e guias metodológicos, bem como sistematizar boas práticas que foram disseminadas junto dos actores relevantes.

Conclusão 8. No geral, o alcance dos objectivos foi satisfatório, designadamente em termos do objectivo global e de desenvolvimento. Conclui-se que existem evidências que mostram que as capacidades das comunidades foram reforçadas por via da adopção de técnicas de fertilização, irrigação, sementeira mais sustentáveis para os sistemas agrícolas, assim como ao nível da gestão de pastagens, em particular áreas de reserva (global) e que existem evidências da melhoria dos meios de vida das famílias beneficiárias (desenvolvimento). No entanto, as evidências com

relação ao objectivo ambiental são menos visíveis dado que se trata de resultados de mais longo prazo.

QA4. Até que ponto o desenho do projecto incluiu aspectos de igualdade de género e contribuiu para o empoderamento da mulher através da sua implementação?

Conclusão 9. O desenho do projecto contém limitações relativamente à integração das questões de género, não existindo uma estratégia adequada para este efeito. Ao longo da implementação, não foram observados esforços significativos por parte da equipa do projecto com as questões de género, com excepção da desagregação de alguns dados quantitativos por género (e.g. participantes nas capacitações, membros das ECAP, etc.).

QA5. Como foi a abordagem do projecto para trabalhar com as comunidades locais relativamente à gestão de pastagens e práticas de gestão sustentável de terras, bem como para assegurar a participação das partes interessadas nos processos de tomada de decisão relacionados com o projecto?

Conclusão 10. O projecto teve algumas dificuldades em estabelecer os acordos e parcerias previstos no documento de projecto inicial, mas esta limitação foi ultrapassada através das fortes sinergias e complementaridades que foram estabelecidas com outras acções em curso no terreno, designadamente implementadas pela FAO. Relativamente às comunidades, o projecto adoptou uma abordagem inclusiva e participativa, que se traduziu num elevado grau de satisfação das comunidades com as actividades do projecto e no seu envolvimento activo nas diferentes etapas de implementação.

QA6. Qual é a sustentabilidade dos resultados do projecto em termos ambientais, técnicos, sociais, financeiros e institucionais?

Conclusão 11. Em termos financeiros é pouco provável que nos próximos anos exista um aumento dos investimentos públicos nesta matéria, face à actual conjuntura económico-financeira do país. Em termos técnicos, nota-se que no geral as instituições públicas estão mais capacitadas e detêm mais conhecimento sobre as abordagens introduzidas para a gestão e planificação em matéria ambiental. Em termos de sustentabilidade ambiental, é provável que esta venha a ser garantida, designadamente por acção das próprias comunidades, dado que estão a adoptar metodologias e práticas e tecnologias mais adaptadas à conservação do solo, da água e gestão das pastagens. Contudo, os impactos das alterações climáticas continuam muito visíveis na região Sul de Angola.

4.2 Recomendações

167 A partir das constatações e conclusões desta avaliação final propõem-se em seguida sete recomendações que podem informar futuros projectos GEF-FAO, tendo em vista a ampliação, replicação ou seguimento dos resultados do RETESA:

Recomendação 1. Avançar de imediato com a estratégia de sustentabilidade dos resultados do projecto (FAO): É recomendado que a FAO, enquanto agência implementadora, dê seguimento imediato e encoraje os diferentes parceiros para

cumprir o plano de acção acordado para a estratégia de sustentabilidade dos resultados do projecto (ver Anexo 9). Estas acções foram acordadas na última reunião do Comité de Pilotagem no mês de Março de 2018. Elas contêm um conjunto de passos para garantir um mínimo de seguimento dos principais resultados, a fim de garantir a sua sustentabilidade. Cada proposta de acção está identificada com os respectivos responsáveis. É preciso não perder o timing para avançar com este plano.

Recomendação 2. Desenhar e financiar projectos similares com maior duração (GEF): Futuros projectos GEF devem ter uma duração temporal mais longa, por exemplo 6 a 8 anos em lugar de 3 a 4 anos, ou considerar a possibilidade de contar com duas fases de projecto. Isto é particularmente importante em projectos que têm como foco a construção de capacidades e a promoção de mudanças institucionais para a planificação e gestão. Isto permitirá um acompanhamento mais continuado das instituições públicas, consolidando os conhecimentos transmitidos e as práticas/metodologias introduzidas. Isto é também particularmente importante no caso de projectos que contemplem vertentes de reforço da legislação e políticas públicas, tendo em conta o tempo necessário para a aprovação das leis e políticas pelos Governos nacionais.

Recomendação 3. Investir na formação/certificação de especialistas nacionais sobre as metodologias inovadoras (GEF e FAO): Futuros projectos GEF/FAO devem apostar na criação, através de capacitação dirigida, de especialistas nacionais no âmbito das metodologias que pretendem introduzir (e.g. ECAP, LADA; GreeNTD, etc.). Trata-se de criar capacidades no país, através da formação/certificação de especialistas com treinamento internacional, capazes de replicar as formações após o término dos projectos. Deste modo, projectos subsequentes que utilizem essas metodologias não precisam depender da contratação sistemática de consultores/especialistas internacionais para realizar as capacitações. Em termos práticos, os projectos devem alocar recursos para esse efeito nas rubricas de “viagens” ou “capacitações internacionais” dirigidas à certificação internacional.

Recomendação 4. Realizar diagnósticos de capacidades institucionais realistas durante a fase de desenho e/ou instalação dos projectos (GEF e FAO): Futuros projectos GEF/FAO devem ser desenhados com base em diagnósticos realistas que mostrem as reais capacidades existentes a nível nacional, em particular ao nível das instituições locais. Isto deve ser efectuado, preferencialmente, na fase de desenho dos projectos. É fundamental conhecer quais são as reais capacidades para as instituições colaborarem / cooperarem com os projectos, tanto em termos financeiros, humanos, logísticos e de transporte. Com isto evita-se o risco de desenhar projectos baseados no pressuposto de que as instituições públicas têm capacidade para acompanhar / executar as acções, mas depois não dispõem de quaisquer meios para esse efeito (e.g. dinheiro para combustível, viaturas disponíveis, técnicos disponíveis, instalações apropriadas, etc.).

Recomendações 5. Promover parcerias com Universidades/Institutos de Investigação nacionais para a produção de conhecimento nacional e regional (GEF e FAO): Futuros projectos GEF e FAO que contemplem dimensões de produção e disseminação de conhecimento devem prever colaborações/parcerias efectivas com

Universidades e centros de investigação existentes nos países. Isto deve ser alcançado através de uma análise prévia das instituições existentes e suas capacidades (análise de stakeholders) durante a fase de desenho. Posteriormente, devem ser previstos desde início contratos/acordos com estas instituições para a realização de actividades do projecto. Com isto pretende-se que a promover a produção de conhecimento em conjunto com especialistas/investigadores nacionais, bem como contribuir para reforçar os serviços de extensão e investigação & desenvolvimento (I&D) a nível dos países.

Recomendação 6. Incluir o ensino formal dos países nos processos de construção de capacidades (GEF e FAO): Futuros projectos GEF/FAO devem incluir também o ensino formal (ensino médio e ensino superior) como beneficiários dos processos de construção de capacidades, em complemento com a formação exclusiva de técnicos das instituições públicas (serviços municipais, serviços agricultura, veterinária e ambiente). Na prática, pretende-se que os alunos do ensino médio e superior beneficiem também das acções de formação/capacitação e assim tenham acesso a informação sobre as metodologias inovadoras introduzidas pelos projectos. No curto prazo, serão eles os potenciais técnicos das instituições públicas. Para além da realização de capacitações dirigidas a este público-alvo, futuros projectos GEF/FAO devem também focar a construção de capacidades dos países através do ajustamento ou revisão dos currículos dos cursos oferecidos nas escolas, por forma a contemplarem as novas metodologias.

5 Apêndices

Apêndice 1. Mapa do Projecto



Fonte: Equipa do Projecto RETESA



Leyenda

- Províncias do RETESA
- Municípios RETESA
- Comunas RETESA
- ECAPS RETESA
- Estruturas Monitoramento de Pasto
- Areas Reabilitação
- Planos de gestão
- LADA 2015
 - BRIGHT
 - HOT

Apêndice 2. Matriz de Avaliação

Evaluation Questions / Sub-questions	Indicators	Methods	Sources	GEF Evaluation Criteria addressed
EQ1. Were the project's strategy and actions relevant and adequate to meet the needs of all beneficiaries and stakeholders?²⁹				
<ul style="list-style-type: none"> ▪ To what extent does the Project address key needs and priorities in matters of rangeland management and SLM in support of policies and programs of the national government and municipalities where the project is implemented? ▪ Were the project's strategy and actions adequate to support the implementation of policies and programs of the CPF and the Strategic Objectives of FAO and GEF? ▪ Does the project respond to the needs and capacity development needs of the local communities / women and other beneficiaries, at both organizational and individual levels? ▪ Was risk management integrated into the planning and implementation of the project 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Strength of the link between project expected results and the support to national and local policies and programs regarding rangeland management and SLM ▪ Level of coherence and alignment between project objectives and GEF / FAO strategic objectives and policy frameworks ▪ Extent to which project results addressed the needs and capacities of target beneficiaries (including women and the poorest) soundly and consistently ▪ Completeness of risk identification and assumptions during project planning ▪ Completeness of risk identification and assumptions during project planning ▪ Quality of risk mitigations strategies 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documental analysis ▪ Interviews with key-stakeholders, including FAO and GEF staff ▪ Focus Groups with beneficiaries ▪ Meetings with national counterparts 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Project Document ▪ Project Progress Reports (PPR) ▪ Project Monthly Reports ▪ GEF Policies and Strategies ▪ GEF tracking tools ▪ FAO Strategy and programs ▪ National policies and programs ▪ Provincial and Municipal strategies and plans 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relevance

²⁹ Taking adjustments and revisions, according to MTR recommendations, into account.

<p>(including financial risks, political institutions, and the effects of CC)?</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Was a Monitoring and Evaluation system designed with baseline information, SMART³⁰ indicators and a gender focus/gender disaggregated indicators? 	<p>developed</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Existence, of M&E with baseline information, SMART indicators and a gender focus continuously updated – GEF indicators as well 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Key-stakeholders from FAO, GEF, National Counterparts, Beneficiaries. 	
<p>EQ2. How did the modalities of intervention, the institutional and partnership structure, the resources, and the financial, technical and operational procedures, contribute to or impede the achievement of the project's results and objectives?</p>				
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Did the project experience delays in its implementation that hindered the achievement of the project's objectives? ▪ Was an M&E system in place? Did it have baseline data and mid-term targets? Did it track results and support adaptive management? Were the reports prepared on schedule and of quality? ▪ How effective was the project in communicating and promoting its key messages and results to its partners? ▪ How was the functioning of the APFS network and of the inter-institutional coordination mechanism in implementing integrated planning in support of SLM? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Extent to which delays occurred, causes and impact on project results ▪ Quality (including baseline, mid-term and final targets data) and use of M&E allowing efficient tracking of project progresses, including a feedback and dissemination mechanism to share findings, lessons learned and recommendations ▪ Quality of GEF tracking tools applied by the project ▪ Quality and timeliness of RBM reporting (progress reporting, monitoring and evaluation) ▪ Quality and cost associated with delivery mechanism and management structure 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documental analysis ▪ Interviews with key-stakeholders including FAO and GEF staff ▪ Meetings with national and local authorities ▪ Quantitative analysis 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Project Document ▪ Project Progress Reports (PPR) ▪ Project Monthly Reports ▪ Communication and visibility materials produced ▪ Records of media coverage (press releases, press conferences, Internet, newspapers, etc.) ▪ Key-stakeholders from FAO, GEF, National 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Effectiveness ▪ Efficiency

³⁰ Specific, Measurable, Assignable, Realistic and Time-related.

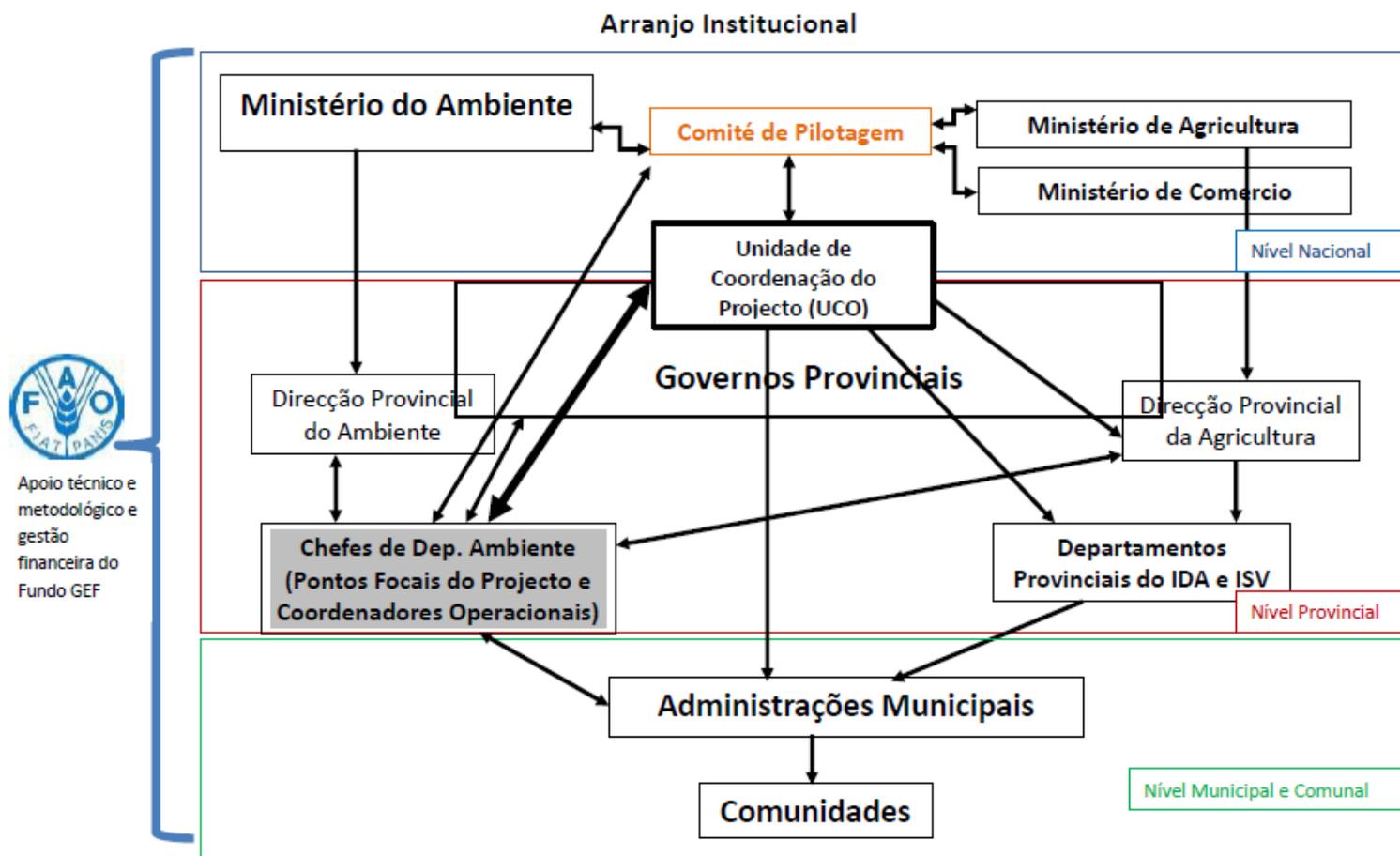
<ul style="list-style-type: none"> ▪ How was the technical and operational support, including LTO and BH support? ▪ To what extent has lack of local capacity hindered the achievement of project objectives? What was the project response to these challenges? ▪ Was the institutional set-up (particularly the Steering Committee and internal FAO-GEF organization) adequate to support the different phases of the project? ▪ To what extent did implementation and execution arrangements favor or hinder project activities, contributed to an efficient and results-based management and the achievement of project objectives? ▪ To what extent the planned co-financing or in-kind support was provided by national stakeholders? 	<p>compare to alternatives</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementation and execution arrangements contributed to a smooth implementation of project activities and outputs achievements ▪ Strength and adequacy of the project institutional arrangement vis-a-vis stakeholders' capacity and needs? ▪ Quality of existing information systems in place to identify emerging risks and other issues ▪ Quality of risk mitigations strategies developed and followed ▪ Implementation schedule of national co-financing and other in-kind contribution 		<p>Counterparts, Beneficiaries.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ APFS plans and reports ▪ Steering Committee's minutes or reports 	
<p>EQ3. How effective has the project been in reaching the global, development and environmental objectives and expected results? What results, intended and unintended, did the project achieve across its components?</p>				
<ul style="list-style-type: none"> ▪ How and to what extent has the project improved palatability, enhanced rangeland management and the mainstreaming of SLM practices? ▪ Have the livelihoods of local communities 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Number of integrated territorial land management plans introduced and areas covered (ha) ▪ Methodologies of INRM (rotational grazing including the use of crop residues) applied and areas covered (ha) ▪ Increase in community revenues and 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documental analysis ▪ Data analysis ▪ Time series analysis ▪ Interviews with key-stakeholders ▪ Focus Groups with 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Project Publications (research, technical reports, etc.) ▪ Project Progress Reports (PPR) ▪ Project Tracking Tool ▪ Key-stakeholders from 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Effectiveness ▪ Impact

<p>improved due to project catalyzed activities / achievements?</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Was Capacity Development of local staff and beneficiaries for SLM improved? ▪ How has the project's results contributed to FAO and GEF strategic objectives as well as to Angola's development priorities? 	<p>perception of local communities regarding livelihoods improvement</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Number of capacity building sessions conducted, number of participants (disaggregated by gender) and level of satisfaction regarding the training and materials received ▪ Change in capacity for SLM: Knowledge acquisition and sharing; Effective data gathering, methodologies and tools being used by local staff and beneficiaries ▪ Evidence / Changes in local capacity for policy making and planning ▪ Extent to which the project's results contributed to Angola's priorities and FAO and GEF strategies 	<p>beneficiaries</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Qualitative analysis of local staff views and perception/experience ▪ Field observation 	<p>FAO, GEF, National Counterparts, Beneficiaries.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ APFS plans and reports 	
EQ4. To what extent has the project addressed gender equality issues in its design and contributed to women empowerment throughout its implementation?				
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Did the project undertake a gender analysis at formulation or inception phases? ▪ Has the project ensured that men and women have equal access to capacity building opportunities? ▪ How has the project succeeded in equally improving livelihoods of men and women? ▪ Has the project activities had any unintended negative impacts on women? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A gender analysis has been carried out during project design and/or at the beginning of project implementation ▪ Men and women have equal access to capacity building opportunities (ratio women/men attending training) ▪ Gender empowerment concerns are mainstreamed throughout project components 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documental analysis ▪ Interviews with key-stakeholders ▪ Focus Groups with beneficiaries ▪ Qualitative analysis of beneficiaries' (women) views and perception 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Project Progress Reports (PPR) ▪ Lists of Participants in trainings ▪ Project Tracking Tool ▪ Key-stakeholders from FAO, GEF, National Counterparts, Beneficiaries. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Efficiency ▪ Normative values (Gender Approach)

	<ul style="list-style-type: none"> No negative impact from project implementation has affected women 		<ul style="list-style-type: none"> APFS plans and reports 	
EQ5. To what extent did the project approach in working with local communities regarding rangeland management and SLM practices, ensure stakeholders participation in the decision-making process related to project activities?				
<ul style="list-style-type: none"> To what extent were processes launched by the project, inclusive participatory and consensus building oriented? To what extent have local communities been properly informed, consulted and involved in the decision-making process prior and during project implementation? Did the tailored approach to local communities support an appropriate level of involvement of farmers in land management models? 	<ul style="list-style-type: none"> Degree of involvement and inclusiveness of beneficiaries in project preparation and implementation Level of involvement and ownership of government officials and other national partners in project preparation and implementation Type/quality of partnership cooperation agreements Number of meetings / discussion sessions held to inform and consult with local communities on project design, goals and institutional arrangements Local communities felt sufficiently informed to express their consent to project activities 	<ul style="list-style-type: none"> Documental analysis Interviews with key-stakeholders Focus Groups with beneficiaries Qualitative analysis of beneficiaries' perception and experience 	<ul style="list-style-type: none"> Minutes of meetings between project team of key-stakeholders Minutes and reports of key-events (seminars, workshops, field visits, etc.) Project Progress Reports (PPR) Key-stakeholders from FAO, GEF, National Counterparts, Beneficiaries 	<ul style="list-style-type: none"> Efficiency Normative values (Community Participation)
EQ6. How sustainable are the project's achieved results at the environmental, technical, social, financial and institutional level?				
<ul style="list-style-type: none"> To what extent are the results owned by national stakeholders? Have national and local institutions been prepared to carry out activities after the project? Were financial arrangements have been 	<ul style="list-style-type: none"> Local communities and national stakeholders have a clear sense of ownership regarding project results Extent to which national and local stakeholders acquired needed knowledge to manage and implement similar activities 	<ul style="list-style-type: none"> Interviews with key-stakeholders Documental analysis Focus Groups with beneficiaries Qualitative analysis of 	<ul style="list-style-type: none"> Minutes of meetings between project team of key-stakeholders Minutes and reports of key-events (seminars, workshops, field visits, 	<ul style="list-style-type: none"> Sustainability

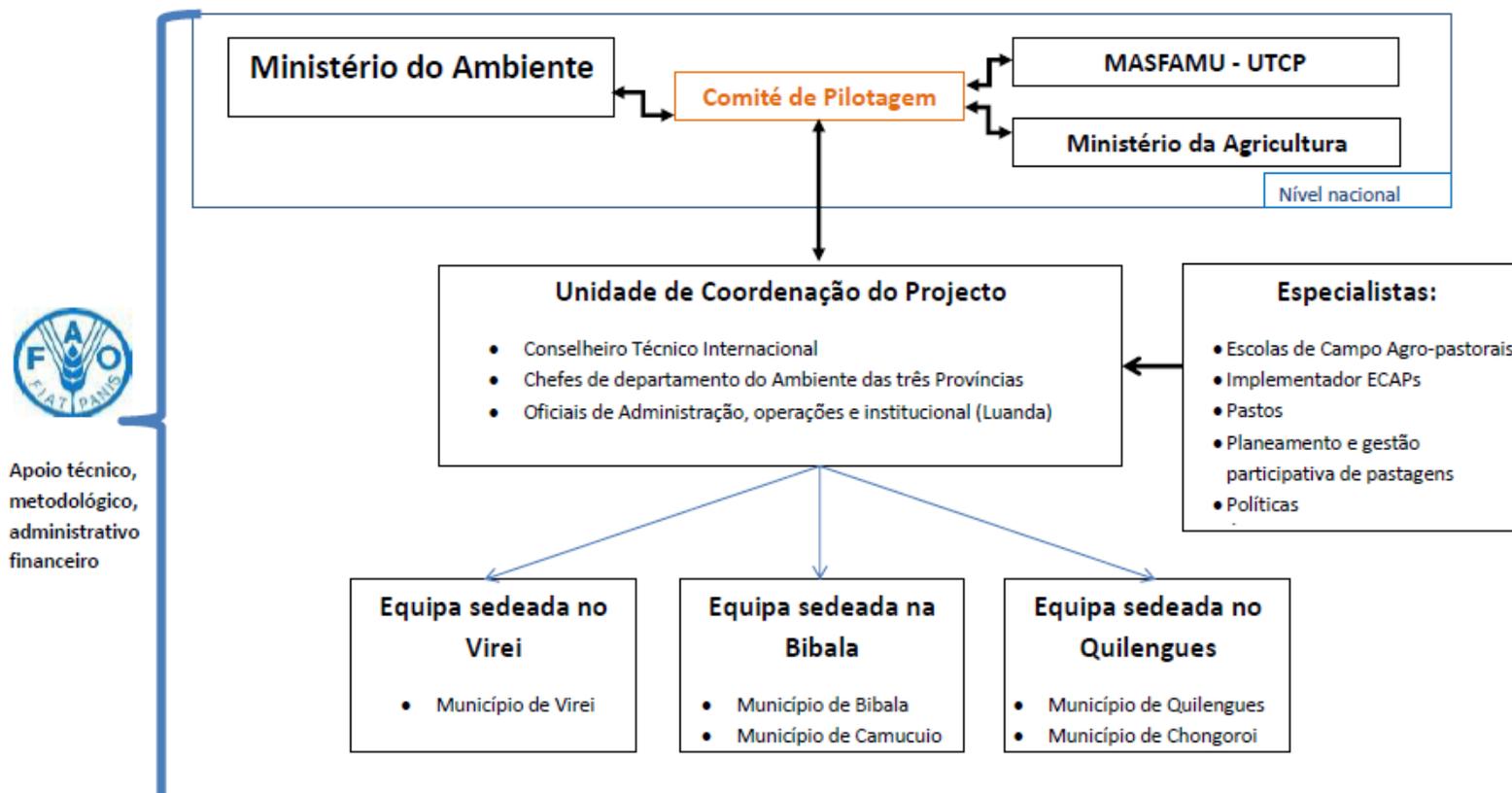
<p>made to carry out the activities?</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Are there any changes in enabling environment, individuals and organizations' capacities that are likely to jeopardize or foster project activities replication and upscale, after the project completion? ▪ Did the project have any catalytic effect in the country and in the project area? ▪ Has a sustainable communication system been established that includes the knowledge and practices introduced by the project? Has this information been disseminated, stimulating dialogue on lessons learned and good practices? 	<p>after project completion</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Evidence/quality of the project sustainability strategy, if any ▪ Evidence/quality of steps taken to address sustainability, including level of financing leveraged ▪ Efforts to support the development of relevant laws and policies; and state of enforcement and law making capacity ▪ Evidence/Quality of the project communication system 	<p>national counterparts, government officials, beneficiaries' views and perception/ experience</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Field observation 	<p>etc.)</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Project Progress Reports (PPR) ▪ Key-stakeholders from FAO, GEF, National Counterparts, Beneficiaries 	
<p>EQ7. What are the key lessons that can be learned from the project's design, implementation and sustainability?</p>				

Apêndice 3. Arranjo institucional – Responsabilidades das partes interessadas



Fonte: Equipa do projecto (Relatórios de Progresso)

Organigrama Operacional Interno do Projecto



Fonte: Equipa do projecto (Relatórios de Progresso)

Arranjo institucional do projecto

Órgão/Unidade	Atribuições
Comité de Pilotagem	<ul style="list-style-type: none"> É o órgão multisectorial, <i>ad hoc</i>, de orientação geral, supervisão e definição de estratégias de intervenção do projecto. É coordenado pelo MINAMB e integra representantes das diferentes instituições envolvidas na implementação do projecto (incluindo a FAO), para além de convidados.
Unidade de Coordenação do Projecto (UCP)	<ul style="list-style-type: none"> Baseada no Namibe, é o órgão responsável pela coordenação, gestão e administração diária das actividades, elaboração de planos de trabalho, monitoria e elaboração dos diferentes relatórios, contactos institucionais a nível descentralizado, acompanhamento técnico e metodológico do projecto. Dispõe de uma equipa técnica e administrativa, incluindo o CTA.
Unidades de Coordenação Provincial (3)	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecidas em cada província (3) sendo assumidas pelos Chefes de Departamento do Ambiente como pontos focais provinciais e coordenadores institucionais do projecto em conjunto com a UCP.
Unidades de Coordenação Municipal (5)	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecidos em cada município (5) sendo assumidos pelos Chefes de Repartição da Agricultura ou Director da EDA, por designação dos Administradores Municipais. Funcionam como pontos focais institucionais do projecto nos municípios, realizam o acompanhamento das actividades.
Unidades Técnicas Locais do Projecto (3)	<ul style="list-style-type: none"> Sob coordenação directa da UCP, são responsáveis pela facilitação técnica e dinamização das actividades do projecto a nível local. Existem 3 unidades locais, sedeadas nos Municípios de Virei, Bibala e Quilengues, respectivamente.
Direcção Técnica da FAO (LTO)	<ul style="list-style-type: none"> FAO/Roma - Divisão de Produção e Protecção Vegetal do Departamento de Agricultura (AGPME). Providencia orientação técnica geral e supervisão para a implementação do projecto.
Unidade de Coordenação FAO-GEF	<ul style="list-style-type: none"> FAO/Roma – Divisão de Centro de Investimentos (TCI). Responsável pelo acompanhamento e monitoria do projecto, designadamente os relatórios de progresso (mensais), revisões da implementação do projecto (PIR), relatórios financeiros e revisões orçamentais.
Unidade Financeira da FAO	<ul style="list-style-type: none"> Responsável pela aprovação de alterações orçamentais, elaboração de relatórios financeiros anuais para o GEF e, em coordenação com a Unidade de Coordenação do GEF, solicita semestralmente os fundos do projecto ao GEF.
Representação da FAOAO	<ul style="list-style-type: none"> Desempenha um papel fundamental em termos de apoio administrativo, organizacional e gestão financeira, para além de diálogo institucional a nível central junto do Governo e outras partes interessadas.

Fonte: Relatório de Avaliação Meio-Percurso RETESA

Principais papéis e responsabilidades das diferentes partes interessadas do projecto

Parceiro	Principais papéis e responsabilidades
FAO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A FAO é a agência GEF para este projecto e também órgão executor. ▪ Responsável pela assistência técnica e metodológica, prestação e contas e supervisão das regras e procedimentos administrativos da FAO e GEF na implementação do projecto. ▪ Responsável pela supervisão geral do projecto. ▪ Responsável por ligação institucional e diálogo político com as instâncias governamentais.
Ministério do Ambiente (MINANB)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ É a contraparte nacional principal por parte do Governo de Angola, através da Direcção Nacional do Ambiente (DNA). ▪ Responsável pela execução do projecto em parceria com a FAO e demais parceiros nacionais, com destaque para a Componente 3. ▪ Coordenação do Comité de Pilotagem.
Outros parceiros governamentais a nível central	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incluem o Ministério da Agricultura (MINAGRI) e o Ministério do Comércio (MINCO) através dos seus programas nacionais relevantes para a temática do projecto. O Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU) deve ser considerado como parceiro.
Outros parceiros governamentais a nível provincial	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incluem os Governos Provinciais (Namibe, Huíla e Benguela), designadamente através das Direcções Provinciais do Ambiente e Agricultura. ▪ Incluem também os serviços técnicos especializados do Ministério da Agricultura, designadamente IDA, ISV, IDF e Estações Zootécnicas e Agronómicas. ▪ Apoiam a execução de algumas actividades do projecto e beneficiam das intervenções, abordagens e metodologias introduzidas pelo projecto.
Outros parceiros governamentais a nível municipal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incluem as Administrações Municipais de 5 Municípios (Virei, Bibala, Camuquio, Quilengues e Chongoroi) e as respectivas Administrações Comunitárias das áreas onde o projecto está a ser implementado. ▪ Acompanham a execução das actividades, providenciam apoio logístico e/ou administrativo quando necessário, beneficiam das intervenções, abordagens e metodologias introduzidas pelo projecto.
Outras partes interessadas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ONG, Universidades e organizações de base comunitária, outros prestadores de serviços. ▪ Apoiam a execução de acções pontuais do projecto através de acordos e parcerias.

Fonte: Relatório de Avaliação Meio-Percurso RETESA

Apêndice 4. Execução financeira do grant do GEF

Preparação do Projecto através de *grants* PDF/PPG (USD)

Particulares	Na Aprovação	Término PDF/PPG
Grant GEF PF/PPG para preparação do projecto	133 700	133 700
Co-financiamento para preparação do projecto	-	-

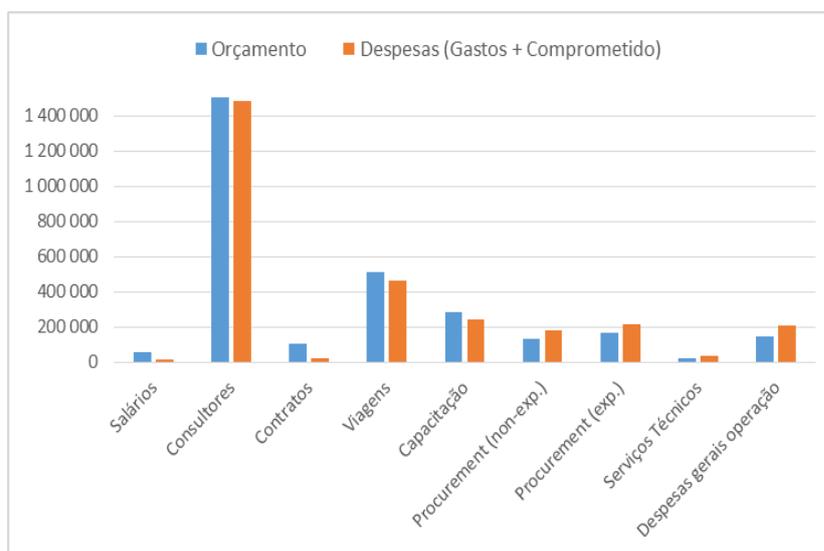
Financiamento do Projecto GEF (USD)

Particulares	Na autorização CEO	Ao Final do Projecto (Avaliação Final: Março 2018)
Grant projecto GEF	3 013 635	3 013 635
Co-financiamento	17 291 000	17 485 000
Total	20 304 635	20 498 635

Execução e disponibilidade financeira do *grant* do GEF por categoria de despesa (USD) no momento da Avaliação Final: Março 2018

Categoria	Orçamento Aprovado ao Início Projecto	Despesas (Gasto + Comprometido)	Execução (%)	Disponível
Salários	54 694	14 830	27%	39 864
Consultores	1 598 342	1 485 845	93%	112 497
Contratos	104 858	23 102	22%	81 756
Viagens	508 183	462 335	91%	45 848
Capacitação	281 793	243 599	86%	38 194
Procurement (non-expendable)	134 869	178 868	133%	-43 999
Procurement (expendable)	168 233	214 413	127%	-46 180
Serviços Técnicos	18 860	36 542	194%	-17 682
Despesas gerais operação	143 803	204 808	142%	-61 005
Total	3 013 635	2 864 342	95%	149 293

Fonte: Relatórios financeiros do projecto.



Apêndice 5. FAO-GEF Tabela de Co-financiamento

Nome do co-financiador	Tipo de co-financiador	Tipo de co-financiamento <i>(ver detalhes na tabela seguinte)</i>	Co-financiamento ao início do projecto			Co-financiamento materializado na Avaliação Final		
			In-kind	Cash	Total	In-kind	Cash	Total
FAO	Agência executora	In-kind & grant	550 000	-	550 000	650 000	-	650 000
Ministério do Ambiente	Governo Nacional	In-kind	300 000	-	300 000	1 200 000	-	1 200 000
Ministério da Agricultura	Governo Nacional	In-kind	9 641 000	-	9 641 000	8 250 000	-	8 250 000
Ministério do Comércio	Governo Nacional	In-kind	5 000 000	-	5 000 000	5 450 000	-	5 450 000
Governo Provincial do Namibe	Governo Provincial	In-kind	1 800 000	-	1 800 000	1 920 000	-	1 920 000
Administração Municipal de Quilengues	Governo Local	In-kind	0	-	0	15 000	-	15 000
Total (in USD)			17 291 000	-	17 291 000	17 485 000	-	17 485 000

FAO			
Fonte	Descrição	Outputs	Co-financiamento (USD)
PIRAN (OSRO/RAF/504/USA)	Co-financiamento de formações LADA e SHARP em 2015 e 2016	1.1.1	50 000
	Co-financiamento da formação de MT e ECAP de 2015	2.1.1	55 000
	Logística (carro e escritório) para implementação de ECAP, apoio no treinamento de facilitadores, sementes e hortícolas e cereais, ferramentas	2.1.2	175 000
	Materiais para reabilitação de pontos de água participativa em Virei e Bibala	2.2.3	115 000
	Formação de Tratadores de Gado em Junho de 2016 e co-financiamento da formação de transformação de produtos lácteos	2.3.2	30 000
	Apoio do Escritório de Lubango às antenas locais de Bibala e Quilengues do Projecto RETESA, em questões de logísticas, institucionais e administrativas, de Agosto de 2014 até Junho de 2017	Gestão Projecto	100 000
Market Oriented Smallholder Agriculture Project (MOSAP), (TF/UTF/21/211/TCSR)	Apoio do CTA e especialista de M&E do MOSAP para a implementação da estratégia de M&E das ECAP do RETESA	2.1.1	15 000
Projectos CERF e TCP/ANG/3504	Treinamento na horticultura para facilitadores de ECAP no Virei	2.1.2	15 000
Escritório da Representação da FAO em Angola	Apoio do Representante da FAO aos oficiais institucional e de Orçamento da FAO. Escritório, materiais, comunicação, informática, motorista, carro durante um ano e assistentes administrativos e motoristas em Luanda. Carro por um ano para a equipe de campo Quilengues/Chongoroi	Gestão Projecto	85 000
FAO LTO	Apoio para a gestão do orçamento e implementação projecto	Gestão Projecto	10 000
Total			650 000

Ministério da Agricultura			
Fonte	Descrição	Outputs	Co-financiamento (USD)
Programa Regular	Condições (sala, veículo) e pessoal para treinamentos de LADA e SHARP em 2015 e 2016	1.1.1	500 000
	Infra-estruturas de construção, incluindo um centro e residências para formadores, apoiar a participação nas formações de <i>master trainers</i> e facilitadores	2.1.1	1 180 000
	Suporte técnico e monitoramento para o "Programa de apoio à agricultura de camponesa" do Governo Provincial do Namibe (polos de Desenvolvimento Agrário).	2.1.2	2 150 000
	Plantas (mandioca e batata doce) produzidas pela IIA e suporte técnico	2.1.2	150 000
	Provisão e instalação de pontos de água	2.2.3	520 000
Programa de Extensão Rural e Programa Campanha Agrícola	Apoiar os agricultores com equipamentos, ferramentas e suporte técnico e o serviço de extensão da província para a Comunidade (logística, casas, escritórios, veículos, pessoal) para os anos de 2014 de Abril a Julho de 2017.	2.1.2	3 000 000
Estações de Investigação Zootécnica (IIV)	Trabalho pessoal, instalações e plantas 1000 produzido para Virei Trabalho pessoal, instalações e 1000 plantas produzido para Virei	2.2.1	750 000
Total			8 250 000

Ministério do Ambiente			
Fonte	Descrição	Outputs	Co-financiamento (USD)
Programa Regular	Apoiar a preparação de uma proposta de política de GST pelo pessoal do MINAMB pessoal, logística, etc.	3.1.1	190 000
	Suporte, coordenação e monitoramento do projecto (coordenadores institucionais nomeados a nível local, Ponto Focal, Presidente do CPP) de Abril 2014 a Junho de 2017	4.1.1	300 000
	Condições físicas do escritório de Namibe e salas para reuniões e conferencias.	Gestão Projecto	160 000
	Centro Agro-ecológico da Bibala: construção e uso	2.1.2 e 2.2.1	550 000
Total			1 200 000

Governo Provincial do Namibe			
Fonte	Descrição	Outputs	Co-financiamento (USD)
Governo Provincial do Namibe	Apoio e participação em visitas de campo (autoridades e técnicos ao nível provincial) para implementação e monitoramento do projecto	1.1.1; 2.1.1 2.1.2	200 000
	Programa de Apoio à Agricultura Camponesa (pólos de desenvolvimento agrícola) em Virei, Bibala e Camucuio	2.1.2; 2.2.1; 2.2.2	1 450 000
	Apoio na gestão e implementação (técnicos e autoridades) a nível municipal em Virei, Bibala e Camucuio	1.1.1; 2.1.1 2.1.2; 2.2.1 2.2.2	270 000
Total			1 920 000

Administração Municipal de Quilengues			
Fonte	Descrição	Outputs	Co-financiamento (USD)
Governo Provincial do Namibe	Apoio e participação em visitas de campo (autoridades e técnicos) para implementação e monitoramento do projecto. Apoio com infra-estruturas e logística (escritórios, etc.)	1.1.1; 2.1.1 2.1.2; 2.2.2	15 000
Total			15 000

Ministério do Comércio			
Fonte	Descrição	Outputs	Co-financiamento (USD)
Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP)	Programa Água para Todos - Bibala, Camucuo, Virei, Quilengues e Chongoroi	2.1.2; 2.21 2.2.3	2 350 000
	Implementação dos programas de gestão e manutenção de infra-estrutura, operacionalização de micro-fomento, social e infra-estruturas de estradas, mobilização social e cidades limpas, operacionalização da infra-estrutura institucional, bem como organização produtiva de comunidades em Bibala, Camucuo, Virei, Quilengues e Chongoroi.	1.1.1; 2.1.2 2.2.1; 2.2.3 2.3.1; 2.3.2	3 100 000
Total			5 450 000

Apêndice 6. Critérios FAO-GEF (Rating)

Critérios / Sub-critérios GEF-FAO	Rating	Comentários
A. ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PROJECTO		
Outcome 1.1: Capacidades criadas e conhecimento disponível para o planeamento participativo da gestão integrada de terras a nível nacional, provincial e local (comunidade)		Secção 3.3 / Parágrafo 72 O projecto contribuiu para a criação de capacidades, um número significativo de pessoas recebeu formação. Foram produzidos e disseminados manuais técnicos e guias metodológicos que contribuíram para a disponibilização de conhecimento.
Qualidade global outcome	Satisfatório	
Relevância	Altamente Satisfatório	
Eficácia	Satisfatório	
Eficiência	Moderadamente Satisfatório	
Outcome 2.1: As práticas de gestão integradas das ECAP-manadas levam a um aumento da produção agro-pastoril, com um total de 2 800 criadores de gado (30% mulheres) beneficiários		Secção 3.3 / Parágrafo 86 o projecto contribuiu para a adopção de práticas mais sustentáveis de agricultura e criação de gado, incluindo a gestão de terras a nível comunitário. A metodologia das ECAP foi bem recebida pelas instituições públicas e comunidades. 1159 pessoas foram envolvidas nas ECAP, das quais 43% mulheres. Várias comunidades estão já a implementar técnicas integradas de gestão dos recursos naturais.
Qualidade global outcome	Satisfatório	
Relevância	Altamente Satisfatório	
Eficácia	Satisfatório	
Eficiência	Satisfatório	
Outcome 2.2: A reabilitação baseada no ecossistema é realizada em mais de 13500 hectares, dos quais 600 hectares e 900 hectares são estabelecidos como "mise en défense" gerando um aumento na cobertura vegetal		Secção 3.3 / Parágrafo 94-95 O projecto introduziu metodologias inovadoras que foram bem recebidas pelas comunidades, através das quais foi possível reabilitar mais de 750 hectares de pastagens, estabelecer cerca de 30 000 hectares de áreas de reserva de pastagens (<i>mise en défense</i>) e reabilitar 28 pontos de água. É difícil estimar o aumento da cobertura vegetal gerada por estas intervenções dado que os seus efeitos apenas serão visíveis no longo prazo.
Qualidade global outcome	Altamente Satisfatório	
Relevância	Altamente Satisfatório	
Eficácia	Satisfatório	
Eficiência	Altamente Satisfatório	
Outcome 2.3: Os meios de vida das famílias em pelo menos 70 comunidades melhoraram através de; (i) aumento da produção de produtos pecuários, e (ii) apoio de dois sistemas de produção não-pecuárias de pequena escala		Secção 3.3 / Parágrafo 109-111 Existem novas oportunidades de geração de renda associadas às ECAP, embora seja difícil estimar quantitativamente o aumento de renda. Contudo, apenas foi apoiada de forma directa uma actividade geradora de renda (óleo de Mupeque). O aprofundamento da etnoveterinária, baseada no conhecimento tradicional e nas parcerias com ISCED foi
Qualidade global outcome	Moderadamente Satisfatório	
Relevância	Satisfatório	

Eficácia	Moderadamente Insatisfatório	relevante e pode abrir novas oportunidades para as comunidades. Contudo, estas actividades apenas foram realizadas próximo do final do projecto, pelo que não houve tempo útil para aprofundar a sua aplicação prática e obter maior eficácia nas intervenções.
Eficiência	Satisfatório	
Outcome 3.1: Maior integração da Gestão Sustentável de Terras (GST) nas políticas e programas, e reforço das políticas e regulamentos existentes e sua aplicação		Secção 3.3 / Parágrafo 118 A proposta de "Política Nacional para a Gestão Sustentável de Terras" foi concluída, mas ainda não aprovada pelo Governo. A sensibilização e partilha de informação sobre as VGGT foi relevante, mas ainda não existem evidências da sua apropriação pelas autoridades nacionais. Não existem ainda evidências de que o projecto contribuiu para uma maior integração da GST nas políticas e programas nacionais.
Qualidade global outcome	Moderadamente Satisfatório	
Relevância	Satisfatório	
Eficácia	Moderadamente Insatisfatório	
Eficiência	Satisfatório	
Outcome 3.2: A tomada de decisão é reforçada através do estabelecimento de um painel de discussão sectorial alargado sobre a degradação de terras (incluindo a pesquisa da sociedade civil, organismos internacionais e governo) com foco nas áreas de transumância para reduzir a duplicação e aumentar a consciência, as lições aprendidas e as colaborações sobre a Gestão Sustentável de Terras (GST)		Secção 3.3 / Parágrafo 129 A contribuição do projecto para o reforço da governança e diálogo entre múltiplos actores e diferentes sectores do Governo foi muito limitada. Não foi possível criar qualquer plataforma nacional, mecanismo de coordenação ou fórum de diálogo para esta matéria.
Qualidade global outcome	Insatisfatório	
Relevância	Satisfatório	
Eficácia	Insatisfatório	
Eficiência	Insatisfatório	
Outcome 3.3: Aumento dos investimentos através de provisões orçamentais específicas feitas pelo MINAMB, MINAGRI, e administrações descentralizadas para melhorar a GST nos sistemas agro-pastoris		Secção 3.3 / Parágrafo 132 Não houve aumento efectivo dos investimentos públicos para a gestão sustentável de terras e não foi possível elaborar planos de investimento. Contudo, alguns doadores e parceiros de desenvolvimento estão interessados e disponíveis para canalizar recursos financeiros para o Sul de Angola a fim de dar continuidade aos resultados do projecto RETESA.
Qualidade global outcome	Moderadamente Satisfatório	
Relevância	Satisfatório	
Eficiência	Moderadamente Satisfatório	
Outcome 4.1: A implementação do projecto é feita através de uma gestão baseada em resultados e em lições aprendidas para facilitar futuras intervenções		Secção 3.3 / Parágrafo 135 O projecto contou com um sistema de monitoria & avaliação funcional e orientado por resultados. Na segunda metade do projecto foi feito um esforço significativo para documentar experiências e disseminar boas práticas.
Qualidade global outcome	Satisfatório	
Relevância	Satisfatório	

Eficácia	Moderadamente Satisfatório	
Eficiência	Satisfatório	
B. RATING DA IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJECTO		
Qualidade da implementação do projecto	Satisfatório	<p>Secção 3.2 / Parágrafos 50-54</p> <p>O projecto contou com um arranjo institucional adequado às capacidades nacionais que facilitou a tomada de decisão, coordenação e execução do projecto no terreno, destacando-se o comité de pilotagem. Os papéis e responsabilidades foram bem entendidos pelas diferentes partes interessadas. O dimensionamento da equipa técnica e administrativa foi adequado.</p>
Qualidade da execução do projecto	Satisfatório	<p>Secção 3.2 / Parágrafos 55-68</p> <p>Verificaram-se atrasos muito significativos durante o ano 1, mas boa recuperação a partir do ano 2. No momento da avaliação final verifica-se nível satisfatório na execução e obtenção de outputs. A FAO em Angola forneceu apoio administrativo, organizacional e de gestão financeira ao projecto de qualidade e em tempo oportuno. A LTO e unidade FAO-GEF providenciaram apoio técnico contínuo durante toda a execução do projecto. O projecto alcançou uma taxa de execução financeira de 95%, uma taxa de desembolso do <i>grant</i> do GEF de 100% e uma taxa de co-financiamento dos parceiros superior a 100%.</p>
C. RATING DA MONITORIA & AVALIAÇÃO (M&A)		
Qualidade global da M&A	Satisfatório	<p>Secção 3.3 / Parágrafo 135</p> <p>O projecto contou com um sistema M&A funcional, proporcionando colecta e partilha de informação sobre os progressos de forma sistemática e em tempo útil.</p>
Desenho da M&A	Satisfatório	<p>Secção 3.2 / Parágrafo 48</p> <p>O sistema M&A incluiu colecta de informação contínua no terreno e junto dos beneficiários através de visitas de monitoria das equipas técnicas locais e equipa central do projecto, bem como reuniões periódicas com diferentes actores envolvidos (incluindo Comité de Pilotagem) e missões de <i>backstopping</i> de FAO/GEF-Roma.</p>
Plano de implementação da M&A	Satisfatório	<p>Secção 3.2 / Parágrafo 49</p> <p>O reporte de informação foi sistematicamente</p>

		efectuado em diferentes relatórios (PPR, PIR, Relatórios Técnicos, Relatórios Comité Pilotagem). Revisão de Meio Percurso em 2016.
D. SUSTENTABILIDADE DOS OUTCOMES DO PROJECTO³¹		
Probabilidade global dos riscos para a sustentabilidade	Moderadamente Improvável	Secção 3.6 / Parágrafo 152-153
Riscos financeiros	Moderadamente Improvável	Secção 3.6 / Parágrafo 152-153 Face às condições actuais, não se perspectiva um aumento do investimento público para dar continuidade aos resultados do projecto.
Riscos socio-políticos	Moderadamente Provável	Secção 3.6 / Parágrafo 154-156 O combate à desertificação e ao avanço das áreas áridas e sem-áridas continuará a ser uma prioridade política do Governo de Angola. No âmbito das comunidades, é provável que várias ECAP continuem autonomamente após o término do projecto, em particular aquelas que se encontram numa fase mais avançada do processo metodológico.
Riscos institucionais	Moderadamente Improvável	Secção 3.6 / Parágrafo 157-158 O quadro institucional, legislativo e de políticas públicas em Angola precisa ainda de ser reforçado para incluir a com mais evidência a vertente de gestão sustentável e reabilitação de ecossistemas.
Riscos ambientais	Improvável	Secção 3.6 / Parágrafo 159 Face às condições actuais esta região continuará a ser afectada por fenómenos climáticos extremos, designadamente secas prolongadas, que podem comprometer alguns resultados do projecto.

³¹ O *rating* da sustentabilidade foi aplicado de acordo com a classificação do GEF (disponível em <https://www.gefio.org/sites/default/files/ieo/evaluations/files/gef-guidelines-te-fsp-2017.pdf>):

Provável (P). Há pouco ou nenhum risco para a sustentabilidade.

Moderadamente Provável (MP). Existem riscos moderados para a sustentabilidade.

Moderadamente Improvável (MI). Existem riscos significativos para a sustentabilidade.

Improvável (I). Existem sérios riscos para a sustentabilidade.

Impossível avaliar (IA). Incapaz de avaliar a incidência esperada e a magnitude dos riscos para a sustentabilidade.

6 Lista dos Anexos

Anexos disponíveis em <http://www.fao.org/evaluation>

Anexo 1. Perfil do avaliador

Anexo 2. Agenda das visitas de terreno e lista de pessoas encontradas

Anexo 3. Principais Recomendações da MTR

Anexo 4. Proposta de ajuste de actividades e outputs apresentada na MTR e aprovada pelo Comité de Pilotagem

Anexo 5. Matriz de Riscos

Anexo 6. Lista de capacitações realizadas pelo projecto

Anexo 7. Lista de publicações produzidas pelo projecto

Anexo 8. Lista de ECAP apoiadas pelo projecto

Anexo 9. Acordo para a sustentabilidade dos resultados do projecto (Comité de Pilotagem)

